

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**ALEXANDRA DIAS FERRAZ TEDESCO**

**A CRÍTICA DA ELITE LETRADA À INCORPORAÇÃO DO “HOMEM-MASSA” NA  
ARGENTINA DA DÉCADA DE 1940: A REVISTA SUR EM CONFRONTO COM O  
PERONISMO**

**FRANCA**

**2012**

**ALEXANDRA DIAS FERRAZ TEDESCO**

**A CRÍTICA DA ELITE LETRADA À INCORPORAÇÃO DO “HOMEM-MASSA” NA  
ARGENTINA DA DÉCADA DE 1940: A REVISTA SUR EM CONFRONTO COM O  
PERONISMO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de mestre em História. Área de Concentração História Cultural.  
Orientador: Prof. Dr. Alberto Aggio.**

**FRANCA**

**2012**

Tedesco, Alexandra Dias Ferraz

A crítica da elite letrada à incorporação do “homem-massa” na Argentina na década de 1940 : a Revista Sur em confronto com o Peronismo / Alexandra Dias Ferraz Tedesco. – Franca : [s.n.], 2012

151 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Alberto Aggio

1. Argentina – Cultura política, anos 40. 2. Peronismo – História – Intelectuais. 3. Revista Sur – Modernidade latino-americana. I. Título.

CDD – 982.06

**ALEXANDRA DIAS FERRAZ TEDESCO**

**A CRÍTICA DA ELITE LETRADA À INCORPORAÇÃO DO “HOMEM-MASSA” NA  
ARGENTINA DA DÉCADA DE 1940: A REVISTA SUR EM CONFRONTO COM O  
PERONISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de mestre em História. Área de Concentração – História Cultural.

**Banca Examinadora**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Alberto Aggio.**

**1º Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**2º Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.**

## AGRADECIMENTOS

Ainda que, após tantas leituras, eu não consiga compreender essa minha tentativa como um trabalho pronto (talvez isso seja, mesmo, impossível), a sensação de ter concluído uma etapa, de ter convivido durante esses dois anos com os problemas, as dúvidas e a condição humana dos sujeitos dessa história que tento contar, me desperta sentimentos ambíguos. Se, por um lado, a cada dia de pesquisa e reflexão, os dramas argentinos se tornavam mais próximos, chegando a se confundir com os meus próprios, por outro lado não posso esquecer que, a parte desse mundo da pesquisa, pessoas e lugares me possibilitaram as digressões e a entrega necessárias.

Assim, gostaria de agradecer a uma imensidão de professores, comentaristas, ouvintes que, embora não saibam sempre, foram fundamentais à concretização desse projeto. Meu obrigado aos integrantes da banca de qualificação, prof. Dr Marcos Alves e Prof. Dr. Marcos Sorrilha. Da mesma forma, agradeço aos professores do IFCH, onde cursei algumas disciplinas durante esse tempo, e que me abriram perspectivas novas e deram força à minhas pequenas audácias: Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto, prof. Dra Izabel Marson, prof. Dra. Stella Bresciani e prof. Dr. Silvio Camargo. Da mesma maneira, agradeço aos colegas de pós-graduação, tanto na UNESP quanto na UNICAMP, por compartilharem comigo as expectativas e projetos. Finalmente, agradeço a meu orientador prof. Dr. Alberto Aggio, tanto pela ajuda formal quanto por ter acreditado em meu projeto e me possibilitado um amadurecimento paulatino e firme, de acordo com meu próprio tempo e estilo.

Estiveram comigo, também, os amigos de sempre, que desde 2005 compartilham comigo as angustias e as descobertas, históricas e mundanas. Para Ana, Aender, Brunna, Cabeça, Mojica e, um pouquinho mais distantes no espaço, Monique, Stella e Tufic, meu obrigado pelo convívio suave e infinito. À Mariana e Seu Jorge, preciso guardar uma linha especial, ela por ter sido sempre o anjo operacional, tanto no pessoal quanto no profissional, e ele, pela amizade tão próxima e compreensiva, além dos litros.

Uma linha também para Guilherme, que esteve do meu lado em absoluto. E que não arredou pé do seu amor e de sua atenção mesmo quando eu permanecia intratável na frente do computador. Sua ajuda e o conforto de sua presença foram fundamentais desde o começo. Dois contra o mundo.

Por fim, agradeço aos meus pais e à minha irmã Valéria. Se cada família tem sua história e seus percalços, essa não é diferente das outras. Todavia, essas três pessoinhas que sempre me deram um apoio irrestrito merecem ser lembradas em especial, de acordo com cada parcela de força. Minha irmã, com seu afeto e seu coração, minha mãe, com sua capacidade de me fazer acreditar em mim mesma quando, sozinha, eu não achava que isso fosse ainda possível, e meu pai, com sua intuição inata para a tolerância, que confiou em mim tantas vezes: sem vocês esse trabalho não só não seria possível, como não teria propósito.

Mas não são apenas os governos totalitários que temem a leitura. Os leitores são maltratados em pátios de escolas e em vestiários tanto quanto nas repartições do governo e nas prisões. Em quase toda parte a comunidade dos leitores tem uma reputação ambígua que advém de sua autoridade adquirida e de seu poder percebido. Algo na relação entre um leitor e um livro é reconhecido como sábio e frutífero, mas é também visto como desdenhosamente exclusivo e excludente, talvez porque a imagem de um indivíduo enroscado num canto, aparentemente esquecido dos grunhidos do mundo, sugerisse privacidade impenetrável, olhos egoístas e ação dissimulada singular. “Saia e vá viver!” dizia minha mãe quando me via lendo, como se minha atividade silenciosa contradissesse seu sentido do que significava estar vivo. O medo popular do que um leitor possa fazer entre as páginas de um livro é semelhante ao medo intemporal que os homens têm do que as mulheres possam fazer em lugares secretos dos seus corpos, e do que as bruxas e os alquimistas possam fazer em segredo, atrás de portas trancadas.

A leitura deu-me uma desculpa para a privacidade, ou talvez tenha dado um sentido à privacidade que me foi imposta.

Alberto Manguel.

TEDESCO, Alexandra Dias Ferraz. **A crítica da elite letrada à incorporação do “homem-massa na Argentina da década de 1940: a Revista Sur em confronto com o peronismo.** 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

## RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar, a partir da análise da revista Sur, dirigida por Vistória Ocampo e publicada regularmente em Buenos Aires de 1931 à 1970, um panorama dos debates e tensões estabelecidas entre a elite letrada, vinculada à tradição liberal, e a nova configuração social que se projeta na Argentina a partir da década de 1940, com a emergência do peronismo. Através da reflexão em torno da publicação, circulação e repercussão dos textos publicados em Sur, pretende-se dimensionar o impacto da inserção do “homem-massa” na política argentina, bem como de que forma a tradição legitimada dos intelectuais vinculados ao grupo de Ocampo se confrontou com os novos imperativos da modernidade, tal qual se deu na Argentina. Buscamos identificar, assim, as vinculações históricas da postura de Sur, a partir da institucionalização de uma elite bastante influente na conformação do campo político e cultural do país. A partir de uma perspectiva que se insere nos marcos da História Política, Sur será analisada em relação à essa tradição. Dessa forma, a revista aparece não somente como fonte mas também, em um sentido mais amplo, como caminho metodológico para a compreensão das tensões e dinâmicas da sociedade argentina frente ao peronismo.

**Palavras-chave:** história argentina. Revista Sur. modernidade latino-americana. história dos Intelectuais. sociedade de massas.

TEDESCO, Alexandra Dias Ferraz. **The critical of literary elite to the incorporation of the “mass-man” in the Argentina on 1940’s: The Magazine Sur in confrontation with peronism.** 2012. 151 p. Dissertation (Masters in History) – Humanities and Social Sciences College in Franca - State University Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

### **ABSTRACT**

The present investigation presented the, from the analysis of the Magazine Sur, directed by Victoria Ocampo and regularly published in Buenos Aires from 1931 to 1970, an overview of the debates and tensions among the established literary elite, linked to liberal tradition, and the new social configuration that projects in Argentina since the 1940s with the emergence of Peronism. Through reflection on the publication, circulation and transmissions of texts published in Sur, one intends to measure the impact of the insertion of “mass-man” in Argentinian politics, and how the legitimate tradition of intellectuals associated with the group of Ocampo was confronted with the new imperatives of modernity, as it happened in Argentina. So, this way, we seek to identify, the historical linkages of posture Sur, from the institutionalization of a very influential elite group in shaping the political and cultural development. From a perspective that falls within the framework of political history, Sur will be analyzed in relation to this tradition. Thus, the magazine appears not only as a source but also in a broader sense, as a methodology for understanding the tensions and dynamics of Argentinian society in relation to the Peronism.

**Keywords:** Argentine history. Sur Magazine. latin america modernity. history of intellectuals. masses society.



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	09
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 DISPUTAS E AMBIGÜIDADES NA RELAÇÃO DOS HOMENS DE LETRAS COM O PODER NA CONFORMAÇÃO DO CAMPO INSTITUCIONAL ARGENTINO</b> .....	29
1.1 A relação cidade-campo na formação da Argentina moderna e o problema da formação da Nação .....	30
1.2 A herança dos primeiros liberais e o projeto da elite letrada para a nação .....	48
<b>CAPÍTULO 2 A SOCIEDADE DE MASSAS E A INCORPORAÇÃO POLÍTICA DOS MARGINALIZADOS DA IMIGRAÇÃO: PERCEPÇÕES DOS HOMENS DE LETRAS</b> .....	66
2.1. A imigração e a fisionomia urbana de Buenos Aires no começo do século XX .....	67
2.2. O homem-massa versus o homem cosmopolita: o círculo de debates entre nacionalistas e liberais e a problemática da modernidade .....	85
<b>CAPÍTULO 3. LIBERAIS EM CONFRONTO COM O PERONISMO: A TRAGÉDIA DA CULTURA NAS PÁGINAS DE SUR</b> .....	102
3.1. A revista Sur, a defesa da alta cultura e as disputas pela identidade Argentina .....	103
3.2. Americanismo, liberalismo e democracia: o papel de Sur diante da crise do peronismo (1951 -1955) .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142

## **APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho apresenta, a partir do estudo da revista Sur, dirigida por Victoria Ocampo, uma análise da crítica da elite letrada ao peronismo, notadamente direcionada ao papel que a base social do governo de Perón desempenhará na nova conjuntura política e cultural das décadas de 1940 e 1950. Tal proposta insere-se dentro de um objetivo mais amplo: compreender a lógica social subjacente aos debates protagonizados por Sur, que se referem principalmente a incorporação do “homem-massa” à cena política do país, trazendo consigo os efeitos típicos de uma sociedade em franca e acelerada transformação.

A introdução foi pensada no sentido de fornecer um panorama das discussões com as quais se comporá o debate em torno da problemática a ser analisada nos capítulos. Assim, ela procura apresentar os elementos e os conflitos tangentes ao contexto da modernidade, da sociedade de massas, das mudanças nas instâncias de mediação política que derivam dessa conjuntura e da relação dos homens de letras com uma nova concepção de cultura, de política e de instrumentos de poder. Acreditamos ser frutífera essa consideração introdutória na medida em que os conflitos em torno da sociedade de massas na Argentina, e suas repercussões nos meios intelectuais, estão perpassados pela experiência ocidental de mudança nas relações com o espaço, com o tempo, com a política e com a cultura de forma geral. Assim, nossa proposta é apresentar as discussões que compõem o pano de fundo da problemática especificamente argentina e indicar os diálogos culturais que influenciaram, de muitas formas, os homens de letras de Buenos Aires na década de 1940.

O primeiro capítulo, *Disputas e ambiguidades na relação dos homens de letras com o poder na conformação do campo institucional argentino*, está estruturado a partir de duas reflexões principais. Inicialmente, nossa proposta é traçar um breve histórico da formação da elite letrada de Buenos Aires. O surgimento desse grupo, que se consolidou como setor gestor do país desde os primórdios da conformação do campo institucional argentino, está atrelado ao fortalecimento do próprio Estado naquele país, e inserido em um processo de fortalecimento das elites urbanas vinculadas ao porto de Buenos Aires. Nesse sentido, as discussões acerca das querelas com as outras províncias, a batalha entre federalistas e unitários e o próprio processo de criação de uma elite especulativa urbana vinculada às expectativas do campo, estão apontadas no sentido de elucidar a conformação de uma elite vernácula de grande porte, que será a grande responsável pelos projetos civilizatórios na Argentina e que só será efetivamente contestada diante das investidas peronistas e das transformações que a sociedade de massas engendra na atividade e na esfera de ação dos intelectuais na década de 1940.

Consideramos que tal recuo temporal no recorte de nossa investigação é importante na medida em que as forças sociais, políticas e culturais que atuaram na década de 1940 estiveram vinculadas à uma tradição que remonta à “geração de 1837”. Tal filiação é destacada pelos próprios sujeitos e, assim, acreditamos que esse mapeamento inicial é uma ferramenta necessária para compreendermos a relação processual e dinâmica que está por trás dos projetos de nação pensados pelos primeiros liberais.

Num segundo momento, ainda no primeiro capítulo, nossa proposta consiste em detalhar, mais pontualmente, quais foram esses projetos civilizatórios pensados pelos primeiros liberais argentinos, e que informaram, posteriormente, a crítica ao peronismo na década de 1940. A projeção no espaço político desses projetos para a Argentina estão imersos no que Carlos Altamirano classifica como “ensaios de auto definição”. Nesse sentido, os projetos imigratórios, a busca por uma identidade e os conflitos em torno da inserção da Argentina no ocidente a partir de uma perspectiva cosmopolita, são os tópicos principais de nossa problemática.

Procuramos localizar, assim, o surgimento de um projeto político-cultural concreto para o país, diante da instabilidade política do pós-independência e da necessidade de construir uma “nação” no sentido cultural e social do termo. Para tanto, nos remetemos ao debate da geração de 1837 e às primeiras investidas políticas de Sarmiento e Alberdi, passamos pela construção da retórica da nova direita argentina no momento do Centenário, pela frustração do otimismo republicano diante do insucesso da política imigratória e encerramos a discussão do capítulo apontando os elementos que compunham o debate intelectual na transição da década de 1930 para 1940: ponto de inflexão do projeto liberal, do amadurecimento de uma tendência nacionalista conservadora nos círculos letrados argentinos e, principalmente, marco de uma nova relação dos intelectuais com a política.

A análise, portanto, da conformação do campo institucional argentino, da formação da elite urbana vinculada ao mundo agrário e dos projetos culturais e políticos elaborados no seio de processo, permitem que o capítulo se encerre tendo apresentadas as forças sociais e políticas que compuseram os debates culturais da década de 1940, bem como as investidas políticas dos homens de letras que forjaram a legitimidade histórica da perspectiva liberal, invocada pelos críticos do peronismo a partir de Sur.

O segundo capítulo, intitulado *A sociedade de massas e a incorporação política dos marginalizados da imigração: percepções dos homens de letras*, está dividido também em dois momentos. Inicialmente, a análise se centra nos aspectos conflituosos do aparecimento do que

os intelectuais liberais diagnosticaram como *sociedade de massas*. Para tanto, analisaremos de que forma os efeitos da imigração, principalmente a existência de um grande excedente populacional no entorno de Buenos Aires durante a transição da década de 1920 para 1930, contribuíram para a configuração de um processo de dessacralização do espaço urbano da cidade e, paralelamente, colocaram em cheque as legitimidades tradicionais dos homens de letras. Elaborado esse panorama, discutimos, a partir do debate intelectual da época, de que maneira a elite cultural portenha interpretou o surgimento e o protagonismo do que ela tratava como “homem-massa”: base humana dos totalitarismos de direita e de esquerda. Posto que o conceito de “homem-massa” encontra-se em larga medida nas discussões europeias em torno da modernidade, debateremos o alcance dos referenciais pautados na “tragédia da cultura” nos meios letrados argentinos.

Posteriormente, nos concentraremos nas interpretações que esses círculos intelectuais, tanto nacionalistas como liberais, formularam a partir da nova realidade política e social argentina na década de 1940. Debateremos o confronto entre a perspectiva que defendia a autonomia de ação e criação dos homens de letras, e o engajamento intelectual solicitado pela proposta nacionalista de construção de uma sociedade harmônica. Também nesse aspecto, o início de uma polarização profunda entre a perspectiva nacionalista e a perspectiva liberal e cosmopolita de grupos como Sur também são considerados, para que possamos concluir a reflexão desse momento do texto com uma análise da vivência da experiência moderna através da percepção desses intelectuais vinculados à revista.

Finalmente, no terceiro capítulo, intitulado *Liberais em confronto com o peronismo: a tragédia da cultura nas páginas de Sur* estamos em condições de analisar mais cuidadosamente de que forma a crítica a sociedade de massas feita pelo grupo Sur está inserida em um amplo processo dialético de resposta aos principais aspectos da modernidade, tal como se deram na Argentina. Inicialmente, faremos um paralelo entre a proposta peronista de cultura, de sociedade orgânica, e do lugar que Perón reserva à educação e aos homens de letras em suas postulações, e a proposta de Sur, baseada em que a esfera individual deve ser preservada do mundo da política. Nessas disputas entram em jogo aspectos importantes do debate intelectual protagonizado por Sur, desde a questão do conflito entre as versões da identidade argentina (e dos projetos político-culturais que delas derivam), até a repercussão do projeto que os liberais propunham em alternativa ao peronismo.

Na medida em que Sur é uma das grandes protagonistas do debate com o peronismo, aglutinadora das mais diversas tendências de oposição ao regime, nossa proposta é identificar,

através dos textos publicados em Sur, bem como de sua repercussão nos meios letrados de Buenos Aires, em que bases estavam assentadas a defesa dos referenciais liberais que se contrapuseram ao peronismo. A percepção que Sur tem do peronismo, e os projetos de oposição que ela encampa através de seus principais colaboradores são maneiras de demonstrar de que forma esse grupo de homens letrados formados na escola liberal interpretaram e vivenciaram esses processos de ampliação das esferas culturais e de mudança política da modernidade.

Por fim, concluímos nosso terceiro capítulo com uma reflexão em torno dos reflexos do vigoroso debate de Sur com o peronismo, considerando as interpretações que dele foram feitas após 1955. No momento de queda do peronismo, a Sur entra num declínio de que jamais sairá por completo, embora seja publicada regularmente até meados da década de 1970. A batalha de Sur em torno de uma visão específica da experiência moderna é capaz de nos possibilitar, dessa forma, uma aproximação importante a aspectos fundamentais da crítica dos intelectuais liberais à incorporação das massas na política argentina.

O estudo de Sur é considerado, há algum tempo, um ponto de partida fundamental para a análise das disputas culturais do período. Acreditamos que a inserção da análise crítica de Sur nos termos das disputas e contradições da modernidade pode ajudar a esclarecer outros aspectos, reconhecidos e presumíveis, da experiência moderna argentina. Nem a oposição liberal feita por Sur, nem o peronismo, são aqui interpretados como plataformas ideológicas monolíticas. Pelo contrário, é preciso reconhecer que estão em confronto duas tendências heterogêneas, duas forças políticas permeadas por conflitos sociais e culturais bastante complexos. Acreditamos, nesse sentido, que a riqueza do debate encontre-se precisamente nessa natureza poliforme de ambas as posições.

## **INTRODUÇÃO**

A ideia de modernidade, ou o resultado dos processos de racionalização, secularização e tecnicização do mundo iniciados no século XVI foi, via de regra, interpretada como a batalha que os ocidentais travaram em nome da razão no período subsequente à Idade Média. A proposta de libertar o homem da escolástica e do fatalismo cristão que compunha a maior parte dos repertórios filosóficos das “luzes”- desde Locke a Rousseau, passando por Hobbes e Descartes -, foi encarada pelos leitores e intérpretes do século XIX e XX como o eixo mesmo das transformações pelas quais passava a Europa nesse momento. Os séculos XVI e XVII - as grandes investidas marítimas, as novas tecnologias de navegação e comunicação, a imprensa e o crescimento do comércio em larga escala -, na visão clássica da modernidade, teriam significado o derradeiro combate contra tudo que se interpunha entre o homem e o conhecimento através da razão.

Na mesma perspectiva, o século XVIII e o XIX, respectivamente, inseriram e deram vazão a novas categorias políticas e sociais que transformaram por completo a sociedade moderna. As mudanças na organização do trabalho, os novos pressupostos políticos advindos de 1789 e a acumulação de moeda proporcionada pela exploração das colônias atlânticas possibilitaram à Europa ocidental a formulação de complexas noções de povo, nação, poder e instâncias políticas. A reflexão que se pode inferir desse amplo leque de mudanças e transformações que perpassou a formação da Europa moderna é que se tratou de um processo baseado em oposições e diacronias e em um grande esforço por construir, a partir das inovações políticas e tecnológicas, uma nova sociedade e uma nova identidade baseadas no distanciamento em relação ao passado. Assim, foi a ideia do conflito, da fissura e do rompimento que norteou maior parte das reflexões modernas sobre os próprios modernos, seus desafios e os custos sociais dos processos em curso. Como salienta Harvey(2007), o século XIX vivenciou a experiência de encontrar vínculos com a tradição num contexto onde a transformação das práticas espaciais e temporais implicavam num conflito de identidades e numa perda drástica do sentido de continuidade histórica.

Após alguns séculos de modernismo o agravamento de tensões políticas que culminaram em 1848, o aumento da miséria, os amplos conflitos por descolonização e as novas formas de relação com a cultura, desembocaram - em meados do século XIX - em um impasse na interpretação da modernidade. A partir do questionamento a respeito da desejabilidade de um mundo baseado na razão e em uma ideia de progresso bastante unilateral, a noção de modernidade como superação do passado e construção de um mundo mais aberto, mais humanizado e, em última instância, melhor, passou a sofrer duras críticas.



É, portanto, a partir do século XIX que uma visão crítica da modernidade passou a dominar a reflexão de filósofos, sociólogos e intelectuais de maneira geral. Essas novas interpretações, partindo do diagnóstico de “tragédia”<sup>1</sup>, inseriram uma necessidade analítica que, ainda hoje, não foi superada. Se a negação do mundo das “trevas” e o início do mundo “esclarecido” não foram capazes de fazer emergir uma sociedade mais justa, mais participativa e mais humanizada, o desafio direciona-se ao questionamento da própria necessidade de ruptura que baseou, por mais de 300 anos, a reflexão dos modernos. Assim, elabora-se a nova questão: como pensar a modernidade positivamente, propositivamente, e não sempre por oposições? Ou seja, como interpretar as disputas simbólicas, políticas e sociais da modernidade através da análise do que ela propõe, e não só do que rejeita, dos desequilíbrios e conflitos que ela cria através de sua própria dinâmica, e não somente dos que procura resolver?

Certamente, a dificuldade na interpretação do conceito de modernidade, bem como da tipificação de suas práticas e projeções no cotidiano dos modernos, advém da própria natureza da modernidade: seu conteúdo poliforme, e muitas vezes fugidio, baseado em uma temporalidade em constante mutação. A dicotomia proposta pelos intérpretes do século XVIII entre racionalização e sujeito, parece não mais ser suficiente, no XIX, para explicar fenômenos tão complexos como a emergência de novos atores políticos, a pluralização das instâncias de legitimidade públicas e as novas possibilidades de mobilização e organização social advindas da comunicação de massa.

Para Habermas

a modernidade expressa sempre a consciência de uma época com conteúdos mutantes, que se põe em relação com a antiguidade para conceber-se a si mesma como o resultado de uma transição do antigo ao novo (HABERMAS, 1988, p. 266)

A reflexão de Habermas indica a dificuldade e a profundidade dos dilemas. A esfera da cultura, de onde os iluministas do século XVIII pensaram poder fazer emergir uma nova espécie de relação do homem com o mundo, acabou sendo transfigurada e dessacralizada por

---

<sup>1</sup> A concepção que associa modernidade à tragédia, como uma espécie de desencantamento do mundo e de fissura na relação orgânica entre o homem e o mundo em que vive, pode ser encontrada em diversos intérpretes da modernidade. Destacamos, nesse sentido, as obras: MARCUSE, Herbert. *La Sociedad Opresora*. Caracas. Ed. Nuevo Tiempo, 1971 e MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso Tempo*. Rio de Janeiro. Zahar, 1973

fenômenos como a cultura de massa e a sociedade de consumo que, a primeira vista, pareciam constituir a própria antítese da proposta de iluminação. A tensão entre modernidade e tradição, portanto, ganha no século XIX contornos menos lineares e menos monolíticos.

David Harvey, analisando o período entre 1848 e 1857 que considera como primeira crise de superprodução do capitalismo moderno, aponta que os desenlaces desse período desembocaram numa “crise de representação, e que esta proveio de um reajuste radical do sentido do tempo e do espaço na vida econômica, política e cultural” (2007, p. 237). Para o autor, é precisamente nesse momento, segunda metade do XIX, que os elementos progressistas da burguesia deixam de compreender como possível a defesa de seu tempo iluminista, orientado para o futuro. Ele argumenta ainda que “a certeza do espaço e do lugar absolutos foi substituída pelas inseguranças de um espaço relativo em mudança, em que os eventos de um lugar podiam ter efeitos imediatos e ramificadores sobre vários outros”(2007, p. 238).

Essas mudanças na percepção do tempo, do espaço e da relação com o sagrado constituem, de muitas maneiras, o substrato cultural de um mundo em profundas transformações econômicas. O fordismo, ao otimizar o tempo em função da organização espacial da produção, estabeleceu novos parâmetros produtivos, alterando por completo o sentido da experiência do trabalho, especialmente na transição do século XIX para o XX. Nesse sentido, para Gil Villegas, o período que vai de 1900 a 1929 é o momento de culminação da modernidade<sup>2</sup>. A partir dessa nova relação com o trabalho, com a ação e com o sujeito, Simmel salienta que

(...) se origina a problemática situação do homem moderno: se sente rodeado por um número infinito de elementos culturais que não deixam de ter importância para ele e que, todavia, tampouco tem uma importância decisiva (1973, p. 72).

A complexificação da relação do sujeito com o mundo, assim, dá início a um sentimento de descrença quanto aos benefícios de uma sociedade baseada essencialmente no que Weber chamou de “razão técnica”. Para Touraine (2009), o século XIX marca o momento em que “pouco a pouco, o Ocidente substituiu uma visão racionalista do universo e da ação

---

<sup>2</sup> Uma das primeiras reflexões acerca da radicalização da problemática dos custos sociais da modernidade remete à um debate inaugurado em 1900 por Georg Simmel, em diálogo com a proposta de Max Weber. Sobre esse ponto, é possível consultar SIMMEL, G. *The philosophy of money*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1978.

humana por uma concepção mais modesta, puramente instrumental da racionalidade” (2009, p. 10). Na medida portanto em que a ideia de modernidade perde sua força “libertadora” e passa a ser apontada também como a grande responsável pela separação do homem do mundo e da natureza, a Razão como libertação, pretendida pelas luzes, passa a ser questionada vigorosamente. Se pensarmos que um dos componentes fundamentais do processo da modernidade reside precisamente na universalização dos seus pressupostos a todas as esferas da vida, podemos compreender o esforço dos teóricos clássicos da modernidade em associar, em última instância, a razão ao prazer. A crítica de Marx e posteriormente a de Freud e Nietzsche será decisiva, nesse sentido, para uma nova apreciação da subjetividade e do humanismo, já avançado o século XIX<sup>3</sup>.

A respeito da problemática do sujeito, foram elaboradas as mais distintas interpretações. Para Hannah Arendt(2010), a radicalização das tensões do mundo moderno estariam relacionadas a um processo de *apequenamento* do mundo, onde as experiências dos homens tornam-se conectadas e, paradoxalmente, mais fluidas. Arendt ressalta esse aspecto ao tocar em uma das problemáticas mais agudas que foram postas pelos intérpretes clássicos do fenômeno moderno: como compreender uma época, ou os homens de uma época, que vivem uma realidade essencialmente mutante, onde os referenciais são fluidos e os parâmetros relativizados a cada momento? O desaparecimento do sujeito e o nascimento de identidades mormente coletivas constituíram um importante eixo de preocupação dos teóricos do fenômeno moderno.

No bojo de diversas concepções do moderno e de interpretação de seus efeitos, ficamos com Kumar, quando este pontua que o conceito de modernidade pode ser entendido como “uma designação abrangente de todas as mudanças – intelectuais, sociais e políticas – que criaram o mundo moderno” (2006, p. 106). Alguns autores, como Marshall Berman, pontuam que desde o *Fausto* de Goethe, a dialética do moderno já se impõe, na medida em que o personagem teria sido o primeiro sujeito intelectual não-conformista da modernidade. Para Berman (1993), Fausto reflete a possibilidade do homem de letras, do sujeito da razão, atuar à margem do mundo social, numa atitude francamente hostil ao que o século XIX diagnosticaria como “tragédia da cultura”.

Embora, portanto, os conflitos referentes à relação do homem com o tempo social já estivessem manifestos em diversas instâncias da reflexão sobre o moderno, somente a partir

---

<sup>3</sup>Nietzsche e Marx, cada qual a seu modo, diagnosticaram a profundidade das mudanças e a dificuldade da sensibilidade moderna. Ambos propunham homens novos, munidos de um aparato social e intelectual capaz de os conduzirem em direção a um mundo mais liberto.

do século XIX os custos sociais e políticos da nova configuração passariam a protagonizar o repertório das interpretações do moderno. A revolução industrial inglesa, substrato material da modernidade, suscita uma ampla gama de interpretações acerca dos efeitos socioculturais da instauração da indústria, da liberalização das forças produtivas do campo e das novas ideias políticas atreladas a essas mudanças. O capitalismo, forma econômica por excelência da ideologia ocidental da modernidade (TOURAINÉ, 2009), demonstra, já em meados do século XIX, suas faces contraditórias e problemáticas e, assim, os conflitos sociais atrelados às novas dinâmicas produtivas passam a exigir dos modernos uma reflexão mais efetiva, desvinculada da ideia de que os embates entre trabalhadores e patrões representariam, somente, “uma resistência às luzes e à razão” por parte dos primeiros (TOURAINÉ, 2009, p. 43).

Thompson (1998), em sua análise sobre o processo de expulsão das comunidades camponesas inglesas e de sua incorporação no mercado de trabalho, aponta que essas sociabilidades são paulatinamente destituídas de seu caráter tradicional, passando a se projetar no meio urbano e integrar uma sociedade com vínculos muito diferentes dos que tinha enquanto comunidade integrada no campo. Todo esse contingente, toda essa força de trabalho mobilizada pelas novas necessidades técnicas da indústria, projeta na esfera política novos elementos e novas demandas, levando a um processo de ampliação das esferas de legitimidade institucionais, e a uma correlata pressão por novos mecanismos de representatividade política.

Durante grande parte do século XIX, um enorme contingente de famílias camponesas é deslocado de suas casas e de suas culturas ancestrais para serem incorporados ao mercado de trabalho fabril. Esse processo foi responsável pelo surgimento dos marginalizados pelos processos sociais da modernidade. Nesse momento, a segurança normatizadora do grupo, antes baseada nas redes e sociabilidades tradicionais, perde sua eficácia, diante da dissolução dos laços comunitários. Segundo Bauman, “(...) os homens livres vagabundos expunham a obsolescência dos mecanismos tradicionais de reprodução social” (BAUMAN, 2010, p. 65). Sob a ótica industrial, o trabalho passa a ser o eixo integrador possível para o manutenção da ordem na Europa do século XIX, buscando eliminar assim o “reino do medo” que emergia desse processo de desenraizamento, como salienta Norberto Bobbio (1997).

As esferas de repercussão dessas transformações -, se substituirmos, com Raymond Williams<sup>4</sup>, a ideia de reflexo superestrutural pela ideia de mediações políticas - se estendem

---

<sup>4</sup> A abordagem metodológica de Raymond Williams, focada numa concepção de hegemonia ampla, que compreende todos os setores da vida social, centra-se na proposta de considerar uma reflexão sobre o

por todas as áreas da ação humana ocidental. Assim, embora a modernidade não possa ser definida somente a partir da modernização, seja da divisão do trabalho ou das transformações profundas no mundo da produção, ela está conectada a essa ampla gama de fenômenos. Essa conexão se estabelece não somente na medida em que a nova organização produtiva altera as relações objetivas dos homens, mas também na medida em que modifica os parâmetros de sua experiência, inserindo novas categorias de pertencimento e identificação e transformando por completo o que Touraine chama de “*sensibilidade moderna*”.

A velocidade em que se dão essas transformações está atrelada ao surgimento de novos meios de comunicação que se expandem paulatinamente, atingindo um número cada vez maior de pessoas, unificando a experiência dos modernos e, ao mesmo tempo, criando identidades fragmentárias muito distintas das antigas relações de solidariedade e comunidade que ainda existiam em alguns lugares da Europa no começo do século XIX. Nesse sentido, o telégrafo, a abertura do canal de Suez, os primórdios da comunicação pelo rádio, e a experiência do automóvel mudam o sentido do tempo e do espaço de forma radical no início do século XX.

A fotografia, por exemplo, amplia a possibilidade de compreensão do movimento, “ao mesmo tempo em que novas tecnologias de impressão e de reprodução mecânica permitiam a disseminação de notícias, informações e artefatos culturais em camadas cada vez mais amplas da população”(HARVEY, 2007, p. 240). O começo do século XX marca, portanto, a radicalização de uma relação conflituosa com a modernidade, por parte de diversos setores. A emergência de novos atores políticos proporcionada pelos processos de urbanização e concentração nos grandes centros fabris engendra uma sociedade mais plural, que transforma as relações de poder antes dominantes, e desaloja, nesse sentido, os homens de letras de seu antigo protagonismo. Nas palavras de Alain Touraine “após séculos de modernismo (...) as relações entre os intelectuais e a história desarranjam-se no século XX” (TOURAINÉ, 2009, p. 159).

Embora desde o século XIX alguns cientistas e filósofos já meditassem à sombra do *medo das massas*, a experiência do nazi-fascismo radicalizou a percepção desses novos setores como fator nocivo, essencialmente dissolutor. É um ponto de inflexão na função dos intelectuais diante da modernidade. Nos primeiros anos do século XX, o apelo estético ganha força nos meios intelectuais franceses, alemães e latino-americanos, e a única saída para os

---

processo histórico que, ao mesmo tempo em que considere os aspectos constitutivos da prática cultural, permaneça atenta e sensível à dimensão social. Tal reflexão encontra-se mais detalhada na obra WILLIAMS, Raymond. Cultura. 2ed. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

totalitarismos de direita e de esquerda parece residir no próprio pensamento. Uma nova cultura, a da racionalidade instrumental, parece, a esses intelectuais, arruinar todo o empenho iluminista que os havia informado até então. De certa maneira, o futuro que se anunciou com as luzes, baseado numa proposta de educação e cultura, tornou-se necessariamente incompatível com a organização produtiva, social e política que é requerida pelo modelo de modernização e mudanças sociais do começo do século XX.

Esse desencantamento da alta cultura está refletido em inúmeras iniciativas do campo intelectual e político. As décadas de 1910 a 1940 são marcadas por uma profunda fissura na crença do papel modificador da educação, e uma onda de pessimismo passa a compor o repertório dos debates, círculos e revistas. Como pontua F. Cabral Pinto, a reflexão weberiana é taxativa nesse sentido: seria “*o fim do otimismo ingênuo daqueles que celebraram a ciência e a técnica como caminho para a felicidade*” (1992, p. 69). Nesse sentido, o autor alemão identifica que os homens modernos, presos na “jaula de ferro” do utilitarismo, passariam fatalmente a coabitar num “*implacável sistema de relações anti-fraternas*” (PINTO, 1992, p. 70).

O Instituto de Investigação Social, fundado em Frankfurt, em 1923, foi um dos centros aglutinadores do pensamento que associou a modernidade e o aparecimento das massas a um caráter negativo, pejorativo, escravizador e repressor. Adorno, Horkheimer e Marcuse mapearam, a partir das pesquisas vinculadas ao Instituto, a derrota da razão diante das paixões da multidão. Se antes, como apontado, Freud dizia que o mundo da razão suprimia o mundo do prazer, gerando um mal estar profundo na civilização, agora Marcuse, leitor atento do psicanalista, nos diz que o princípio do prazer finalmente absorveu o princípio da racionalidade.

A fórmula aristocrática, que sempre havia resguardado em seu bojo um lugar para os intelectuais, está agora, se não suprimida, aparentemente debilitada pela inserção de novos setores no campo da política: a cultura de massa, ao pôr em cheque o monopólio da palavra de que gozavam os homens de letras, provoca uma reação crítica por parte desses setores, baseada essencialmente em uma profunda negação dos aspectos totalitários que identificam na modernidade.

Diante desse processo, em que os intelectuais foram expropriados de suas funções tradicionais de gerência, como alerta Bauman, a elite letrada arma sua trincheira anti-moderna, e tenta recuperar suas prerrogativas culturalistas, defendendo fortemente a

plataforma estética<sup>5</sup>. A raiz do desconforto da elite letrada europeia provém de um anacronismo funcional: os analistas e intérpretes não desempenham mais seu papel tradicional, na medida em que a cultura deixou a esfera dos círculos herméticos dos intelectuais e passou a integrar o repertório político da integração social. O mercado se tornou, em suma, a instância de consagração da sociedade de massas.

Compreendendo que a inserção da cultura de massas esvaziava o poder de seu discurso essa elite letrada condenou, ultrajada, essa sociedade, apelando para a criação de novas instâncias de legitimidade. Jean François Sirinelli (in REMOND,1996) aponta que um dos aspectos da relação dos intelectuais com a sociedade contemporânea é a ridicularização da erudição e da própria função desta na sociedade. O culto ao valor de uso do trabalho coloca a arte e a inteligência pura em um patamar abjeto: não tem valor de uso, sequer é útil. Dessa forma, por mais que não seja possível historiográfica ou sociologicamente associar imediatamente as posições de resistência desses intelectuais perante a sociedade de massas a uma defesa dos interesses de uma “classe dominante coesa e homogênea”, fica patente que essa elite letrada está lutando contra um processo de dissolução dos valores aristocráticos, entre eles o culto ao mérito depositado na figura heroica do homem de letras.

Nesse sentido Halerbsky<sup>6</sup> ressalta que embora “*o conceito da sociedade de massa e da política de massa teve sua origem na reação intelectual à natureza da mudança e da tensão evidentes desde o fim do século XVIII*” (HALERBSKY, 1978, p. 14), é no momento de emergência das formas políticas associadas à “mobilização de massas” que os teóricos das massas passam a discutir sua inserção na política e a problematizar o desenraizamento provocado por essa inserção.

Kornhauser (1969), referência na interpretação da chamada *teoria das massas*, aponta que é a partir desse momento, quando a reação às revoluções do XIX e o medo do totalitarismo que sugere o início do XX estão plenamente desenvolvidos, que começa a tomar forma uma verdadeira plataforma intelectual de crítica à sociedade de massas, os chamados *teóricos das massas*. Dada a enormidade de interpretações acerca do fenômeno, Kornhauser

---

<sup>5</sup> Simmel, expoente no diagnóstico da “tragédia da cultura”, efetua uma divisão entre cultura subjetiva e cultura objetiva. A preponderância da cultura objetiva, instrumental, na modernidade levaria à uma contradição fundamental entre vida e forma. Segundo a interpretação de Villegas da obra de Simmel: “el sistema de fines en la modernidad se há complicado tanto que há desaparecido el significado de la vida” (VILLEGAS, 1998, p.156). Nesse sentido, Simmel propõe a “saída interna”, considerando que o foro íntimo pode continuar se desenvolvendo livremente, e é único capaz de tal proeza, diante dos totalitarismos e da cultura de massa. Essa confiança na “vontade de humanidade” de uma elite voltada para o ato estético ganhou eco em inúmeras correntes e propostas culturais ao longo do século XX.

<sup>6</sup> HALERBSKY, Sandor. Sociedade de Massa e conflito político. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

efetua uma divisão analítica que consideramos, de início, bastante frutífera. Para ele, a reação às transformações no século XIX formou os críticos aristocráticos da sociedade de massas, como Le Bon, Ortega e Manheim, e a resistência à perspectiva do totalitarismo, por sua vez, deu origem ao que classifica como críticos democráticos da sociedade de massas, cujos maiores representantes são os teóricos da Escola de Frankfurt e, notadamente, Hannah Arendt. Consideramos que a divisão de Kornhauser pode ser bastante útil na medida em que não é categórica nem monolítica, pois, como ele destaca,

por paradoxal que seja, estes críticos democráticos acabaram por recorrer, em grande parte, ao armamento intelectual usado pelos pensadores aristocráticos, diante do fluxo crescente de ideólogos democráticos no século XX (KORNHAUSER, 1969, p. 20).

O horror e o estupor da elite vernácula ante a projeção da multidão é caracterizado por Walter Benjamin em sua crítica à *Era da Reprodutibilidade Técnica*<sup>7</sup>, onde a fluidez do tempo e o caráter etéreo da cultura despojam a particularidade da obra de arte, causando mesmo a perda da aura na modernidade, a perda das funções rituais (1989, p. 214)<sup>8</sup>. Para o espanhol Ortega y Gasset, razoavelmente distante da concepção crítica mas também manifestando o estupor diante desse processo de aceleração do tempo na modernidade, a fluidez da cultura de massas trás em seu bojo o fantasma da homogeneidade.

Ortega pontua, em seu clássico *A rebelião das massas* (1971,) que o homem engendrado por essa sociedade da prensa e das novas tecnologias de informação e comunicação é seu correlato “homem-massa”. Esse conceito representa muito do que os homens de letras imputaram à sociedade que os rodeava. O homem-massa não é somente o operário da indústria, mas é também o homem médio que trava sua existência calcada no tempo e na razão industrial, carecendo de um Eu inexorável.

Kornhauser destaca que a grande maioria dos intérpretes da sociedade de massas considera tratar-se de um estado das relações sociais onde as funções de mediação entre o indivíduo e o Estado estão fragilizadas. Tal situação contribui, de maneira decisiva, para que o indivíduo que corresponde a essa sociedade atomizada, o homem-massa, encontre-se

---

<sup>7</sup> BENJAMIN, Walter. Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas. Vol. 3. São Paulo. Brasiliense, 1989.

<sup>8</sup> Em “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”, Benjamin alerta que era essa “perda da aura” ou das funções rituais está intimamente atrelada às massas, na medida em que essas exigem que as coisas se tornem espacial e humanamente mais próximas e, ao mesmo tempo, assumem as reproduções como legítimas. Assim, a nova práxis da cultura e da arte são políticas, não mais rituais. A fotografia soterra, assim, o “valor de culto” da obra de arte, com suas possibilidades infinitas de reprodução.



*extrañado de si mismo*, pronto a encontrar formas de integração substitutas, como as totalitárias. Para Adorno (2006), essa situação reflete o fato de que

o preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados, com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo (ADORNO, 2006, p. 35).

Essa *nostalgia do Ser*, comum à escola de Frankfurt, a Le Bon, a Nietzsche e a Ortega representa um profundo descontentamento com os intentos iluministas protagonizados pelos intelectuais do século XIX. Ortega pontua, nesse sentido, que a absorção do homem pela política é uma das faces desse fenômeno de ascensão do homem-massa. Para ele, o intelectual esclarece, enquanto a política confunde. O espanhol afirma, ainda que o tema da “justiça social”, tão comum à retórica da nova direita europeia, não passa de um suspiro romântico, ao qual o homem massa, em sua imbecilidade, estaria pronto para encampar e tomar como seu. O totalitarismo, mais que um regime cruel, é interpretado como uma espécie de afronta intelectual.

Um dos pontos muito tocados por esses intérpretes é o fato da aglomeração, da multidão urbana e da experiência visual do abarrotamento. Poe, Benjamin e Ortega enxergam uma multidão que paulatinamente ocupa os espaços públicos antes destinados somente à um seletivo grupo: a invasão dos cafés e dos *boulevares* é uma forma física e concreta de desalojar os intelectuais. Para Benjamin “*com a multidão, a natureza exerce seu direito elementar sobre a cidade*” (BENJAMIN, 1989, p. 57). O direito elementar da natureza, precisamente a categoria política e social que os letrados haviam tentado suprimir desde Hobbes, retornava agora sob a forma de uma barbárie modernizada e ameaçadora, sob a forma da maioria.

Na multidão, alegam os teóricos das massas, impera o direito à vulgaridade. Na democracia saudável, alerta Ortega, as massas aceitam ou não um determinado projeto político, mas jamais o impõem, sequer o propõem. O historicismo é então definitivamente enterrado por esses teóricos, na medida em que o otimismo teleológico da sociedade, da cultura e do espírito, está submetido ao império da ação, sob as ruínas de toda possibilidade intelectual. Ortega coloca, também, que esse processo de domínio das massas teve início no século XIX e que este, com sua franca concessão de direitos aos trabalhadores e privilégios aos pequenos, acabou por criar a impressão de que as massas possuíam direitos, não conquistas.

Ortega propõe um plano para a aristocracia das letras, um plano que será comum à

grande parte das sociabilidades intelectuais do ocidente nesse momento: uma concentração estética que possa paulatinamente desenvolver mecanismos de retomada da hegemonia desse grupo então deslocado do poder e das instâncias de legitimação. A proposta é digerir o homem-massa, já que não é mais possível ignorá-lo. Em síntese, a estratégia é: “o ataque a fundo tem de vir de maneira que o homem-massa não se possa precaver contra ele, que o veja diante de si e não suspeite que aquilo, precisamente aquilo, é o ataque a fundo” (ORTEGA, 1971, p. 124).

Nesse sentido, o conservador Gustave le Bon (1895), que escreve ainda no século XIX mas já sob os influxos da sociedade de massas, aponta uma estratégia para conter os avanços da multidão, que considerava patológico:

para convencer as multidões é necessário, em primeiro lugar, perceber quais os sentimentos que as movem, fingir partilhá-los também e, depois, tentar modificá-los ou conduzi-los suscitando certas imagens por meio de associações mentais rudimentares (LE BON, 1895, p. 113).

Ernesto Laclau (2005), analisando o surgimento da teoria das massas atrelado ao conceito de populismo, pontua que “para Le Bon, a chave da influência que exercem as palavras na formação de uma multidão deve fundar-se nas imagens que evocam essas palavras, com total independência de seu significado” (LACLAU, 2005, p. 38). Teoricamente, segundo Laclau, esses intelectuais que resistiram à cultura de massa vislumbram, na cultura da multidão, uma incompatibilidade entre significado e significante, ou mesmo uma ausência desse último, tornando as aglomerações da modernidade o próprio espaço de inviabilização do Ser.

Essa associação entre as massas (e a sociedade e o comportamento que derivam de seu domínio) com um aspecto patológico, é uma das linhas mestras da perspectiva conservadora da teoria das massas. A ideia de que a comunicação com a massa e na massa só pode ser feita com base em imagens simplistas (sejam elas gráficas, verbais ou não) e dicotomias grosseiras perpassa todo um conjunto de obras que descaracterizam a possibilidade de existência real do indivíduo na multidão. Para Laclau, Le Bon baseia sua concepção em que “o poder das palavras está ligado às imagens que elas evocam e é completamente independente de seu significado real” (LACLAU, 2005 p. 103). É uma maneira, alerta-nos Laclau, de desqualificar a própria existência das massas no campo do público, na medida em que sua ação é vista como destrutiva e patológica. O debate sobre a hipnose, no fim do século XIX, fomentado pelas primeiras perspectivas psicanalíticas,

também contribui para essa visão, na medida em que como o hipnotizador não pode, a rigor, estar também hipnotizado, a relação das massas com um líder (e toda explicação do populismo que daí deriva) é basicamente personalista e passional, irracional e portanto anti-política.

Para Benjamin<sup>9</sup>a massa protege o antissocial camuflando-o em sua volumosa homogeneidade, em sua assustadora uniformidade. Segundo ele, a urbanização massiva das cidades é uma realidade dolorosa para o homem que não está imerso na multidão. Constrói nesse sentido a figura do *flâneur*: um homem que vive temporalmente e espacialmente na modernidade mas que conserva uma distância segura da homogeneidade fabril. Segundo ele, o *flâneur* é pela individualidade e “protesta contra a divisão do trabalho que transforma as pessoas em especialistas. Protesta igualmente contra sua industriabilidade” (BENJAMIN, 1989, p. 50). O inimigo do *flâneur*: o taylorismo e a massificação, a indústria e o caos que percebe em torno dos processos de modernização, e que engendram uma modernidade à qual é praticamente impossível resistir.

O tempo do *flâneur* e o tempo da multidão estão portanto em confronto, com vantagem para a cosmovisão massificada, que paulatinamente derruba os ícones antigos e os substitui pelo herói operário, pela produtividade. Benjamin aponta que a modernidade é uma tentativa burguesa de humanizar a mercadoria após já ter logrado sucesso em *mercadologizar* o homem. Nesse sentido, as relações que esses homens de letras mantiveram com o mercado cultural é bastante sintomática, e denuncia em que medida a resistência desse grupo letrado não foi apenas pessimista, mas também programática, como quis Ortega.

Esse processo de *mercadologização* e desumanização da arte é interpretado por Pierre Bourdieu nos termos de um processo de “autonomização progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos” (BOURDIEU, 1974, p. 99). O fenômeno da sociedade de massas e da intensificação do consumo cultural, para ele, gera uma diversificação das instâncias de consagração, o que desaloja os homens de letras de sua posição de detentores do monopólio da palavra e da cultura.

A produção erudita, assim, encontra-se, nas primeiras décadas do século XX, num embate sem volta com a indústria cultural. As referências internas dos intelectuais chocam-se com um novo código de valoração da cultura, baseado em normas de mercado. Os baluartes da ortodoxia intelectual estão, portanto, diante de um processo de rentabilização dos produtos

---

<sup>9</sup> A figura do “flâneur”, embora recorrente na obra de Walter Benjamin, está detalhada em sua relação com a modernidade na obra BENJAMIN, W. Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo. Brasiliense, 1989.

culturais. A “arte média”, de fácil acesso e com códigos de deciframento bastante amplos, é considerada a arte e a cultura do homem-massa, a que esse grupo seletivo de intelectuais tentará resistir através de sua prerrogativa estética.

Bourdieu alerta-nos que essa resistência se revestiu, de muitas maneiras, de um caráter romântico baseado numa leitura biográfica das obras e códigos culturais. Sendo os intelectuais, nesse momento, uma “*fração dominada da classe dominante*” (BOURDIEU, 1974, p. 192), desalojados de seu protagonismo, passam a levantar a bandeira da autonomia do artista, da arte pura, num claro movimento em direção ao indivíduo e num esforço conjunto de esvaziar o conteúdo social das novas dinâmicas culturais.

Assim, nossa reflexão sobre o papel dos intelectuais na modernidade e sobre as diversas funções que assumiu desde o século XIX, nos leva a pensar, com Raymond Williams que a compreensão das dimensões do fenômeno da resistência dos intelectuais ao *homem-massa* impõe a necessidade de “(...) investigar, ativa e abertamente, a respeito dessas relações tidas como verdadeiras e presumidas, e sobre outras relações possíveis e demonstráveis” (WILLIAMS, 2000, p. 10). Ou seja, consideramos que para além das atitudes demonstráveis dos grupos sociais – entre eles os intelectuais afetados pela massificação da política e da cultura – os intelectuais e suas relações com a modernidade podem ser também analisados sob um prisma mais holístico, que congrega inclusive a dúvida a respeito da sua própria existência como categoria social e política autônoma.

Todos esses processos e contradições (ou desarranjos, como classifica Touraine) entre os grupos letrados e a experiência da modernidade, são componentes de uma “ocidentalização do mundo”. No sentido em que pontua Adorno, o “caos cultural” (ou a tragédia), diagnosticada pelos intelectuais no começo do século XX não constitui propriamente um fato irracional, na medida em que existe uma coerência política, econômica e social entre as diversas instâncias da sociedade. Os influxos dessas discussões e debates serão radicalizados no pós-guerra: a experiência do holocausto e dos crimes de guerra representa, como pontua Hannah Arendt(2010), uma quebra na experiência e na capacidade de julgamento dos modernos.

O fato, todavia, que procuramos ressaltar, é que a concepção de que as massas são elementos sobretudo pejorativos, responsáveis por uma decadência inevitável da sociedade ocidental, possui vinculações teóricas múltiplas, que terá repercussões não somente na Europa, como também na América Latina e, mais especificamente, na Argentina. Assim, compreende-se que a crítica que a elite letrada argentina formulará diante do peronismo

esteve, sobremaneira, relacionada com essa sensação de apreensão e medo diante dos processos de integração das massas na política, diante da experiência física e intelectual do abarrotamento de Buenos Aires. Kumar (2006) ressalta, ao analisar a modernidade a partir do prisma do fim do século XX, que essas tentativas de crítica aos efeitos da incorporação das massas não constituem exatamente uma rejeição à ideia do moderno, mas sim uma resposta crítica às suas principais questões, e é nesse sentido que pretendemos situar a postura do grupo Sur diante do peronismo: como o correspondente dialético de um processo de modernização que, para um bonaerense letrado da década de 1940, parecia que não deixaria nada em pé.

O receio do fascismo, na Argentina, está incorporado à reflexão dos liberais vinculados ao grupo Sur. As interpretações sobre a sociedade de massa que formularam os setores letrados argentinos no momento do peronismo estiveram conectadas à percepção de “perigo para uma humanidade da qual as massas não fazem parte” (SAZ in AGGIO e LAHUERTA, 2003, p. 71). Para o autor, inclusive,

Hobsbawm como Arendt, Ortega como Lenin. Todos parecem coincidir em seu afã de considerar as massas como menores de idade, protagonistas diretas e indiretas de tudo aquilo que não ocorre ou não ocorreu como deveria (2003, p. 73).

Assim, podemos compreender que o eixo que une a experiência dos conflitos pelo poder, das novas esferas de mediação política e da renovada função dos homens de letras na modernidade é a pluralização das possibilidades políticas e culturais e, ao mesmo tempo, uma visão crítica da ideia de que a Razão seria suficiente para resguardar um lugar à alta cultura num mundo tão plural, complexo e permeado por fissuras de ordem social, política e cultural. Esse desconforto para com a sociedade de massas, portanto, constitui o pano de fundo das reflexões de grande parte dos intelectuais argentinos da década de 1940, e é a partir dessas inquietações comuns que se torna possível estabelecer uma relação histórica entre a experiência argentina e a experiência ocidental.

**CAPÍTULO 1. DISPUTAS E AMBIGÜIDADES NA RELAÇÃO DOS HOMENS DE  
LETRAS COM O PODER NA CONFORMAÇÃO DO CAMPO INSTITUCIONAL  
ARGENTINO.**

### 1.1. A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO NA FORMAÇÃO DA ARGENTINA MODERNA E O PROBLEMA DA FORMAÇÃO DA NAÇÃO.

O século XIX foi marcado por mudanças profundas, tanto na esfera econômica e geopolítica como no que diz respeito ao surgimento de novas sensibilidades e novas percepções do mundo moderno. Muitos dos processos que têm vazão no século XIX – como a emergência das massas na política europeia, os conflitos sociais que culminaram em 1848 entre outros -, dizem respeito a um amplo processo de radicalização da divisão do trabalho, de emergência de novas e complexas forças políticas e do que Harvey (2007) qualificou como uma ampla crise nos sistemas representativos, conectada à mudança nos sentidos sociais do tempo e do espaço<sup>10</sup>.

Para Rubem Barboza' (in AGGIO e LAHUERTA, 2003) o fim do século XIX e o começo do XX correspondem historicamente a um processo de “ocidentalização” do mundo, onde um dos imperativos da modernidade, qual seja seu intento universalizante e globalizante, passa a nortear as relações entre as nações e entre as culturas. Um dos processos mais importantes para a compreensão da configuração política e social do século XIX é a independência das colônias do mundo ibérico. Os processos de luta por autonomia nos territórios atlânticos relacionavam-se, para além do conflito direto com as metrópoles, a uma disputa por zonas de influência econômica e política em que estavam envolvidos Inglaterra, França, Portugal e Espanha, principalmente. Os novos territórios em processo de independência precisariam se definir política e economicamente e, assim, a disputa entre as potências europeias pela aproximação com os novos territórios era grande, e a aproximação com as elites *criollas* através de incentivos financeiros se fazia necessária para consolidar as promissoras alianças.

Os influxos dos processos de modernização europeus exerceram, dessa forma, um papel fundamental na nascente configuração política latino-americana. Os referenciais utilizados na definição política dos territórios recém-independentes basearam-se, em larga medida, nas propostas políticas da Revolução Francesa<sup>11</sup>, nas novas formas de organização do

---

<sup>10</sup> Além de Harvey, a discussão sobre as novas experiências com o tempo e com o espaço na modernidade encontram-se também em autores como Hannah Arendt (A condição Humana), Marshall Berman (Tudo que é sólido desmancha no ar) e Krishan Kumar (Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna), bem como nas discussões elaboradas pela Escola de Frankfurt, notadamente por Adorno e Benjamin, como consta na bibliografia.

<sup>11</sup> Sobre as influência do processo de 1789 nos conflitos americanos ver HOBBSAWM, E. Ecos da Marselhesa.

trabalho e racionalização territorial advindas da revolução industrial inglesa, e posteriormente, nas concepções de nação, federação e cidadania das também recentes 13 colônias independentes. Assim, a formatação das primeiras organizações institucionais do continente latino-americano esteve profundamente marcada por esse fluxo de ideias e referenciais, bem como pela disputa pelos novos mercados latino-americanos, travada pelas potências europeias. Além disso, fatores econômicos como a pauperização de parte da população europeia diante dos processos de implementação da indústria<sup>12</sup>, favoreceram a vinda de muitos colonos para a região do Prata no período imediatamente após a independência, contribuindo para aumentar o fluxo de ideias e pautas europeias que compuseram os debates político-institucionais do continente latino-americano.

A penetração em larga escala do capital inglês nas ex-colônias do Rio da Prata, a formação de uma elite local baseada no mercado de exportação e, paralelamente, a configuração de uma cultura política continental, influenciada pela revolução francesa, pelo iluminismo e pela prerrogativa das ex-colônias norte-americanas, são processos atrelados ao desenvolvimento de uma mentalidade industrial e de uma sensibilidade da modernidade que pautou os processos políticos latino-americanos. Como pontua Alberto Aggio (2003), embora seja fundamental analisar os processos de modernização latino-americanos a partir das especificidades de cada país, existe uma relação de universalidade que perpassa os processos latino-americano, estadunidense e europeu, o que valida uma perspectiva não monolítica da análise desses processos.

Uma peculiaridade importante do processo institucional argentino reside em que é possível identificar, desde o século XVI, uma atividade comercial forte na região do Porto de Buenos Aires. Tal atividade é sintoma de que o processo de formação do Estado argentino esteve atrelado à conformação da própria elite política e cultural portenha que, desde as últimas décadas da colônia, desenvolvia-se baseada numa mentalidade especulativa e era financiada pelo mercado inglês. É essa elite portenha, interessada em formalizar seu domínio e sua autonomia administrativa, que encampa a ideia da revolução de independência, muito embora a presença opressora da Coroa Espanhola tenha sido sempre mais presente nos povoados pequenos e nas cidades do interior do país<sup>13</sup>.

---

São Paulo. Cia das Letras, 1996.

<sup>12</sup> Tal processo é descrito por E. P. Thompson (*Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo. Cia das Letras, 2005) para o caso inglês e por Pierre Villar (*O tempo do Quixote. In: Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Presença, 1982), para o caso espanhol.

<sup>13</sup> Para Ezequiel Martines Estrada, ensaísta ligado ao grupo Sur, as elites urbanas de Buenos Aires fizeram da revolução de Maio um processo em que “*mais tarde se pôde ver um ideal democrático, republicano e federal*



Vinculado a esse processo político e econômico de fortalecimento das elites de Buenos Aires em torno da mobilização de independência surge também, no encaixe dessas mudanças políticas, a necessidade de elaborar um substrato “cultural” para o processo, ou seja, encontrar uma identidade capaz de conferir algum grau de unidade para províncias tão dispersas tanto territorialmente quanto politicamente. Nesse contexto, é possível localizar os primeiros intentos de formulação de uma visão específica da modernidade e da ideia de progresso que pautará os debates em torno da identidade da Nação e da viabilidade de inserção da Argentina no mundo ocidental.

O processo argentino carrega, em relação aos seus vizinhos, algumas outras peculiaridades importantes. Segundo Chiaramonte (1993), o movimento que deu origem à independência das províncias do rio da Prata está atrelado ao desejo de autonomia administrativa e comercial de uma elite colonial bastante forte e já estruturada, desde o século XVI, em torno das movimentações financeiras do porto de Buenos Aires. Os comerciantes vinculados à metrópole espanhola, nesse sentido, já possuíam um consistente grau de autonomia política e administrativa, diferentemente de outras áreas da Coroa Espanhola, com dinâmicas produtivas e comerciais ainda bastante rudimentares. A elite que se desenvolvia em torno do porto, contudo, carecia de uma institucionalização capaz de conferir liberdade de gestão aos ganhos advindos do comércio internacional.

Para Romero (1976), desde antes da independência, a elite portenha já trabalhava e se associava no sentido de criar um império colonial através de uma rede de cidades, tomando o referencial urbano como pressuposto civilizacional. Para Lynch (2001) as exigências básicas dos *criollos* da região de Buenos Aires eram prioritariamente institucionalização e regulamentação. No interior, pelo contrário, a *Revolução de Maio* foi compreendida como uma espécie de retrocesso econômico, na medida em que os pequenos produtores provincianos não podiam mais contar com a Coroa Espanhola para arbitrar as pretensões de Buenos Aires e garantir proteção alfandegária para os produtos produzidos nas zonas mais afastadas.

A iniciativa da nascente elite de Buenos Aires de encampar uma luta pela formalização de suas liberdades políticas e econômicas é respaldada pelo apoio inglês à desvinculação da América com a Espanha. Nesse sentido pontua Arregui que “a inferioridade espanhola

---

*no que era somente consequência de um velho rancor que se perpetuou em duas máscaras: política e livre-cambio, pelo que chamamos guerras civis à guerras que são, em realidade, sociais”* (1996:25).

converteu-se em lugar comum de nossa educação, e coincide com a penetração mercantil inglesa na América Espanhola” (ARREGUI, 1957, p. 21). Esse contexto de rejeição da identidade ibérica é favorável à penetração do capital inglês nos primeiros anos de vida independente das ex-colônias, no momento em que a estrutura produtiva e comercial do Estado argentino está começando a se desenvolver.

Após a Revolução de Maio e a consolidação da independência política dos territórios do Prata, emerge então o problema da construção institucional. A motivação pontual das elites portenhas, no sentido de lograr a auto gerência dos recursos ingressos através do comércio no rio da Prata, foi confrontada por uma situação de fragmentação territorial. Enquanto os comerciantes de Buenos Aires defendiam que os lucros advindos do porto deveriam ser administrados exclusivamente por Buenos Aires, o restante das províncias clamava por uma normatização desses recursos, no intuito de promover uma distribuição equânime, entre as províncias, dos lucros e taxas alfandegárias referentes ao comércio de exportação.<sup>14</sup> É esse o contexto das disputas organizacionais do território do Prata, que dará início à uma longa disputa entre unitários e federalistas que, em pouco tempo, se transformará numa verdadeira luta entre provincianos e portenhos. Essa disputa dará o tom dos conflitos políticos da região do Prata durante grande parte do século XIX, e só será efetivamente resolvida em 1881, com a federalização de Buenos Aires.

Os portenhos, inspirados pela recente organização dos Estados Unidos e impregnados da crença nos benefícios da autonomia provincial pontuados por Tocqueville, defendiam um Estado fragmentado, unido somente em última instância do ponto de vista político, de forma que cada província seria responsável e beneficiária por seus ganhos comerciais e produtivos. Os unitários, em sua maior parte donos de terras das províncias mais afastadas, por sua vez, nos termos de Chiaramonte (1993) retiravam a soberania dos “povos” e a colocavam em Buenos Aires, em nome da “Nação”, alegando para a necessidade de construir uma institucionalidade verdadeiramente nacional, que fosse capaz de promover uma garantia de legitimidade e estabilidade para a nascente Argentina.

A elite portenha, fortalecida pelos lucros especulativos do porto de Buenos Aires, tomou para si, em diversas esferas, os louros da revolução. O interior propunha assembleias e

---

<sup>14</sup>A antiga configuração colonial dessas regiões, que dividia administrativamente os territórios em “juntas” governamentais, permanece inalterada no momento imediatamente posterior à desvinculação com a Espanha. Chiaramonte e Arregui concordam que a consciência de unidade hispano-americana era predominante à consciência da necessidade política e econômica da organização estatal. Como alerta Beired, ainda nesse sentido, “a independência não se traduziu em estabilidade político-institucional” (1996, p.32).

pautas nacionais, ao que Buenos Aires respondia com uma postura francamente autoritária e intransigente, como salienta Romero(2001). Os caudilhos provinciais, especialmente em Córdoba e La Rioja, entraram diversas vezes em choque com Buenos Aires e com seu federalismo dogmático. O governo de Rosas, nesse sentido, foi um fator importante para o domínio de Buenos Aires, muito embora os próprios liberais da capital não confiassem plenamente em seu “estilo caudilhesco” de governo<sup>15</sup>. Para Flórida e Belsunce, Rosas, em seu longo governo que se estendeu por mais de 20 anos

representa o mais eficaz esforço do centralismo portenho para reduzir à sua influência as províncias, realizado curiosamente sob uma pretensa bandeira federal e desde uma verdadeira perspectiva anti-liberal (FLÓRIDA E BELSUNCE, 1988, p. 22).

A disputa institucional perdura até 1881, data da incorporação de Buenos Aires à federação argentina, após longas décadas de rebeldia. Essa data marca o início das “presidências históricas”, da nacionalização do liberalismo e da solidificação de uma aliança consideravelmente estável entre os setores dominantes do campo e da cidade, que marcará profundamente a política argentina e que só será relativamente enfraquecida a partir de 1916.

Paralelamente a essas disputas civis em torno da organização política, um novo problema é posto para a elite dirigente do país, que dava seus primeiros passos a partir da influência da escola do liberalismo conservador inglês. Tal tarefa não era simples, consistia em formar um país à margem das divisões provincianas no sentido social e cultural da nação e assim conferir um sentido ontológico às lutas e à própria existência do país. Assim, após a formalização institucional, a tarefa que a antiga elite colonial, promovida agora a governo, teve de enfrentar para consolidar sua hegemonia consistia em integrar politicamente e culturalmente uma população dispersa por amplas zonas de montanhas e pampas e que, em larga medida, mantinha relações políticas de caráter personalista<sup>16</sup>.

Além de Buenos Aires, somente algumas aglomerações urbanas existiam em meados do século XIX, e a maioria delas situada em regiões distantes entre si, como Santa Fé, Córdoba e La Rioja. Estavam separadas por imensas distâncias e não possuíam um grau consistente de ligação que fosse suficiente para compor um exército, ou mesmo povoar a

---

<sup>15</sup> Para uma análise mais detalhada do governo do caudilho Juan Manuel de Rosas, é possível consultar FLÓRIDA, Carlo e BELSUNCE, Alberto. Historia Política de la Argentina Contemporánea. España: Alianza Editorial, 1988.

<sup>16</sup> Uma exposição mais detalhada desses conflitos no período imediatamente posterior à independência encontra-se em DONGHI, Tulio Halperín. *Uma Nación para el Deserto Argentino*. Centro Editorial de América Latina. Buenos Aires, 1982.

ampla fronteira argentina, especialmente na divisa com o Brasil. Além disso, a espécie de relação política que predominava nas regiões mais ao norte do país, como em Tucumán, era caracterizada por um baixo nível organizacional e burocrático e muito mais ligada a uma relação paternalista, onde os donos de terras concentravam o poder político e as tarefas de ordem e de lei<sup>17</sup>.

Tem início então um amplo processo, dirigido pelas elites especulativas portenhas, de racionalização territorial e populacional. A iniciativa de elaborar uma política de terras unificada e encampar uma sólida investida militar ao interior do país foi pensada, nos termos de Fernando Devoto, a partir do referencial do “progresso”. O autor, em sua análise sobre a problemática dos núcleos urbanos na formação da Argentina moderna, alerta-nos que, num primeiro momento, o referencial do progresso que dominava as elites argentinas, acabou por priva-las de uma visão mais concreta e realista em relação à velocidade e aos termos sociais do crescimento do país. Segundo ele “a questão do progresso – e não a da identidade nacional – era o ponto principal da agenda do núcleo das elites argentinas”(DEVOTO in FAUSTO , 2000, p. 37).

Essas elites, compostas essencialmente pelos antigos comerciantes vinculados à coroa espanhola e pelos novos setores oriundos do processo de emancipação política, principalmente militares, enxergaram a necessidade de fundamentar sua hegemonia em bases concretas e duradouras, projetando-se politicamente. Esse período, descrito por Zapiola (1975) como o contexto da consolidação da predominância liberal baseada na expansão comercial com a Inglaterra, é pautado por uma ampla importação de capitais, onde ocorre a absorção em larga escala de excedentes britânicos e a especialização agroexportadora. Assim, a política de povoar o campo e obter mão de obra para a defesa das fronteiras, esteve relacionada também com o fortalecimento econômico de Buenos Aires e sua elite local. Ainda segundo Zapiola, “tal é o caso dos camponeses e artesãos do interior, cuja produção carecia de mercados externos e limitava a formação de um mercado interno unificado e aberto às manufaturas inglesas” (ZAPIOLA, 1975, p. 12).

O cenário do pampa argentino, dessa forma, passou a ser o foco da política expansionista do governo dos liberais portenhas nas primeiras décadas do XIX. O imperativo de expandir a fronteira agrícola se manifestava num país jovem e que ainda não possuía

---

<sup>17</sup> Sobre a organização provinciana e as relações políticas paternalistas no interior argentino, é possível consultar ZAPIOLA, Marcos Gimenez (org) *El Régimen Oligárquico. Materiales para el estudio de la Realidad Argentina (hasta 1930)*. Buenos Aires: Ed. Amorroutou, 1975. e GALASSO, Norberto. *La Larga Lucha de los Argentinos y como la Cuentan las diversas corrientes historiográficas*. Buenos Aires: Ed. Del Pensamiento Nacional, [s. d.].

autonomia tecnológica para cogitar um modelo intensivo de pecuária e agricultura. Nesse sentido, o embate é travado contra numerosas comunidades independentes e marginais que se organizavam de um modo autônomo e desvinculado das pretensões produtivas do campo. O gaúcho – que, apartado culturalmente das pretensões produtivas ditadas por Buenos Aires e portando-se dentro de uma *cultura tradicional*, nos termos de Thompson<sup>18</sup> – era incompatível com os planos de organização do campo que pretendiam as elites portenhas. Assim, diversas propostas políticas e sociais projetaram-se no debate público no intuito de formular um plano para a “civilização” dos espaços do pampa. Domingo F. Sarmiento, grande crítico *do império da barbárie*, que localizava nos modos nômades dos habitantes do pampa, definia o desafio das elites portenhas ao afirmar que o gaúcho possui, em síntese, hábitos fora do alcance da ideia de Estado, mesmo em sua maturidade civil. (SARMIENTO, 1983).

Em 1876, o presidente de tendência liberal Nicolas Avellaneda, em consonância com os interesses dos criadores de gado vinculados à elite urbana de Buenos Aires, proclama a *Ley Nacional de Colonización y Tierras*, acelerando ainda mais o processo de expansão da fronteira nos pampas, no intuito de integrar o campo às expectativas produtivas do mercado internacional. Nesse momento, a elite comercial urbana passa a ampliar seu leque de atividades: se antes se encontrava restrita à atuação especulativa em torno do Porto, nesse momento lança-se à pecuária e ao cultivo da terra, já que a legislação nesse sentido, elaborada por Avellaneda, era favorável à criação de extensos latifúndios, maneira mais simples de impor domínio ao campo diante da impossibilidade de povoá-lo e urbanizá-lo. É o início do que a historiografia liberal argentina acostumou-se a definir como “república fisiocrata”<sup>19</sup>, baseada na especialização agroexportadora e na colonização dos territórios produtivos. Esse contexto reflete um processo em que “a concentração da propriedade já não se devia às condições de repartição inicial, senão às características do mercado” (SABATO, 1991, p. 59).

Slatta aponta, nesse sentido, que essas medidas disciplinadoras do campo estiveram focadas em dois aspectos correlatos: à possibilidade exportadora ampliada com a autonomia de comércio exterior e a uma política estatal de controle social. Para ele “os estancieros e os políticos trabalharam assiduamente para eliminar todos os vestígios do estilo de vida do

---

<sup>18</sup> Situada no lugar material que a corresponde e analisada firmemente inserida em contextos históricos específicos. THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo. Cia das Letras, 2005.

<sup>19</sup> Sobre essa discussão ver GALASSO, Norberto. *La Larga Lucha de los Argentinos y como la Cuentan las diversas corrientes historiográficas*. Buenos Aires: Ed. Del Pensamiento Nacional, [s. d.].

gaúcho e para reduzir sua situação de autossuficiência à de peão dependente”(SLATTA, 1985, p. 125). Apoiado pela Sociedade Rural Argentina, organização de natureza corporativa dos grandes latifundiários<sup>20</sup>, o governo implementou passaportes internos, que reduziam a mobilidade dos habitantes dessas pequenas comunidades tradicionais impondo penas de recrutamento forçado e de prisão à quem não portasse o documento, no claro intuito de compelir essa mão-de-obra ao trabalho nas grandes propriedades. T. H. Donghi descreve dessa maneira os efeitos da implantação dos passaportes internos: “o instrumento jurídico de ta imposição reside na obrigatoriedade de trabalhar para todos os habitantes da campanha que não sejam proprietários de terra ou gado” (DONGHI, 1975, p. 69).

Esse processo de disciplinarização do campo, encampado pelo Estado argentino, respondia portanto às demandas pontuais de um seletivo grupo de criadores de gado da província de Buenos Aires, que exercia também atividades especulativas na zona portenha, e que está, nesse momento, construindo as bases de sua hegemonia política, econômica e social. Assim, a meta da elite letrada liberal de civilizar o bárbaro e o desejo dos grandes estancieiros de domesticar a mão de obra necessária nos pampas, coincidem na área do controle social. Segundo Jorge Sabato “desde então, latifundiário e criador de gado chegam a ser sinônimos na região pampeana”(SABATO, 1991, p. 49).

Como podemos perceber, durante esse período a relação entre as elites urbanas de Buenos Aires e os latifundiários especializados na criação de gado para exportação é de conformidade, quando não de parceria. A liquidez do país baseava-se, em larga medida, na complementariedade da relação entre campo e cidade e, muito embora as dicotomias entre os dois espaços existisse, uma sólida aliança entre os setores produtivos de campo e especulativos urbanos conferia uma uniformidade à política econômica e à gestão fiscal do país. Diversas associações, como a citada Sociedade Rural Argentina, surgem nesse momento para congregarem os interesses do setor produtivo do campo com as expectativas e demandas urbanas. Essa aliança entre os setores, como alerta Ramos(1978) e Portantiero (1972), está na base da caracterização econômica e social argentina até a década de 1940.

Jorge Sabato aponta que os *terratenientes*<sup>21</sup> de Buenos Aires não eram, sob o aspecto

---

<sup>20</sup> Associação sem fins lucrativos que existe desde 1866, criada no intuito de congregarem e projetarem politicamente em Buenos Aires os interesses dos grandes criadores de gado.

<sup>21</sup> O conceito de “terratenientes” será utilizado algumas vezes em seu idioma original, espanhol, posto que seu significado, para a historiografia argentina com a qual estamos debatendo, é um pouco distinto de sua tradução para o português: latifundiário. Terrateniente está aqui aplicado no sentido de latifundiários especialmente dedicados à pecuária.

econômico, um grupo conservador. Muito pelo contrário, eles foram responsáveis por grande parte da modernização e estruturação econômica do país, e construíram mesmo o núcleo dinâmico que favoreceu a penetração do capital inglês e toda a construção infraestrutural para escoamento de produtos e transporte de pessoas. Era, segundo Sabato (1991), um grupo que se consolidava desde o século XVIII através do comércio litorâneo e que, com a independência, passou a articular suas atividades em torno da “espiral especulativa” proporcionada pelos capitais ingleses.

Assim, temos, ainda segundo Sábato, a peculiaridade do campo argentino: é o setor agrário, ligado às atividades financeiras do comércio de exportação quem domina os processos de desenvolvimento econômico e organização política do país. Para Murmis e Portantiero a proposta das elites do campo sempre foi assegurar uma espécie de equilíbrio do conjunto, conciliando assim o progressismo das cidades, voltadas para a criação de indústrias, com os interesses do campo. Para Romero, embora tenham sido as cidades os centros irradiadores das decisões políticas, já no século XIX, “*a sociedade rural desponta como um fator de poder*” (ROMERO, 1976, 176)

A partir dessa política de conformidade de interesses entre campo e cidade é possível notar que a dicotomia entre civilização e barbárie – constante referencial explicativo das relações sócio-políticas argentinas – não deixa de existir nesse momento de consolidação da elite dirigente portenha. Todavia, a aliança entre os setores rural e urbano era fundamental para a existência de ambos e tal fato nunca foi esquecido ou negligenciado por uma parte nem por outra. Essa relação de concomitância só será modificada com a complexificação da estrutura social argentina, nas primeiras décadas do século XX, quando ambos os lados passam a sofrer um processo de hierarquização e fragmentação que possibilitou o surgimento e o fortalecimento de dissidências como a UCR (União Cívica Radical) e o *movimento dos criadores*, representantes da fração prejudicada pelo monopólio dos grandes criadores de gado.

Sabato (1991) e Murmis e Portantiero (1972) concordam em que a empresa agrária na Argentina, desde os primórdios da consolidação do país, foi tratada com mentalidade industrial, o que favoreceu a formação de uma proposta política unificada. Para Murmis e Portantiero, inclusive “(...) nos países exportadores de matérias primas, como a Argentina, o crescimento industrial limitado não prejudica necessariamente os grupos agropecuários em sua totalidade” (MURMIS E PORTANTIERO, 1972, p. 18). Dessa forma, temos a

estruturação de um grupo formado por setores do campo em aliança com setores urbanos, ambos empenhados em dinamizar seus investimentos e em formalizar a presença do capital inglês na conformação do campo institucional argentino.

Na medida em que se consolida a aliança com o capital inglês e com os referenciais do liberalismo, um grupo mais seletivo ainda de criadores de gado começa a se projetar como verdadeira vanguarda política e econômica do país, na medida em que tinham acesso à tecnologia para criação intensiva e para a montagem de frigoríficos capazes de atender às exigências sanitárias inglesas. Essa estratificação provoca então uma complexificação e uma hierarquização nos setores produtivos. Os criadores, não detentores da tecnologia de resfriamento, estavam à margem dos grandes incentivos feitos pelos ingleses e posicionaram-se a favor de uma aproximação menos monolítica com o mercado internacional, abrindo o leque para países como os EUA e a França. No outro pólo, os invernadores, mais bem equipados tecnologicamente, alinhavam-se às expectativas inglesas numa relação de reciprocidade que remontava aos primeiros tempos da colônia e acabavam sufocando as iniciativas dos setores médios.

Assim, embora o país sofresse uma drenagem sistemática de suas riquezas e vivesse um momento de redefinições políticas e sociais bastante severas<sup>22</sup>, no momento em que se comemora o Centenário da Independência, em 1910, a Argentina encontrava-se no auge dos lucros de sua economia exportadora. O PIB alcançou, no começo do século XX, números superiores a muitos países europeus, e o destaque da Argentina na América Latina foi interpretado, nessa ocasião, como sucesso da política de aliança entre os latifundiários e o capital internacional. Jorge Graciarena alerta-nos que, num momento em que as divisas estão altas, é relativamente simples manter a ordem social sob controle fazendo pequenas concessões às classes populares (GRACIARENA, 1971, p. 42). É o momento em que a UCR, sob o comando de Yrigoyen, pontua suas bases democráticas e popularizantes, dirigindo seu discurso para a incorporação dos obreiros na nacionalidade argentina com o slogan do sufrágio universal e sua política deliberada de “incorporação de tipos sociais” (FLORIA E BELSUNCE, 1975, p. 105).

O que procuramos destacar é que embora as primeiras décadas do século XX e a crise

---

<sup>22</sup> Na obra MURMIS, M. E PORTANTIERO, J. C. Estudos sobre as origens do peronismo. São Paulo. Brasiliense, 1972, é possível encontrar um debate interessante acerca dos conflitos sociais que marcaram a Argentina durante a década de 1910. Assim como na obra de José Luis B. Beired, listada na bibliografia, onde os conflitos trabalhistas são relacionados à penetração, nos sindicatos, de membros de organizações anarquistas, principalmente italianas.



no modelo de divisão internacional no trabalho tenham modificado e complexificado as relações econômicas e políticas entre campo e cidade, temos, ainda nas primeiras décadas do século XX, uma configuração em que o setor agrário é o grande responsável por conferir liquidez à economia argentina. Essa conjuntura influencia de maneira direta no fato de que a indústria do país, e a classe média de forma geral, sejam fatores tardios e com pouca capacidade de negociação política no país, além de enormemente vinculados às expectativas políticas e produtivas dos grandes criadores de gado. Como salientam Sábado, Ramos e Portantiero, os intentos industriais substitutivos de pequeno porte foram, basicamente, financiados por essa elite. Para Murmis e Portantiero, “(...) tanto os latifundiários quanto os industriais do bloco se beneficiam com a manutenção do desenvolvimento dependente da industrialização, não sobrando nenhum grupo de origem manufatureira para enfrentar a posição do bloco dominante” (1972, p. 13).

Dessa forma, compreende-se que essa elite especulativa, desenvolvida em torno do porto de Buenos Aires ainda antes da independência dos territórios do Prata, soube diversificar seus investimentos de forma a contemplar, em sua hegemonia, tanto os frutos do modelo agro-exportador, quanto a predominância política concentrada nas cidades, constituindo-se assim como um grupo ao mesmo tempo coeso e flexível. A cidade, como centro das movimentações financeiras, era o núcleo que assegurava o caráter compacto da elite que, por sua vez, contribuía para uma institucionalização das demandas desses mesmos setores.

Mônica Peralta Ramos (2007)<sup>23</sup> salienta que, até a década de 1930, os intentos industriais na Argentina estiveram submetidos a uma franca hegemonia por parte do setor agrário em aliança com os setores privilegiados da burguesia industrial urbana, que adequou suas expectativas de industrialização à um projeto sobremaneira substitutivo proposto pela oligarquia rural.

A modernização das relações sociais e políticas argentinas, portanto, é um processo em que estiveram atrelados campo e cidade sob a égide do liberalismo pontuada pelas elites produtivas do campo. Embora alguns momentos precisos dos processos políticos argentinos, como o surgimento da UCR na primeira década do século XX, tenham aparentemente deslocado a oligarquia criadora de gado de sua predominância política, todo o amparo para a

---

<sup>23</sup> Essa análise está presente nas obras RAMOS, Monica Peralta. *Acumulación de Capital y Crisis Política em Argentina (1930 – 1974)*, Mexico. Siglo Veintiuno editores, 1978 e *La Economía Política Argentina: poder y clases sociales (1930 – 2006)*. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, 2007.

projeção da nova classe média industrial no cenário político advinha da sólida política de alianças para com as elites do campo, na medida em que esta ampliava sua base de recrutamento e tornava mais flexíveis os limites de pertencimento de classe. Os novos ricos, dessa forma, imigrantes de primeira e de segunda geração, se projetaram na esfera política basicamente à sombra dessa penetrabilidade das elites oligárquicas, o que debilitou sobremaneira as possibilidades de ação autônoma desse novo setor de classe média durante as primeiras décadas no século XX.

As historiografias argentina e latino-americana em geral estão repletas de interpretações que partem do “declínio da sociedade oligárquica” (1910-1930) para explicar a complexificação da estrutura social do continente e a posterior incorporação das massas na esfera política. Durante muito tempo, as oscilações do poder na América Latina foram interpretadas de forma tendente ao engessamento de categorias sociais, como correlatos de classe apenas, tendo por foco sempre o declínio do grupo tradicional “imperialista – agrário – exportador” em contraposição à classe média urbana e moderna, baluarte da civilização. Baseados na tese dualista pautada na teoria da dependência<sup>24</sup>, esses estudos priorizaram uma certa *fetichização* dos rompimentos históricos, isto é, situaram em determinados momentos de crise ou mudança a emergência de novas classes, novos paradigmas, colocando em segundo plano as transformações de média ou longa duração.

Grande parte dessas discussões, encabeçadas por Francisco Weffort e Waldo Frank, formulavam assertivas acerca do caráter feudal da América Latina. Esse suposto caráter feudal – carente de uma classe burguesa organizada – faria com que as alianças de poder deveriam tomar um rumo *etapista*, seguindo os ditames da Terceira Internacional. Era portanto uma visão bastante instrumental da organização da sociedade, que pretendia que o Estado fosse, em última instância, o representante de uma classe somente e não considerava que

uma classe é hegemônica não tanto na medida em que é capaz de impor uma concepção uniforme do mundo ao resto da sociedade, mas na medida em que consiga articular diferentes visões de mundo de forma que seu antagonismo potencial seja neutralizado (LACLAU, 1978, p. 168).

Recentemente, muitas dessas propostas passaram por uma séria e dura revisão. Não se trata propriamente da inadequação do conceito de classe social como paradigma explicativo, mas sim da caducidade de uma teoria que utilizou o conceito de classe social de forma

---

<sup>24</sup> Baseada em obras de intelectuais como Ruy Marini, Andre Gunder Frank, Roberto Pizarro etc.

bastante ingênua e engessada, sem compreender que não se trata de uma categoria hermética e que, partir da afirmação de que “a classe média pensa assim” ou “os latifundiários pensam assim”, é pressupor uma consciência coletiva inexistente. Da mesma forma o conceito de Estado passou a ser pensado a partir da década de 1980 de forma mais relacional, como um espaço de hegemonia pública e negociação entre as classes.

Essa revisão historiográfica ganha forças na análise da realidade argentina a partir da década de 1970<sup>25</sup>, na medida em que as novas discussões a respeito da modernização do país e da incorporação de novos tipos sociais vem apontando, num grande número de estudos, - e destacamos aqui o de Smith, inserido na obra de Zapiola<sup>26</sup> -, para o fato de que, na Argentina, o setor agro-exportador constitui o núcleo dinâmico da economia do país e que grande parte dos intentos modernizadores foram diretamente patrocinados e ambicionados por esse grupo tido, na visão tradicionalmente dualista que situava a barbárie no campo, como um setor essencialmente conservador e resistente à mudanças.

Assim, sob essa perspectiva menos monolítica, faz-se necessário reconhecer o grau de importância que tinha a elite rural argentina nos âmbitos governamental e econômico até o começo da década de 1940. Pode-se dizer que, até esse momento, o desenvolvimento da indústria argentina – e os processos modernizadores e modernizados dos quais ela é sintoma e efeito – podem ser pensados como uma espécie de apêndice das atividades de dinamização agrícolas. Em outras palavras, no período que estamos investigando, muito embora o campo tenha sentido os efeitos da deterioração dos termos de troca pós-primeira guerra, é sobremaneira o setor agrário quem dita as coordenadas do processo modernizador na Argentina. Apenas após 1940, e notadamente durante o primeiro governo peronista, a indústria chega a ser um setor econômico com dinamicidade própria.

É somente, portanto, no primeiro governo de Perón que se pode perceber um choque efetivo de propostas econômicas e políticas entre campo e cidade, ainda que a partir do governo de Yrigoyen, na segunda década do século XX, as tensões já comecem a ser geradas e, em alguma medida, oportunizadas. E é nesse sentido que Mônica Peralta Ramos nos indica que a política distributiva peronista e o surgimento de uma classe operária organizada

---

<sup>25</sup> Nesse sentido, o Instituto Torquato di Tella e o Colégio de Estudos Superiores (instituições que floresceram à margem da universidade peronista) contribuem para a formulação de importantes renovações historiográficas e sociológicas. Autores como Sabato, Portantiero, Germani e Graciarena encabeçam essas renovações. Beatriz Sarlo expõe mais detalhadamente o florescimento dessa iniciativa em suas análises sobre as perspectivas intelectuais argentinas após o peronismo, notadamente na obra SARLO, Beatriz. La Batalla de las Ideas. Biblioteca del Pensamiento Argentino, T. VII, Buenos Aires, Ariel Historia, 2001

<sup>26</sup> ZAPIOLA, Marcos Gimenez (org) *El Régimen Oligárquico. Materiales para el estudio de la Realidad Argentina (hasta 1930)*. Buenos Aires: Ed. Amorroutou, 1975.

“marcam o limite de uma determinada aliança de classes no poder” (RAMOS, 1978, p. 38), e o fim das possibilidades de ajuste entre Perón e os proprietários rurais.

Para Graciarena (1971), em sua análise sobre a oligarquia rural argentina, inicialmente, nos primeiros anos de imigração massiva e crescimento do mercado interno, ainda no XIX, essa elite ainda é capaz de se impôr de forma pragmática na gestão do país. Todavia, as concessões a que é paulatinamente forçada a fazer acaba por desconfigura-la e desestabiliza-la como classe num momento posterior. Nesse sentido, Jorge Sábato localiza, na compreensão da dinâmica do campo argentino, um impasse conceitual importante. Este dilema residiria, como apontamos, em que a oligarquia argentina teria um caráter mais financeiro, como classe, do que produtivo. Segundo Sábato, “(...) junto à questão da terra, as autoridades comerciais e financeiras constituem a chave da consolidação e comportamento da classe dominante na Argentina” (SABATO, 1991, p. 39).

A grande protagonista das relações dos criadores do gado com o campo político é a Sociedade Rural Argentina (SRA). O grupo é uma associação sem fins lucrativos que existe desde 1866, ou seja, está presente desde os primórdios da consolidação do país. Sendo um agrupamento de produtores de gado que encampa a maior parte dos fazendeiros mais poderosos do país desde o século XIX, foi uma facilitadora da solvência dos poderes locais em nome da concentração política portenha. A SRA tem, ainda hoje, um processo de admissão bastante seletivo: como demonstra Peter Smith, o procedimento de entrada na Sociedade é secreto e tem admitido em seu núcleo cerca de 2500 pessoas, todas oriundas de boas famílias portenhas.<sup>27</sup>

Para compreendermos a dimensão da força da SRA é preciso conhecer também a dimensão da exportação e comércio de carnes na Argentina. Entre 1900 e 1942 a exportação de carne correspondia a cerca de 50% do comércio exterior argentino, respondendo a mais de 10% do PIB<sup>28</sup>. Considerando o fato de que a Argentina tradicionalmente baseou sua economia nas relações de comércio internacional, principalmente com a Inglaterra, podemos inferir uma substantiva relevância desses fazendeiros nos ditames da política durante todo o século XIX até meados do XX. Existia portanto uma espécie de “conotação social da pecuária” como

---

<sup>27</sup> Como podemos notar através da análise dos Anais da Sociedade Rural, da década de 1920 à década de 1940, os signatários das principais pautas e reuniões objetivas da Sociedade pertencem a família como os Ocampo, os Lanusse, os Lafuente e os Mitre, como se nota na nota comemorativa dos Anais da SRA de junho de 1943, volume LXXVII.

<sup>28</sup> Dados retirados dos anais da Sociedade Rural Argentina (1935) e corroborados pelos dados de Smith IN ZAPIOLA, Marcos Gimenez (org) El Régimen Oligárquico. Materiales para el estudio de la Realidad Argentina (hasta 1930). Buenos Aires: Ed. Amorroutou, 1975.

aponta Peter Smith. Segundo o autor, “quase por definição, atacar a indústria de carne implicava opor-se à oligarquia terratenente” (SMITH in ZAPIOLA, 1975, p. 286).

Embora a oligarquia exportadora de carne tenha, dessa forma, constituído o eixo hegemônico da dirigência do país, nas primeiras décadas do século XX alguns setores sociais urbanos tornados salientes pelas políticas de imigração patrocinadas por essa mesma elite passaram a pressionar esses setores por uma maior integração na sociedade. Ao todo, entre 1856 e 1930, chegaram à Argentina, segundo o sociólogo Gino Germani, 6,5 milhões de estrangeiros, número proporcionalmente maior que a imigração para os EUA. A maioria desses imigrantes era jovem e em idade de trabalhar, era pobre em seu país de origem e se dedicava à atividades urbanas.

Esse proletariado urbano, em sua maioria italiano e espanhol, era influenciado pelas idéias anarquistas e resistia de diversas formas à incorporação ao novo país. E, além disso, o surgimento da UIA (União Industrial Argentina) e de uma classe média urbana em processo de estruturação, aliada ao insucesso do modelo agro exportador propagandeado no entreguerras, provocou, na transição das décadas de 1920- 1930, uma pressão nessa elite exportadora. Sob este aspecto Murmis e Portantiero apontam que a política adotada pelas oligarquias rurais baseou-se numa postura que “mantendo-se dentro dos limites hegemônicos, apelava para uma ampliação de seus limites para permitir a incorporação da indústria” (MURMIS e PORTANTIERO, 1972, p. 36). O que queremos salientar, nesse sentido, é que a pressão dos grupos médios, durante longo período, embora não possa ser considerada inexistente, não possuía homogeneidade e coesão o suficiente para pressionar a oligarquia no sentido de alterar os rumos econômicos do país, somente para, em alguns casos específicos, exigir uma certa abertura social e política por parte desses ricos *terratenedentes*.

A história das organizações de classe média urbana e da UCR, contudo, não começa na década de 1930. A União Cívica, organização germen do que se tornaria depois a UCR, aparece na cena política argentina ainda em 1892, mas somente a partir de 1912, com a lei do sufrágio promulgada pelo presidente Saenz Pena, a UCR consegue firmar-se como um partido representativo e consistente, tendo eleito, em 1916, Hipólito Yrigoyen, seu grande líder e fundador, para o cargo máximo de presidente da república. O protagonismo político da UCR, oscilando entre seus dois líderes, Yrigoyen e Marcelo Alvear, manteve-se até 1930, data do início da radicalização das tendências conservadoras de cunho fascista e nacionalista e do golpe de Estado do Gal. Urriburu que dá fim à experiência dos radicais.

Durante o período em que a UCR esteve sob o comando do país ela precisou lidar com

a preponderância econômica e política dos criadores de gado, especialmente os *terratenientes* da província de Buenos Aires que compunham o núcleo dirigente da SRA. Embora em muitos momentos a UCR conservasse não somente a presidência como também uma ampla maioria de ministros, sempre houve, como podemos notar através dos cargos conferidos à membros da SRA, um certo cuidado em não desafiar os principais pilares da organização das elites rurais.

A maioria dos membros da UCR provinha da classe média urbana, todavia a presença de ilustres nomes da aristocracia portenha indica que existia uma tentativa, por parte da UCR, de estabelecer uma relação política amistosa com os *terratenientes*. Como pontua Smith, essa tentativa de aproximação da UCR com membros da aristocracia não constituiu, de forma alguma, uma incoerência política ou mesmo uma manobra estratégica no sentido de legitimar o novo partido das classes médias. Pelo contrário tratava-se de uma opção racional, baseada na tradicional aliança entre capital do campo e desenvolvimento urbano. Como podemos analisar a partir dos dados que seguem a classe média saiu enormemente fortalecida com uma aliança com a SRA que não estava, de nenhuma forma, deslocada do eixo do poder nos anos de 1920-1930.

Segundo dados de Smith e Peralta, durante o período de 1910 à 1945, dos 9 presidentes que governaram a Argentina, 5 pertenciam ao núcleo da SRA. Dos 94 cargos de gabinete, 39 pertenciam à SRA e, o que é mais representativo, 12 dos 14 ministros da agricultura eram vinculados à instituição ganadeira. Ao questionamento a respeito de se o governo de classe média da UCR tentou de alguma forma atacar ou diminuir o poder dos *terratenientes*, Smith responde que “ambos presidentes radicales designaran a muchos miembros de la Sociedad Rural en cargos importantes de gabinete” (SMITH in ZAPIOLA1975, p. 290).

	Presidente	Ministros Designados	Membros da SRA	Porcentagem de membros da SRA
1910-1914	Saenz Pena	12	8	66,7
1914-1916	Plaza	8	3	37,5
1916-1922	<b>Yrigoyen</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>62,5</b>
1922-1928	<b>Alvear</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>53,9</b>
1928-1930	<b>Yrigoyen</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>12,5</b>
1930-1932	Uriburu	9	5	55,5
1932-1938	Justo	17	7	41,2
1938-1941	Ortiz	11	2	18,1
1941-1945	Castillo	8	1	12,5

Dados retirados de SMITH, Peter. Los Radicales argentinos y la defensa de los intereses ganaderos, 1916-1930.

in ZAPIOLA, M. El Regimen Oligárquico. Buenos Aires. Amorroutou, 1975.

O quadro acima ilustra a continuidade que queremos destacar. Nos 3 governos em destaque, precisamente os da UCR (a primeira presidência de Yrigoyen, principalmente, e a de Alvear) podemos perceber que a porcentagem de membros da SRA se manteve alta em relação ao número de ministros designados. Tal composição ministerial do governo da UCR indica, dessa forma, que os interesses do campo não estavam sendo frontalmente atacados por uma coligação da classe média urbana, como supôs durante muito a visão tradicional baseada no dualismo estrutural que opõe de forma pragmática os interesses da burguesia industrial e os interesses do setor produtivo rural.

Murmis e Portantiero alertam-nos ainda que o que se passou foi uma “*aliança entre frações de classe*” (MURMIS E PORTANTIERO, 1975, p. 13) e que, da mesma forma que é possível apontar uma concomitância de interesses entre o setor industrial e o setor rural, é preciso que se considerem as descontinuidades desse apoio, na medida em que os pequenos produtores rurais atacavam frontalmente a UCR. Tal ataque é um indicativo de que a real comunhão de interesses se dava no plano da grande indústria e do grande capital latifundiário.

Além dessa distribuição de cargos, passível de compreensão dentro de um sistema inevitável de aliança de forças, é importante ressaltar que praticamente todos os quadros ministeriais relacionadas ao setor ganadeiro foram deixados sumamente em mãos dos membros da SRA. Inferimos, dessa forma, que ainda eram muito contundentes as interferências desse grupo nos desdobramentos políticos do país, especialmente no que tange ao comércio internacional – que interessava vivamente os exportadores de gado. Um exemplo dessa influência pode ser encontrado ainda em 1917 quando, no primeiro governo radical (Yrigoyen), uma greve de grandes proporções atingiu em cheio o setor agro-exportador. A reação do governo foi, simplesmente, enviar a Marinha para conter a sedição, desmistificando a olhos vistos a utopia de um governo de classe média que se posicionasse ao lado dos novos setores emergentes, entre eles o proletariado urbano.

Os governos da UCR, contudo, não tomaram as medidas referentes à prevalência da SRA somente pelo fato de que alguns de seus ministros pertenciam à organização: cerca de 60% das medidas favoráveis aos ganadeiros foram propostas por membros da UCR que provinham da burguesia urbana. Temos portanto uma comunhão objetiva de interesses no plano dos projetos de desenvolvimento e gestão econômica do país e não apenas um jogo político parlamentar, como podemos observar na tabela abaixo, a partir dos dados de Smith

referentes às iniciativas parlamentares em favor da SRA:

	Quantidade de Iniciativas	Porcentagem por Partido			
		Radical	Conservador	Democrata	Socialista
1916-1922	25	70	18	8	4
1922-1928	52	52	38	4	6
1928-1930	13	75	17	0	8
Total	90	60	29	5	6

Dados compilados por SMITH in ZAPIOLA, Marcos Gimenez (org) El Régimen Oligárquico. Materiales para el estudio de la Realidad Argentina (hasta 1930). Buenos Aires: Ed. Amorroutou, 1975.

Ao constatarmos, assim, que a UCR não inaugurou nenhuma espécie de conflito entre classe média industrial e produtores rurais e não opôs frontalmente campo e cidade, podemos refletir acerca do duro golpe que constituiu o processo peronista nas classes oligárquicas vinculadas ao comércio internacional da carne. Somente no governo de Perón o poder desses latifundiários é, em alguma medida, posto em cheque pelo processo de modernização, muito embora – como salientamos – os governos da UCR já convivessem com esse tipo de contradição.

Os Anais da Sociedade Rural Argentina que compreendem o período de 1943 a 1945 (momento de consolidação da base social popular de Perón) denotam uma preocupação substantiva com os rumos da economia. Seus apelos à livre iniciativa, suas duras críticas às tendências fascistas e suas conclamações públicas ao consumo de carne são indicativos de que, nesse momento, os grandes criadores de gado estão, de fato, projetando-se a partir de uma postura defensiva <sup>29</sup>.

O que propomos é que para dimensionar a crítica que a elite letrada de Buenos Aires formulará ao peronismo na década de 1940, é preciso considerarmos toda essa trajetória de legitimidade histórica de que gozavam os membros desses grupos dominantes na cena

<sup>29</sup> Em 1943, constam nos anais da SRA diversas manifestações de preocupação quanto à manifestação popular inicial em torno de Perón. Dr. Daniel Amadeu y Videla assina um editorial vigoroso na defesa dos interesses da Grã Bretanha, enquanto uma reprodução de uma petição enviada ao jornal La Nación, intitulada La Restauración de las Libertades Económicas, alerta para os prejuízos que seriam causados caso o novo impulso político nacionalista não respeitasse a tradição exportadora da “república fisiocrata”. Fincada em sua posição liberal, o editorial pontua que “*En la regulación en general se confunde la tecnica aprendida, unas veces em los libros, otras – si se quiere, em la experiencia, com el valor imprescindible y exclusivo de la iniciativa individual (...)*” Anales de la Sociedad Rural Argentina. 1943. Pg. 134. Durante os anos que antecederam a eleição de Perón, a Sociedade Rural argumentou diversas vezes quanto à periculosidade das reformas pretendidas na campanha eleitoral peronista. Em 1945, ano decisivo das manifestações populares, o grupo demonstra profunda preocupação com a responsabilidade fiscal e tributária do país, como por exemplo no artigo transcrito de Eric Johnson, onde o embate com o capitalismo é desqualificado ao mesmo tempo que imputado à proposta nacionalista de Perón. Sobre isso Anales de la Sociedad Rural Argentina. 1945, pg 417.



política, econômica e cultural do país. É a partir das referências desse grupo que se forjará uma elite intelectual programática, baseada numa perspectiva liberal, cosmopolita e, em muitos aspectos, extremamente conservadora e elitista, que encara com desconfiança a proposta peronista de opor, em seu discurso de aglutinação de massas, trabalhadores à parasitas (aristocratas).

Para Laclau, “a condensação desses três elementos – europeísmo, liberalismo e progresso material – em um discurso ideológico unificado reproduzira, portanto, o tipo de articulação que (...) era característico do liberalismo oligárquico” (LACLAU, 1978, p. 191). É a partir, portanto, das fissuras na aliança tradicional entre os setores produtivos do campo e da cidade, que se conformará, nos setores letrados de Buenos Aires, um sentimento de responsabilidade política e cultural. As décadas de 1930 e 1940 farão vir a tona, de forma decisiva, os conflitos advindos da imigração em massa. Nesse contexto estão localizadas, então, a eclosão de tensões entre a velha ordem liberal exportadora e a nova dinâmica suscitada pelo ingresso de uma ampla camada de estrangeiros na vida pública da Argentina. Esse processo onde “o mundo urbano ganhou contornos mais nítidos e tornou-se o palco privilegiado onde se digladiariam a mentalidade criolla de raízes agrárias e o que poderíamos chamar de uma consciência cosmopolita emergente”(Mitre, 2003, p. 110), é representativo das contradições e conflitos que esses homens de letras, situados nos referenciais da república aristocrática, enfrentaram no momento da emergência das massas peronistas na década de 1940, foco deste estudo.

## **1.2. A HERANÇA DOS PRIMEIROS LIBERAIS E O PROJETO DA ELITE LETRADA PARA A NAÇÃO.**

*“(...) aunque hemos tenido nuestros Tocquevilles, que han estudiado nuestras democracias, ninguno de ellos ha estudiado nuestro antiguo régimen, donde esta la llave de nuestro régimen moderno” J. B. Alberdi.*

A elite letrada que, na década de 1940, encampa a batalha contra o peronismo – tanto na esfera cultural como na esfera política – encontra suas bases de legitimidade histórica em

uma longa tradição liberal-republicana, forjada no início da constituição do campo institucional argentino, ainda em meados do século XIX. Para compreendermos esse processo de longa duração na esfera dos debates intelectuais e culturais argentinos, partimos do pressuposto de Raymond Williams (2000) quando este afirma que não é viável, nas análises de influências intelectuais, partir de filiações ideológicas longínquas, muitas vezes demonstráveis apenas por digressões imprecisas. Procuramos, portanto, compreender as influências e as temáticas que se projetam como continuidades no cenário político-cultural argentino a partir da dinâmica própria de cada contexto, quais sejam, meados do século XIX e a década de 1940. Caminhamos no sentido apontado por Neiburg<sup>30</sup> a partir do momento em que ao invés de buscarmos mais uma interpretação sobre a crítica dos setores letrados ao peronismo, ou julgarmos os méritos de uma ou outra explicação, queremos outrossim “compreender a lógica social subjacente à existência dos debates” (NEIBURG, 1997, p. 16), objetivo que pode ser alcançado na medida em que consideramos as continuidades e fissuras no papel e nas circunstâncias de atuação desses homens de letras, que acompanham os amplos processos de modernização pelos quais a Argentina passou durante as primeiras décadas do século XX.

Atrelada às necessidades econômicas da modernização do país, as elites liberais portenhas do século XIX, francamente inspiradas pelos paradigmas revolucionários norte-americanos e franceses, iniciam – logo após a independência - uma campanha ideológica de grande porte, uma espécie de “cruzada cultural”<sup>31</sup> no intuito de branquear e europeizar o país, paralelamente aos conflitos entre unitários e federalistas. Tal propósito mostra-se consoante com as ideias hegemônicas no debate intelectual da época, que atribuíam ao povo argentino o estado deplorável de uma Argentina ainda deveras distante da concepção de civilização europeia.

O fato das ex-colônias terem sido colonizadas pela Espanha parecia ser então um dos fatores que levaram os territórios do Prata à constituir o *locus* mesmo da barbárie. A mescla do sangue espanhol ao sangue índio, posteriormente somado ao negro, condenava a Argentina, segundo o pensamento dominante na época, a uma espécie de degradação

---

<sup>30</sup> NEIBURG, Federico. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*. São Paulo: EDUSP, 1997.

<sup>31</sup> Embora o termo seja substancialmente forte e carregue em si elementos ideológicos de outros contextos históricos, ele é citado em diversos ensaios da época, definindo mesmo o grau de intervenção na realidade pretendida por esses idealizadores. O recurso ao termo “cruzada cultural” aparece constantemente nas obras de Sarmiento e Alberdi, conectado ao uso também recorrente de termos políticos forjados pela experiência europeia. Sobre esse aspecto ver BOTANA, Natalio. *La Tradición Republicana – Alberdi, Sarmiento y las Ideas Políticas de su Tiempo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.

inevitável e progressiva. A cultura hispânica, afinal, era vista como semibárbara influenciada pelos árabe, distante tanto da laboriosidade germânica quanto do empreendedorismo inglês<sup>32</sup>. As cidades do território do Prata, especialmente Buenos Aires, passam, já em meados do XIX, a constituir uma plataforma de resistência à essa barbárie, e a se constituírem como um espaço onde se podia cultivar o bom gosto, os bons modos e o refinamento cosmopolita, à margem das disputas territoriais que assolavam a região durante o século XIX.

Os homens de letras argentinos, nesse momento, passam a elaborar em seus intentos programáticos fórmulas e perspectivas para a construção de uma tradição republicana, capaz de fazer nascer, de uma Argentina bárbara e fracionada por uma enormidade de vazios populacionais, um país verdadeiramente integrado e moderno<sup>33</sup>. A dramática situação do pós-independência fomenta essas iniciativas, e os círculos intelectuais citadinos, notadamente os bonaerenses, passam a sediar essa iniciativa conjunta de elaborar um “plano” para a Argentina. Dessa forma, situamos, já no início do processo de constituição institucional argentina, uma *expectativa do moderno*, que será redefinida posteriormente e servirá de base e critério unificador para as elites letradas de Buenos Aires projetarem-se na esfera política.

José Luis Romero (1976), em sua análise sobre as cidades e as ideias na construção da Argentina, pontua que os núcleos urbanos argentinos, desde o século XIX, foram os responsáveis pela criação e divulgação de um projeto civilizador para o país, projetando-se mesmo como um “instrumento da política de aculturação” (ROMERO, 1976, p. 56), elaborado no sentido de eliminar a barbárie e os vícios hispânicos que a elite bonaerense enxergava nos *gauchos* e outras comunidades dispersas pelo território argentino.

Tulio Halperín Donghi salienta que, diante do fracasso da campanha que a elite letrada moveu contra Juan Manoel de Rosas - caudilho responsável pela primeira campanha expansionista no pampa -, o próximo passo desse grupo, conhecido como geração de 1837, foi elaborar uma proposta *saintsimoniana* de “unidade de crença” (DONGHI, 1982, p. 16).

<sup>32</sup> Esse desmerecer da cultura latina e, especialmente, da cultura ibérica tem, na Europa, raízes antigas e rastros contemporâneos. Já na década de 1920 Ortega propõe em “Meditaciones del Quijote” que o mal que aflige a cultura espanhola está vinculado à “la mecanica psicología del reaccionarismo español” (1942, p. 34). Para o autor, o *quixotesco* que norteia a formação da Espanha e da cultura latina de uma forma geral, está enraizado numa tendência à fugacidade e ao sensualismo. Assim, podemos perceber que embora tratem-se de contextos distintos e que entre a percepção da geração de 1837 e a percepção de Ortega decorram dezenas de anos de amadurecimento político, o legado cultural espanhol é frequentemente desqualificado, diante da perspectiva utilitarista do ocidente, por sua carga de “predomínio sensitivo” e seu “espírito surrealista” (1942, p. 84). Como pontua Ortega, a título de exemplo, o dever de um pensante imerso fatalmente na cultura latina serianão estar disposto a confinar-se no rincão *criollo* de si mesmo (1942, p. 86).

<sup>33</sup> Carlos Altamirano (ALTAMIRANO, C. *Bajo el Siglo de las Masas*. Ed. Ariel. Buenos Aires, 2001) pontua que esse tipo de escrita pode ser classificado como “ensaios de definição nacional”, elaborados no sentido de encontrar uma expressão intelectual para a busca da identidade latino-americana, temática constante da intelectualidade argentina no momento da consolidação dos primeiros campos de debate intelectual.

Para o autor, os liberais que se tornaram os grandes baluartes da cultura argentina nesse momento, estavam impregnados de um otimismo sem fim quanto à sorte administrativa das 13 colônias, e propõem uma adaptação do federalismo *laissez faire* para a Argentina, baseado numa melhora étnica.

Todavia, por mais que essa busca pelo moderno e esses projetos estivessem articulados dentro dos círculos de debates da elite letrada desde o início do século XIX, com a complexificação das relações sociais e a consolidação do Estado como instância maior de legitimidade, esse grupo passou a ter necessidade de ocupar concretamente espaços públicos, projetando-se então politicamente e elaborando planos concretos para os problemas do país, sob forma de revistas, manifestos e, vez ou outra, partidos. Nesse sentido as cidades, como alega Romero (1976), constituíram a unidade política que garantia o caráter compacto da elite nascente, ainda que sua atividade produtiva e especulativa estivesse vinculada ao campo. Assim temos uma situação em que a própria existência das cidades como núcleo de dinamização da cultura encontrava-se atrelada à necessidade de fortalecimento de uma elite rural, patrimonialista.

Carlos Altamirano destaca que grande parte dos ensaios, romances e artigos publicados então na imprensa latino-americana, tinham um conteúdo programático bastante forte, que respondia à necessidade da elite letrada de elaborar um plano de unidade nacional, focado em referenciais claros: segundo ele, tratavam-se de “ensaios de auto-definição”<sup>34</sup>. Donghi retoma a discussão de Altamirano ao pontuar que “o progresso argentino é a encarnação no corpo da nação do que começou sendo um projeto nos textos de alguns argentinos cuja única arma política era sua superior clarividência” (DONGHI, 1982, p. 08). Esses projetos iniciais de construção nacional, que remetem à Bartolomé Mitre, Alberdi e, principalmente, Domingo Faustino Sarmiento, aparecem, em meados do XIX, como um verdadeiro empenho conjunto no sentido de construir politicamente uma “épica fundacional” para o país, já que, como ressalta Donghi, nunca existiu consenso sobre a forma que o processo modernizador deveria tomar.

A década de 1840 é marcada, nesse sentido, por diversas tentativas de influenciar a nascente opinião pública urbana no que tange à necessidade de um projeto consistente de

---

<sup>34</sup> Nesse sentido, Mansilla aponta no texto “Mansilla, H. C. F. “Intelectuais e política na América Latina: uma breve abordagem a uma ambivalência fundamental” (In: Os intelectuais e a política na América Latina. Cadernos Adenauer IV, Ano IV, 2003, n.05. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2004) que o processo de dessacralização dos intelectuais, muito mais antigo na Europa, é um processo bastante recente na América Latina, paralela à expansão do sistema universitário na década de 1970.

sistematização da nova república. Ressaltamos o fato de que o contexto ideológico dessas tentativas é a crise do liberalismo pós 1848 e que, nesse sentido, os referenciais europeus acabarão perdendo espaço para o exemplo norte-americano, visto pelos intérpretes argentinos como menos violento, mais eficaz e, o que constituía uma efetiva novidade, mais democrático.

Em 1845, Sarmiento publica seu clássico *Facundo*: uma convocação à institucionalização da política, que possibilitaria uma aceleração no ritmo do progresso e lançaria as bases do consenso político federalista e liberal<sup>35</sup>. Em 1846, Hilario Ascasubi elogia a “paz produtiva”, destacando o amadurecimento das propostas liberais após a era *rosista*. Esse é o momento de formação e articulação do que se convencionou chamar de “geração de 1937”, composta por diversos intelectuais que sentiram esse “chamado” de responsabilidade política, gerado pela situação tumultuosa do pós-independência. Os grandes nomes dessa geração - Mitre, Sarmiento e Alberdi -, dialogaram com uma ampla gama de propostas, desde as mais conservadoras até aquelas inspiradas no nascente movimento operário.

Essas alternativas abrangiam desde a proposta reacionária de Félix Frias, baseada em princípios católicos, onde massas guiadas pela religião apoiariam uma ordem oligárquica naturalizada, até alternativas positivistas e revolucionárias influenciadas por 1848. Essas alternativas, todavia, muito por conta de sua irreabilidade política e de seu caráter eminentemente descontextualizado, não lograram muita repercussão. As duas propostas ou os dois “programas” que irão compôr o debate público acerca da formação do caráter argentino serão, terminantemente, as de Juan Bautista Alberdi<sup>36</sup> e as de Domingo Faustino Sarmiento<sup>37</sup>.

Natalio Botana (1984) destaca que os dois foram os autores que compreenderam de forma mais consistente a situação dramática da perspectiva republicana no pós-independência. Refletindo acerca dos modelos estrangeiros, elaboraram interpretações holísticas da realidade argentina e as propostas oriundas de suas reflexões marcaram fortemente a construção da

---

<sup>35</sup> Para Carlos Altamirano, muitos desses “ensaios de definição”, notadamente o *Facundo*, inscrevem-se numa modalidade “doxológica” em que a palavra é anunciada a partir de uma posição de verdade.

<sup>36</sup> Juan Bautista Alberdi, nascido em 1810 – ano chave para os processos políticos do Prata – e falecido em 1884, 4 anos antes portanto do fim das disputas entre Buenos Aires e os poderes regionais, trabalhou como diplomata e político no seio das querelas entre unitários e federalistas. Graças às suas posições sumamente liberais, passou grande parte da vida no exílio, em Montevidéu.

<sup>37</sup> Domingo Faustino Sarmiento, reconhecido como um dos grandes fundadores do pensamento político argentino, nasceu em 1811, no seio dos conflitos da Revolução de Maio, e faleceu em 1888, ano da federalização definitiva de Buenos Aires. Trabalhou como jornalista, político, escritor e exerceu a presidência do país entre os anos de 1868 à 1874, ainda sob os influxos das disputas entre o poder central de Buenos Aires e as províncias interioranas.

identidade dos argentinos até o século XX<sup>38</sup>. Assim, o debate tornado público entre esses dois intérpretes da realidade argentina marcará a conformação de um campo de discussão política e cultural estruturado, ainda na primeira metade do século XIX.

O diagnóstico de Sarmiento, exposto em sua dicotomia fundamental “civilização e barbárie”, pauta-se em que o barbarismo que parecia congênito ao território argentino era precisamente o resultado de uma comunidade dispersa que não conseguia se compreender como *sociabilidade*. Nesse sentido, sua obra principal, o *Facundo*, está impregnada de projeto político (BOTANA, 1984, p. 284). Dessa forma podemos compreender o esforço de povoamento e educação de Sarmiento, e sua perspectiva de que o Estado e as instituições deveriam garantir ao indivíduo o direito de educar-se, instruir-se e, sobretudo, encontrar-se e reconhecer-se como argentino, de Santa Fé à Tucuman. Nas palavras do próprio Sarmiento “sem a melhora dos costumes as constituições democráticas são uma burla” (SARMIENTO, 1983, p. 198).

Por outro lado, para Alberdi (1994), atrelado a um rigor e a um ativismo econômico por parte do Estado, deveria haver um projeto de educação popular capaz de criar uma “república possível”, onde as massas cumpririam o papel de fiscalizar os poderosos. Para Alberdi, essa elite política e econômica que guiaria o país pela “república possível” seria, precisamente, a elite intelectual: a única capaz de uma visão de longo prazo séria.

Para Sarmiento, os Estados Unidos eram o exemplo a ser seguido, e a Argentina deveria “rastrear o surgimento de uma nova sociedade e uma nova civilização, baseados na plena integração do mercado nacional” (SARMIENTO, 1983, p. 46). Sarmiento, todavia, não vislumbrava somente a organização política do país, projetava uma verdadeira reforma em todos os setores da vida argentina, educando o povo, despertando o instinto cooperativo nos argentinos e criando um caminho para o progresso. Assim, enquanto para Alberdi o progresso levaria à mudança, para Sarmiento a mudança levaria ao progresso.

Alberdi também realiza um esforço de organização, todavia para ele “os costumes são soberanos, e essa soberania é má” (ALBERDI, 1994, p. 297). Alberdi adota uma saída abstrata, contra os costumes, e bem menos gradual ou educativa que Sarmiento. Em seus termos “*a indústria é o calmante por excelência*” (IDEM, 1994, p. 67). É de Alberdi a teoria

---

<sup>38</sup> Talvez o exemplo mais flagrante da repercussão intelectual dos autores possa ser encontrado nas sucessivas reformulações- pelas perspectivas mais polares e ambivalentes – da dicotomia civilização e barbárie. Como alerta Maristela Svampa, embora ambos os conceitos tenham sido superados teoricamente pelas ciências sociais contemporâneas, grande parte da historiografia argentina até o século XX se orientou basicamente por essa dicotomia, convertendo-a ora num confronto entre letrados e não-letrados, entre peronistas e anti-peronistas ou entre nacionalistas e cosmopolitas. SVAMPA, Maristela. El dilema argentino: civilización o barbárie – de Sarmiento ao revisionismo peronista. Buenos Aires: El Cielo por Asalto. [s.d.].

do *transplante vital* da Europa para a América onde, ironizando Sarmiento, o melhor catequista seria o homem laborioso. A proposta de Alberdi, dessa forma, consistia em instalar uma civilização já formada na Argentina (BOTANA, 1984, p. 303). Para ele, as luzes emanam da cidadania, do indivíduo e não do Estado, como propunha Sarmiento.

Podemos perceber que ambos os teóricos meditaram à sombra de Hobbes: ambos partiram da associação da violência com o mal e afirmavam a necessidade da superação do “Estado de Natureza” que diagnosticavam no pampa. Outras influências muito importantes, como Tocqueville, Mill e Rousseau, foram por eles funcionalizados e operacionalizados no intuito de construir um plano que era, no encontro entre as duas propostas, sumamente organizador. Essa franca inspiração nos referenciais europeus é uma das responsáveis pelas mais severas críticas atribuídas a esses autores, muito embora a ideia de transposição de modelos forâneos para a Argentina e para a América Latina possa ser diagnosticada nas mais variadas propostas, desde os liberais, passando pelos católicos conservadores, até os seguidores da Internacional.

Durante a presidência de Sarmiento (1868-1876), a realidade conflituosa da institucionalidade argentina transforma sua perspectiva. O choque de realidade de atuar pela educação num país francamente dividido e fracionado por uma querela civil de proporções nacionais, acaba tornando Sarmiento mais aberto à perspectiva de Alberdi da “república possível”, onde o cidadão mesmo teria que encontrar o caminho para a construção de sua identidade.

Conforme Pomer, ao introduzir a obra *Sarmiento: Política* (1983), essa chamada *Geração de 37* propunha que “frente às massas incultas, irracionais, condutoras inconscientes do vírus colonial, a elite devia empunhar as armas da razão e repartir as cutiladas correspondentes” (1983, p. 23). Diante da dificuldade de modernizar as instituições, propunham que o homem fosse melhorado para que pudesse melhorar a sociedade. Sarmiento demonstra seu encantamento com o cooperativismo norte-americano e compartilha com as ideias tocquevillianas, pretendendo, através de sua proposta - tanto como político quanto como ativista - importar esse modelo para a Argentina. A maneira com que ele e seus pares pretendem realizar esse processo é uma das chaves para a compreensão da Argentina pós 1870. Para Romero, a proposta de Facundo é um exemplo do enfrentamento cultural entre campo e cidade, o primeiro associado às luzes, e o segundo, a um medievalismo bárbaro que necessitava ser combatido.

Segundo essa orientação, dado que o pampa “é um péssimo condutor do

progresso”(SARMIENTO, 1938, p. 36), surge uma panaceia para o problema do atraso argentino: a imigração, chave-mestra para o progresso. Ela reuniria condições de resolver dois problemas da constituição do Estado, ou seja, o antigo problema de povoar o campo e garantir mão de obra para as estâncias e para a defesa de fronteiras, e a nova proposição de “civilizar” o campesinato melhorando a configuração étnica (e ética) da Argentina como um todo. Mesclando a população nativa bárbara a um contingente significativo de europeus, oriundos e portadores da civilização, conseguir-se-ia realizar uma solvência dos “*vícios hispânicos*” e medievais do povo.

A imigração em larga escala, todavia, acaba resultando em um fracasso que extrapola o controle de seus idealizadores, e denuncia a inexistência, na Argentina, de instâncias de mediação políticas capazes de integrar essa enormidade de novos elementos que se dirige ao país.

Assim como em muitos outros países da América Latina, como o Brasil por exemplo, a maioria do contingente que veio da Europa rumo a esses lugares foi direcionada ao campo. Entretanto, e notadamente na Argentina, esse campo era dominado por latifundiários tradicionais com alianças políticas relativamente sólidas e, diante disso, não foi pensada uma política agrária facilitadora ao imigrante. Tal conjuntura acabou por compelir essa massa de trabalhadores para as regiões mais urbanizadas, como Buenos Aires, onde poderiam facilmente exercer atividades de comércio e serviços, mais condizentes com sua formação anterior, já que, haja vista, a maioria desses imigrantes não era trabalhador rural em seu país de origem, mas sim exercia atividade urbana mal remunerada. Dessa forma, a panaceia da imigração se torna efetivamente um problema social, em termos de integração, planejamento urbano e construção da identidade nacional.

Os conflitos gerados pela imigração, e a flagrante inadequação desse modelo para o cenário argentino, inspiraram um pessimismo profundo nas interpretações dos autores da geração posterior à de Sarmiento e Alberdi, conduzindo o debate político e cultural a uma perspectiva mais realista, mais disposta a resolver questões pontuais do processo argentino e menos inclinada a formular generalizações identitárias. A ideia de república, portanto, integradora e plasmada nas diversas camadas sociais, sofre um duro golpe com os rumos que tomou a imigração no país. A elite intelectual e os círculos de debate passam, desse modo, a procurar um novo fator de diferenciação e reconhecimento. Essa nova postura dos intelectuais em Buenos Aires será marcada por uma profunda aversão aos estrangeiros, que passaram, a



partir do começo do século XX, a serem encarados como elementos nocivos, corruptores da *argentinidad*.

Assim, a mesma elite especulativa portenha com negócios no campo que havia endossado o coro de Sarmiento e Alberdi no sentido de fomentar uma imigração massiva, tem agora que lidar com a experiência do abarrotamento em Buenos Aires. Ao mesmo tempo em que era considerada o reduto das possibilidades intelectuais e culturais do país, os relatos dessa época, transição do século XIX para o XX, desenham a capital como uma Babel, onde o barulho de diversos idiomas somado ao ruído das fábricas torna mesmo inviável a vida ali. Romero(1976) destaca a percepção de “*um certo ar jacobino*” em Buenos Aires, vinculado à enormidade do contingente de imigrantes que ocupava a periferia da cidade. Além disso, a maior parte desses imigrantes não olhou a Argentina como uma Pátria, como uma cultura a ser assimilada ou imitada, mas sim fecharam-se em guetos e associações, despertando nessa elite liberal o medo e a incerteza<sup>39</sup>.

Em 1880, como salientam Floria e Belsunce, a Argentina é, a seu modo, uma nação moderna. Contudo, o fim da argentina épica, *hobbessiana*, e começo da argentina moderna, trazem consigo os dilemas urbanos e políticos que marcarão as contradições e os conflitos referentes à incorporação dos novos elementos na esfera política.

O medo dos conflitos e complexificações sociais advindos da inadequação entre a participação econômica e a participação política na Buenos Aires do começo do século é tema de grande parte das discussões da elite letrada da época. Em 1902, por exemplo, influenciado por esse temor, o governo decreta a Lei de Residência, restringindo a atividade política dos imigrantes e agravando ainda mais o quadro sugerido por Romero, quando este aponta que “como as fabricas, as grandes cidades despersonalizavam as relações sociais e suscitavam tensões antes desconhecidas” (ROMERO, 1956, p. 272). Assim, se forma um imenso contingente de demandas por parte desses imigrantes que, paulatinamente, vão dando forma às necessidades de integração que serão, posteriormente, o núcleo do projeto político peronista.

A repercussão da primeira guerra mundial na exportação de commodities, a grande

---

<sup>39</sup> Uma discussão mais aprofundada da relação que os imigrantes mantiveram com a cultura argentina encontra-se nas obras de Gino Germani, que problematizam justamente esse “descompasso” entre um grande número de ingressos no mundo político e uma estrutura política arcaica, que não pôde os assimilar, compelindo-os a buscarem formas perniciosas de representação política, dentre as quais a mais nociva teria sido o peronismo.

onda modernizadora<sup>40</sup> da década de 1910 e a complexificação social da estrutura argentina, nesse sentido, conferem uma nova função aos intelectuais argentinos. Antes, como ressalta Donghi, o esforço em construir a épica fundacional para o país absorvia os esforços da intelectualidade portenha. Agora, com a chegada da modernidade em seus mais amplos aspectos, a função do grupo das letras precisa redefinir-se e afirmar-se de outras maneiras.

O enorme contingente de imigrantes radicados em Buenos Aires oferece uma nova perspectiva para os atores políticos e para o Estado: a opinião pública se solidificando e o sufrágio obtido em 1912, com Saenz Pena, transfiguram as possibilidades políticas e fundam uma nova legitimidade, desalojando os intelectuais de sua superioridade intrínseca. Yrigoyen, em 1916, já minimiza o papel dos intelectuais na formação da opinião pública apelando para recursos de comunicação de massa. Em 1930, sob diversos aspectos, o intelectual cederá lugar ao militante político.

Para que se possa dimensionar o efetivo problema que se apresentava às elites argentinas, antes tão otimistas com sua solução populacional, alguns dados podem fornecer o vulto da questão. O primeiro senso oficial que se tem registro, realizado em Buenos Aires, aponta que do ano de 1869 até 1970, a densidade populacional aumentou em 13X no país e, o que nos parece mais grave, a maior parte em Buenos Aires. Em 1914, momento de grande efervescência cultural e política em Buenos Aires, cerca de 42,7% dos habitantes da cidade eram estrangeiros. Tal dado se agrava quando pensamos que a década de 1910 marca já a primeira geração de filhos de imigrantes nascidos no país. No total, entre 1857 e 1914 chegaram 3.300.000 imigrantes pelo porto de Buenos Aires<sup>41</sup>

Segundo Patrícia Funes, a década de 1920 marca uma conjuntura em que a Argentina é confrontada com “(...) la crisis de la economía capitalista, menos por Wall Street que por la dramática constatación de la erosión del sujeto liberal” (FUNES, 2006, p. 13). As reflexões acerca da *argentinidad*, da identidade mesma do país, parecem então estar necessariamente conectadas com as necessidades de inscrever a Argentina no mundo ocidental.

---

<sup>40</sup> Reflexão presente na obra de AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton (orgs) Pensar o Século XX – Problemas Políticos e História Nacional na América Latina. São Paulo: UNESP, 2003.

<sup>41</sup> Gino Germani, em sua cuidadosa análise sobre os aspectos negativos e positivos da imigração, chama atenção para um outro aspecto dos dados: a enorme porcentagem de homens entre os que chegavam pelo porto de Buenos Aires. Segundo Germani, 71% eram homens, entre 20 e 60 anos. Tal situação, além de inflar a oferta de mão-de-obra ocasiona também conflitos sociais, na medida em que incia-se um gigantesco aparato de prostituição e escravização de mulheres diante do desequilíbrio populacional entre os gêneros. GERMANI, Gino. Política e Sociedade numa Época de Transição. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

Questionamentos como *Como somos? Porque somos assim? Porque não podemos ser de outra forma?* dividem francamente a intelectualidade do país. De um lado, a tradição nacionalista, raciocinando em termos de “alma nacional”, e, no outro pólo, uma intelectualidade que pretende inserir a Argentina no mundo da cultura, no mundo das artes ocidentais. Esse debate marcará toda a disputa pelo espaço simbólico e cultural do país até a década de 1940.

O que procuramos indicar é que a repartição do mundo entre brancos, cultos e ricos, em que se baseou o projeto da elite intelectual portenha durante a constituição do país, entra em um momento de inflexão, na Argentina, diante do amadurecimento e complexificação das relações urbanas advindas com a modernidade. A necessidade de abertura política aos marginalizados pelo processo de construção nacional insere a reflexão sobre a sociedade de massas na Argentina. Nesse sentido, Romero aponta que a crise da democracia liberal em 1930 “*unificou visivelmente o destino latino-americano*” (1956, p. 319), e engendrou um novo papel para a prática política e para a cultura. Na medida em que as massas aparecem na cena política e reivindicam o direito de gozar dos benefícios da civilização, essa elite letrada portenha, que havia forjado uma visão da cultura argentina baseada em prerrogativas essencialmente cosmopolitas, redefine-se e rearranja-se para encontrar novas instâncias de legitimidade<sup>42</sup> cultural e política.

Assim, os novos intentos da elite letrada passam a ser contribuir para a defesa, ainda que intimista, de um mundo que ruía diante do número, da massificação política e da amplificação das instâncias de legitimação cultural. A cultura do mundo industrial, a razão instrumental e a ocupação dos espaços públicos pelos populares inseriam pela primeira vez na Argentina as reflexões acerca da sociedade de massas.

Nesse sentido, localizamos o aparecimento de uma tendência conservadora e *pós-*

---

<sup>42</sup> Para o sociólogo Pierre Bourdieu, a autonomia do campo intelectual está conectada com o próprio grau de ação política dessa sociabilidade. Nesse sentido, conforme as posições tradicionalmente alcançadas pelos intelectuais da “arte pura” são ameaçadas, ou seja, conforme o referencial de consagração é extrapolado para além dos membros da sociabilidade, a atuação dos intelectuais na política tende a ser mais pragmática, na medida em que o que está em jogo é sua própria existência como categoria social. No caso argentino, a sociedade de massas e o consumo de arte em escala industrial fazem com que os referenciais, os códigos de deciframento das obras de arte, e a própria escala de valoração artística, saiam do controle desse pequeno grupo erudito. Para o autor “*assim como não existem puras relações de força, também não há relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação*” (XIII). Essas reflexões estão presentes na obra *As Regras da Arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo. Cia das Letras, 2002 e também em *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Perspectiva, 1974.

*iluminista*, no sentido em que pontua Touraine (2009)<sup>43</sup>, no seio da elite letrada portenha, em consonância com as necessidades de resistência do mundo oligárquico diante do vulto das necessidades de integração política da massa. A resistência desse setor letrado à cultura de massas e à integração política promovida por Perón, que será detalhada posteriormente, é inspirada pelo desafio de Rodó, ainda no século XIX: combater o Calibã latino-americano, que se reveste sob a forma da imitação da cultura utilitarista, e assim criar uma identidade continental que não nasça sob o signo do imediatismo e da instrumentalidade da cultura de massas e consiga aparelhar as novas elites a um combate cultural e político que será, durante o peronismo, o grande demarcador de fronteiras no debate público<sup>44</sup>.

O novo espaço dos intelectuais argentinos a partir da década de 1920 é portanto, senão reduzido, ao menos *dessacralizado*. Os letrados formados na escola de Tocqueville, Mill e Sarmiento iniciam então um debate com as tendências intelectuais nacionalistas, respondendo, no sentido que emprega Bourdieu, a uma pluralização das instâncias de consagração, que desaloja os intelectuais do monopólio da palavra e os impele ao “mundo real” e inefável da cultura de massas. Como alerta Beatriz Sarlo,

O espaço público perde sacralidade: todos o invadem, todos consideram a rua como o lugar comum, onde a oferta se multiplica e, ao mesmo tempo, se diferencia, mas sempre se mostra diante do desejo que já não reconhece os limites da hierarquia (SARLO IN VASQUEZ RIAL (org) 1996, p. 187).

Já no começo da década de 1920, a Argentina e principalmente Buenos Aires, contava com um campo de debates públicos já bastante estruturado, repercutindo em diversas manifestações artísticas e culturais como revistas e periódicos que tratavam de temas culturais e políticos e contavam com ampla repercussão na opinião pública letrada do país. Da mesma forma, havia já um circuito razoavelmente desenvolvido de palestras, conferências etc. Duas tendências distintas aglutinam, grosso modo, os homens de letra da época.

Por um lado, a década de 1920 marca o fortalecimento de uma tendência conservadora

<sup>43</sup> As reflexões acerca do caráter pós-iluminista da crítica à modernidade estão presentes na obra de TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Lisboa. Inst. Piaget, 2009. O autor, além de averiguar de que forma o insucesso dos referenciais teóricos do iluminismo influenciaram na moderna concepção da crítica dos intelectuais contemporâneos aos processos advindos com a sociedade de massa, nos fornece também uma ampla discussão historiográfica a respeito do assunto, tecendo, em muitos pontos, o diálogo com Adorno, nos aspectos referentes à “cultura pós-iluminista”.

<sup>44</sup> Para Fernando Mitre, em “O Dilema do Centauro”, a recepção de Ariel reflete uma situação em que “já no período oligárquico desponta, em alguns países da América Latina, uma literatura voltada à consideração de fenômenos que tipicamente se associam ao surgimento da sociedade de massas” (2003, p. 104)

nos círculos nacionalistas argentinos. Essa “nova direita”, anti-liberal e profundamente cristã, será a grande interlocutora e o grande desafio aos liberais que se lançam em defesa da alta cultura<sup>45</sup>. Periódicos como *La Nueva Republica* e *La Liga Republicana*, aglutinadoras desses divulgadores nacionalistas, propagandeiam uma concepção decadentista da história argentina. Baseados em uma perspectiva revisionista da história (não só da história argentina, mas ocidental e cristã de maneira geral) eles pretendiam situar as bases da cultura argentina em novos pilares, quais sejam justamente os referenciais que em geral foram minimizados ou desprezados pela “versão liberal” da história argentina: os valores de *hispanidad* e da herança católica espanhola.

Para eles, os vícios do liberalismo e do comunismo (que apareciam como igualmente nefastos) eram os responsáveis pela transformação da argentina num país desconfigurado e desprovido de nacionalidade. A proposta teórica desses intelectuais é manifesta numa revisão da história argentina, que retira a glória de Mitre para coloca-la sob Rosas, o *gaucho* e bárbaro por excelência.

O fortalecimento dessa proposta e o endossamento de suas principais prerrogativas por amplas esferas do setor militar se tornam manifestas em 1930, no golpe do Gal. Uriburu, francamente apoiado pelos intelectuais filiados ao nacionalismo e sustentado por um plano autoritário e corporativista. O fracasso de Uriburu frustra os jovens intelectuais nacionalistas (Beired, 1996, p. 48), mas não os priva da convicção de que a “hidra-tricefálica: maçonaria, judaísmo e liberalismo internacional” constituía a efetiva ameaça à argentina. Segundo Beired (1996),

os questionamentos, as análises e os projetos dessa direita latinoamericana efetivamente integraram e devem ser compreendidos no interior de um conjunto mais amplo de fenômenos políticos de reação ao sistema liberal e ao comunismo (BEIRED, 1996, p. 69).

A década de 1930 é também marcada por um crescimento das tendências autoritárias na sociedade e por um fortalecimento do espaço de debates em torno das questões identitárias e políticas. Como pontua Oscar Terán (2004) a pergunta a respeito de qual seria a função dos intelectuais numa nova ordem que se anunciava ainda confusa, aproximava os questionamentos de fascistas, liberais, comunistas etc. O autor aponta, no mesmo sentido, que

---

<sup>45</sup> Sobre essa temática, ver BEIRED, J. L. B. Autoritarismo e Nacionalismo: O Campo Intelectual da Nova Direita no Brasil e na Argentina. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

se trata de um momento de redefinição da figura do intelectual, e mais, além, do próprio papel deste na sociedade argentina.

O debate com Leopoldo Lugones – grande nome do revisionismo nacionalista das décadas de 1910 e 1920 - é certamente definidor das relações entre os homens de letras da época. Contra ele ou a favor dele se desenvolvem as iniciativas da geração que vivenciará, na década seguinte, o processo peronista. Esse momento deixa claro, à oligarquia e às elites letradas, o quão difícil será reconquistar sua legitimidade e obter êxito em sua jornada de restauração. O pacifismo, tão caro à descendência *hobbesiana* dos intelectuais liberais é interpretado, no contexto das décadas de 1920 e 1930, como “culto do medo”, nos termos de Lugones. Nas palavras de Beired, “o revisionismo contribuiu para desenvolver uma memória coletiva predisposta ao programa, aos lemas e aos símbolos peronistas” (BEIRED, 1996, p. 352).

O nacionalismo emergente nas décadas de 1920 e 1930, portanto, empenhou-se em forjar e legitimar, através de uma política literária deliberada e da ação dirigida de intelectuais como Lugones, um padrão e uma identidade para o Estado argentino, em oposição ao que chamavam “colonialismo imperialista”: justamente a tendência europeísta das elites exportadoras vinculadas ao mercado internacional. Na outra ponta do debate, os nacionalistas baseavam sua solução em uma proposta étnica. A reivindicação cultural e política da barbárie torna-se sua principal bandeira. Lugones, com a instrumentalização do gaucho, compreendeu a necessidade de tornar orgânico o enorme contingente que se *guetificava* nas periferias de Buenos Aires, compondo inclusive aberrações urbanas como o conglomerado de La Boca, onde residiam os imigrantes marginalizados desde a década de 1910. A proposta dos nacionalistas, portanto, é de assimilar os elementos estrangeiros que queiram ser assimilados, e expelir os resistentes.

Contra essa tendência desenvolveram-se, por parte dos intelectuais liberais e cosmopolitas, uma proposta de oposição, encabeçada pelos ultraístas e pelos vanguardistas em geral. Essa crítica ao revisionismo corresponde, sob muitos aspectos, ao outro pólo dos debates intelectuais da época. Os caminhos que as propostas nacionalistas percorreram – desde 1910 passando pelo golpe do gal. Urriburu até desembocar no advento peronista – são acompanhados por essa crítica antinacionalista que é também a crítica ao protecionismo de mercado, aos regimes totalitários da Europa e, notadamente, à massificação da sociedade que os liberais entendiam como pressuposto da existência desses regimes totalitários. O sentido da crítica à produção cultural subjugada a interesses políticos aparece no repúdio ao

gauchismo desmesurado que Borges despreza em Lugones. Para Paulo Renato da Silva,

contra esse homem, principal base social dos totalitarismos de direita e de esquerda, defende o homem das elites intelectuais que, com a cultura, esclareceria, não confundiria como os políticos e o homem da massa, considerados torpes (SILVA, 2004, p. 33)

A *Sur* surge no início da década de 1930, período da retração radical e da emergência das propostas golpistas nacionalistas experimentadas no golpe do gal. Urriburu. Inicialmente, a revista defende, sob sua ótica culturalista, um intercâmbio necessário entre a cultura europeia e a argentina. Nos antecedentes da segunda guerra, a revista passa do pacifismo inspirado em Gandhi para a defesa dos aliados que, como já indicado, era tema de grande debate e cisão profunda entre os movimentos ideológicos do país. Para Terán, o “liberalismo aristocrático, espiritualista e cultural” (2004, p. 61) de *Sur* está conectado com o vulto dos debates do período, que refletiam sobre a responsabilidade do intelectual diante da emergência do que aparecia como a força telúrica e ameaçadora da sociedade de massas.

Segundo Silva, “(...) para os liberais como Victoria Ocampo e colaboradores da *Sur* a contensão das massas estaria na cultura, no saber, enfim, na educação, para os peronistas estaria na justiça social” (SILVA, 2004, p. 112) Todavia, como alerta o autor, ela é inegavelmente política, e relaciona-se com a crise que a concepção aristocrática do mundo enfrenta desde a década de 1920.

A proposta de *Sur* será em grande medida moral, conectada a uma espécie de “saída interna”, onde a realização do indivíduo no plano intelectual torna-se a única possibilidade de existência fora da esfera social. O diagnóstico de *Sur* será acompanhado de um projeto de ação, de uma crítica profunda aos vícios que percebe na sociedade de massas. Para Terán, o projeto de *Sur* define-se em que “a regeneração intelectual e moral deve por sua vez partir de indivíduos que operem desde seu interior uma auto-exigência de reforma de si mesmos” (TERÁN, 2004, p. 62). *Sur* descobre que o *nosotros* não está ameaçado somente pelas medidas obreiristas do peronismo, mas mais que isso, por uma nova concepção de intelectuais e de cultura que parece emergir do mundo da técnica e da cultura industrial. Nesse sentido, como pontua Laclau em sua análise sobre as características políticas da Argentina moderna, “sem a erosão progressiva do sistema oligárquico na Argentina da década de 1930, o surgimento de Perón seria impensável”(LACLAU, 1978, p. 221).

O descrédito que os governos, desde Yrigoyen, passaram a conferir aos intelectuais “clássicos” causa uma fissura na relação dos homens de letras com a política, na medida em

que, como salienta Donghi “(...) a republica oligarquia sempre havia se preocupa em reservar um lugar seguro aos intelectuais” (DONGHI in PLOTKIN, 2000, p. 89).

Dessa forma, podemos perceber que o medo das massas tem respaldo tanto na prática e retórica nacionalista como em sua crítica mais severa. Assim, podemos compreender a proposição de Wiszniacki (2004) de que a reação da burguesia oligárquica ao governo peronista não é absoluta, mas sim, setorial e conjuntural. Graciarena, nesse sentido, ao tratar da oligarquia latino-americana e, especialmente, da Argentina, destaca que “estruturas com poder econômico em declínio que seguem tendo poder político-ideológico forte (por ser classe tradicional)” (WISZINIACKI, 1971, p. 50).

Temos, portanto, instaurado na Argentina a partir da década de 1930 um debate intelectual de grande vigor, que está relacionado a projetos políticos radicalmente opostos, além de uma concepção de Estado, de sociedade e de cultura radicalmente polares. Como ressalta Fernando Mitre,

o embate entre tradição e mudança, catalizado pela onda migratória, transparece no conteúdo das ideologias que se deparam nessa fase: umas, de cunho nacionalista, se orientarão a reforçar as instituições tradicionais e os valores orgânicos; outras, lançando mão de concepções individualistas ou socializantes, promoverão um discurso de cariz mais cosmopolita (MITRE, 2003, p. 105).

Embora o nacionalismo fosse, em muitos sentidos, uma força crescente na sociedade argentina (especialmente após a experiência uriburista), os intelectuais vinculados à tradição liberal eram os únicos a possuírem os códigos de deciframento da cultura que perduravam desde a república oligárquica. Assim, os intelectuais nacionalistas não penetravam nas instâncias de consagração dessa intelectualidade, e nesse sentido, seu apelo era muito mais direcionado à comunidade e à opinião pública, do que propriamente a um debate entre iguais, entre os pares.

Essa característica, ao invés de segmentar o debate público, fomentou-o, na medida em que os liberais passaram a sentir a necessidade de defender, efetivamente, sua existência como categoria relevante na nova configuração da sociedade argentina. Para Sarlo, nesse sentido, o passado representa para esses intelectuais liberais, uma realidade cognoscível, onde sua função era claramente resguardada pelos códigos elitistas da sociedade aristocrática. Para a autora, a formação de um círculo coeso de intelectuais aristocráticos, como a Sur, pode ser considerado, mas além da postulação de uma arte poética, como a reação aristocrática frente a



um mundo desordenado que, na década de 1930, parecia vacilar frente ao abismo da irreabilidade (SARLO, 1995, p. 127).

No diálogo entre essas duas frentes do debate, temos que ao mesmo tempo em que a “nova direita” argentina, inspirada pelos movimentos nazi-fascistas europeus, propõe uma integração em torno da mobilização nacionalista, esse grupo de intelectuais e políticos liberais, filiados à tradição sarmentina, vai reformular sua trincheira cultural, elaborando uma nova concepção dos processos da modernidade, baseada no repúdio e na resistência à esse processo de mudanças que, como pontua Sarlo, parecia não deixar nada em pé. Notamos, todavia, que o tema dos imigrantes, base do que ambos os polos consideram como “massa” é tratado com igual desprezo tanto por nacionalistas quanto pelos liberais de Sur. A diferença reside, precisamente, na proposta que cada grupo formula para resolver o “dilema das massas”.

Dessa forma, situamos o momento de emergência das massas na política argentina no contexto da ampliação das necessidades urbanas de integração, bem como nas novas propostas da classe média urbana e no descrédito em que caem os pressupostos liberais da oligarquia diante da crise de 1929, dando início a um processo em que a elite letrada – vinculada a essa tradição liberal-oligárquica – percebe, como salienta Patrícia Funes, “(...) uma ruptura com a aristocracia do saber, do modernismo que se definia contra a intuição fatal de virtuais multidões e forças democratizadoras, daí que foi a torre de marfim o lugar de resistência para 'o bom, o justo, o belo” (FUNES, 2006, p. 15).

A revista Sur diagnostica esse processo, e a experiência da sociedade de massas peronista será, ao mesmo tempo, uma experiência traumática para esses letrados liberais e também um momento de estruturação conjunta de um grupo coeso de intelectuais, que formulará uma versão específica de anti-modernidade e de desencanto com o iluminismo. Como pontua Beired, desde 1916 “a política de massas passou a integrar o cenário político argentino” (1996, p. 48), e nesse sentido, a experiência peronista parece, a esses intelectuais aglutinados em torno de Sur, uma espécie de vulgaridade, de deseducação. O novo, no contexto da emergência das massas na política argentina, não é propriamente o caráter mercadológico das relações culturais, mas sim a reivindicação desse caráter por parte dos nacionalistas e posteriormente por parte dos peronistas.

O pressuposto dos intelectuais nacionalistas de assumir a barbárie e ressignificá-la positivamente consiste, para espanto da intelectualidade liberal bonaerense, numa inversão proposital da dicotomia sarmentina: agora, a barbárie está nas cidades, está em Buenos Aires e na irracionalidade da política de massas.

A elite letrada argentina não foi, portanto, pega de surpresa pelo peronismo, seus embates com a ideia de modernidade, de sociedade de massas e de cultura instrumental remontam à própria complexidade do debate que remete ao século XIX. O contexto dos debates intelectuais da década de 1940, assim, deve ser analisado a partir de um conflito entre a tradicional legitimidade dos pressupostos liberais e aristocráticos e uma demanda crescente por pluralização das instâncias de consagração. Dessa forma é possível dimensionar e caracterizar a experiência dos homens de letras argentinos diante da sociedade de massas que desponta com o peronismo, bem como seus embates com o nacionalismo conservador e com as tendências que se fortaleciam no novo contexto da modernidade que se consolida com o peronismo.

**CAPÍTULO 2. A SOCIEDADE DE MASSAS E A INCORPORAÇÃO POLÍTICA DOS  
MARGINALIZADOS DA IMIGRAÇÃO: PERCEPÇÕES DOS HOMENS DE  
LETRAS.**

## 2.1.A IMIGRAÇÃO E A FISIONOMIA URBANA DE BUENOS AIRES NO COMEÇO DO SÉCULO XX

*O conteúdo formal de uma época e os seus impulsos  
desprezados se iluminam reciprocamente*  
Siegfried Kracauer.

As reflexões acerca do processo de incorporação das massas na política dos países ocidentais, da instrumentalização da cultura e da dissolução constante dos vínculos da tradição não se restringiram apenas ao continente europeu, como podemos perceber através da ampla discussão travada ainda no início do século XIX por Sarmiento e Alberdi, por exemplo, no caso argentino. O fato é que visões específicas a respeito da modernidade foram elaboradas pelos latino-americanos, e respostas também específicas foram buscadas para a compreensão desse processo amplo e multifacetado. Assim, nos propomos agora a analisar, mais detalhadamente, as nuances das percepções dos homens de letras na América Latina e na Argentina, especificamente, no que se refere aos processos da modernidade radicalizados a partir das décadas de 1920 e 1930.

O início do século XX, suas mudanças econômicas, políticas e sociais, engendraram pautas para a intelectualidade latino-americana que marcariam todo o debate das décadas subsequentes: a busca pela identidade, as possibilidades de emancipação, a democracia e a originalidade do processo histórico e social da América Latina. Como salienta Mitre

A preocupação com fenômenos tais como a atomização da vida social, a vulgarização da cultura, o surgimento do homem medíocre e outros ligados a contextos de massificação não foi obra de mentes predispostas a imitar modas intelectuais, mas despontou como resposta aos desafios que o aluvião imigratório propunha à sociedade, forçando-a a repensar-se em seu conjunto (MITRE, 2003, p.119).

Na maioria dos países do continente, a reflexão em torno desses problemas tornou-se urgente no momento em que a estrutura social mostrou-se inadequada, ou insuficiente, para encampar as novas demandas que surgiam com a imigração, com o aumento da população urbana e com a mudança nas expectativas sociais, políticas, e culturais geradas por essas tensões. Ou seja, no momento em que os setores até então inexistentes ou marginalizados reclamaram seu quinhão nos benefícios do processo civilizacional, a modernidade pôde ser

sentida em seus efeitos mais danosos no continente, e também na Argentina, graças à dimensão dos processos.

Os estudos sobre o advento do moderno na América Latina passaram por fases distintas, razoavelmente atreladas ao grau e ao tipo de transformações históricas sentidas nas diversas regiões do continente. Podemos encontrar já no fim do século XIX, na obra *Ariel* do uruguaio José Henrique Rodó, a título de exemplo, uma ampla reflexão acerca dos processos da modernidade tal como se deram na região sul do continente e, na esteira desse diagnóstico, é possível localizar mesmo a germinação de um projeto, uma resposta específica aos dilemas americanos. Rodó supõe que “a conciliação ideal do paganismo e do cristianismo, uma atitude ética que se enraíze na estética, uma concepção de democracia que exclui o utilitarismo e preserva o melhor da aristocracia do espírito” (RODÓ, 1957, p. 198) poderia ser um caminho para que a América Latina conseguisse se projetar no panorama da modernidade a partir de sua especificidade. Em muitos aspectos, a chave *arielista* será utilizada pelos latino-americanos para refletirem sobre seu lugar no mundo. Os custos do progresso técnico são manifestados por Rodó quando se lê que “esse gênero de servidão (técnica) deve ser considerada a mais triste de todas as condenações morais” (IDEM, 1957, p. 210).

O Ariel como herói típico da modernidade latino-americana constituiu-se numa busca pela particularidade continente que, se por um lado não possuía a já consolidada sabedoria e aristocracia de espírito europeia, poderia, ao menos, evitar os efeitos perniciosos do progresso técnico sem limites que engendrava um *caos* social como o que era visto nos Estados Unidos.

Notamos, portanto, uma inflexão importante. Se, até o fim do século XIX, o paradigma norte-americano aparecia aos intérpretes latino-americanos (notadamente via Sarmiento e Alberdi) como a concretização da democracia e da liberdade desejáveis para a Argentina e para a América Latina em geral, no começo do XX ele passa a ser questionado e relativizado, denotando assim uma mudança significativa na concepção valorativa das benesses e do ônus do processo civilizacional tal qual se deu no continente americano.<sup>46</sup> Percebemos, outrossim, que desde Ariel a temática das múltiplas contradições da modernidade, como a massificação das cidades por exemplo, já se encontra presente. Segundo Mitre, nesse sentido, as reflexões em Ariel demonstram que “já no período oligárquico desponta, em alguns países da América Latina, uma literatura voltada à consideração de fenômenos que tipicamente se associam ao surgimento da sociedade de massas” (MITRE, 2003, p. 104). Essa problemática será constantemente revisitada pelos intérpretes da

---

<sup>46</sup> Rodó chega, inclusive, a descrever essa mudança de paradigmas, criticando o que chamou de “nordomania” dos latino-americanos (1957, p. 227).

modernidade latino-americana a partir do fator imigratório. Ainda segundo o autor, “afluência imigratória: eis o fato fundamental que rompe o equilíbrio, provocando eclosão de tensões entre a velha ordem e a dinâmica suscitada pelo ingresso dos estrangeiros” (IDEM, 2003, p. 109).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, contudo, a América Latina defronta-se com uma mudança nos paradigmas que haviam norteado a política e a economia continentais até então. Se, até 1910, a maioria dos países do continente buscava se inserir no mercado e na política mundial a partir de uma posição de exportadores de matéria-prima e commodities, os efeitos da primeira guerra mundial, especialmente a crise que se instaurou nos principais países compradores (notadamente Inglaterra e Espanha) acabou provocando uma sensação de incerteza quanto aos rumos das sociedades latino-americanas. As interpretações sobre o moderno que emergem nesse período do entre guerras são, acompanhando essa tendência, ao mesmo tempo em que pessimistas, bastante prospectivas no sentido de criar novas alternativas políticas, econômicas e sociais.

Tal situação se agrava no começo dos anos 1930, quando a depressão e as novas formas globais de miséria deixam os países produtores de commodities em uma situação ameaçadora. Como ressalta Romero, a crise de 1930 “unificó visiblemente el destino latinoamericano” (ROMERO, 1976, p. 319). As décadas de 1940 e 1950 trouxeram, junto com a nova configuração econômica, uma expansão drástica dos setores urbanos e o surgimento de propostas nacionalistas, que respondiam a uma conjuntura internacional também polarizada em relação às experiências autoritárias do fascismo, do nazismo e do salazarismo. Esse período, durante muitas décadas, ficou cristalizado na historiografia como a época dos chamados “populismos”, onde os questionamentos acerca do paradigma do nacional-desenvolvimentismo respondiam pelas reflexões nevrálgicas dos intérpretes do continente.

O foco dessas análises se direcionava a compreensão dos mecanismos econômicos do continente. É o contexto de surgimento de organismos como a CEPAL, que forjarão uma visão também específica do fenômeno moderno na América Latina. Paralelamente, as correntes de esquerda se diversificam, formulando hipóteses interpretativas ora vinculadas à perspectiva da “revolução por etapas”, ora se direcionando para uma concepção mais reformista. Como salienta Hopenhayn (1995):

En América Latina, en la misma época y por el propio estadio de desarrollo, los modelos teóricos más susceptibles de convertirse en plataforma de movilizaciones sociales provenían de un marxismo menos heterodoxo, un

dependentismo formulado desde y para America Latina (HOPENHAYN, 1995, p. 141).

As interpretações, como vemos, são múltiplas, e seguirão se diversificando durante todo o século XX. Para Mitre, “é fato que, no complexo universo cultural daquela fase (décadas de 1930 a 1950), houve uma reflexão que tratou dos mesmos tópicos e problemas que tinham sido levantados na Europa pela crítica aristocrática da sociedade de massas” (MITRE, 2003, p. 108). Todavia, como pretendemos, nesse momento, situar a emergência das massas na Argentina das décadas de 1930 e 1940 e os debates que derivam dessas circunstâncias, não nos alongaremos nas interpretações continentais de longo prazo.

Dentro da dinâmica continental e das interfaces globais geradas pelas mudanças no mundo ocidental no início do século XX, o que diferencia o caso argentino e justifica sua análise cuidadosa não é exatamente a existência de um processo distinto, destoante, mas sim o vigor das transformações, tanto na fisionomia urbana quanto na mudança de referenciais políticos e sociais, passando por um amplo processo socio-cultural de redefinição das fronteiras políticas. Todos os campos da existência social são afetados, naquele país, pelos influxos dos processos advindos da modernidade. A complexidade do caso argentino engendra a advertência de Sarlo quando, ao explicitar o impacto das transformações das primeiras décadas do século XX em Buenos Aires, alega que não se trata de um processo onde as mais diversas áreas da vida social se fundem num todo homogêneo ou numa unidade improvável, mas sim de um complexo quadro de mudança nas relações políticas, sociais e culturais no marco de um “(...) nuevo sistema de oportunidades abierto por una esfera publica modernizada y en el marco de una ciudad afectada por nuevas tecnologias”(SARLO in VASQUEZ-RIAL, 1996, p. 191).

Na Argentina, a década de 1920 marca a radicalização das tensões advindas do aumento populacional e do inchaço nas grandes cidades. Segundo Patrícia Funes (2006), a própria sensibilidade dos argentinos, nesse período, passa por mudanças profundas com a erosão das certezas balizadoras dos referenciais do liberalismo aristocrático. Se durante a década anterior a Argentina exibia níveis de desenvolvimento sociocultural similares aos europeus, o imediato pós-guerra dissolveu as esperanças de projeção internacional do país. Juntamente com o desequilíbrio econômico do começo da década de 1920, ruíram também as perspectivas mais otimistas que previam uma Argentina politicamente hegemônica no continente. Esse processo de erosão, segundo a autora, levou a década de 1920 a refletir sobre si a partir de um referencial político bem mais amplo do que nas décadas anteriores e, além disso, a ter de contar com um Estado cada vez mais protagônico.

Buenos Aires, capital do país desde sua federalização em 1881, é o palco principal da modernidade no país, o cenário de onde se pôde observar a radicalização dos processos que temos descrito. Desde Andre Malraux que cunhou para Buenos Aires a alcunha de “capital de um império imaginário”, passando pela Gabeza de Goliath, de Martinez Estrada, até as visões entorpecidas e fragmentadas de Arlt, a cidade parece cristalizada, na descrição dos pensadores argentinos, como uma espécie de labirinto, como nos lembram as imagens pintadas por Borges. A Buenos Aires da década de 1920 aparecia, para seus intérpretes, como um lugar onde reinava o caos: social, dada a enormidade de imigrantes que provinham dos mais distintos lugares, cultural, pois a identidade argentina se fragmentava em diversas pequenas sociabilidades e também político, posto que os mecanismos de integração não eram capazes de absorver aquele enorme fluxo de novos elementos e novas demandas. A alegoria formulada por Estrada, baseada em que, dada a realidade da 1930, o fracasso argentino e a inexorável vitória da barbárie se consolidava, é reveladora da experiência por que passavam os bonaerenses das primeiras décadas do XX: para ele a capital era a própria cabeça de golias “(...) en la que se coagulaba la sangre incapaz de circular hasta las zonas más alijadas del cuerpo” (ESTRADA in VASQUEZ Rial, 1996 p. 21).

Embora a fisionomia urbana de Buenos Aires tenha sido alterada radicalmente na década de 1920, o componente fundamental dessas mudanças – o aumento populacional e a concentração nas zonas metropolitanas da cidade – já estava inscrito na sociedade argentina desde o começo de sua organização social, no início do século XIX. Os intentos civilizatórios de Sarmiento, Mitre e Alberdi, somados às políticas de terra em prol dos grandes proprietários que marcaram todo o século XIX, criaram um contexto favorável à radicalização das tensões sociais. O dilema do despovoamento da Argentina, e da necessidade de preencher o país com caracteres positivos, superando a barbárie ontológica que se cristalizava no pampa, são o pano de fundo dessa permanente ressignificação da batalha civilizatória argentina. O confronto entre civilização e barbárie, usado por Sarmiento para categorizar a problemática oitocentista, ganha um novo sentido nas décadas de 1920 e 1930, a partir do referencial da dinâmica urbana de Buenos Aires.

Todas as iniciativas tomadas, desde o século XIX, no sentido de povoar o território argentino pressupunham que os imigrantes atuariam como elemento catalizador do referencial civilizacional. Todavia, como a maior parte dos imigrantes que chegavam ao país não era agricultor em seu país de origem (mas sim exercia atividade urbana mal remunerada), essas pessoas acabaram confluindo para as grandes cidades, como Buenos Aires. Além disso, no momento da vinda dos primeiros imigrantes, ainda no século XIX, a política de terras do



governo – focada na consolidação do latifúndio – dificultou imensamente a fixação, no campo, dos que se dispunham a cultivar pequenos lotes de terra. Assim, o começo do século XX é marcado por um amplo processo de êxodo rural e inchaço de Buenos Aires. Os problemas que se desenrolam a partir daí constituem o pano de fundo das demandas por integração social que irão compor o debate público durante as décadas seguintes.

Se de alguma forma a Buenos Aires do começo do século XX, era a seu modo uma cidade moderna (DONGHI, 1982), as estruturas participativas ainda estavam baseadas nos códigos do que a historiografia argentina caracterizou como “aliança dos notáveis”, qual seja, uma perspectiva pela qual a hegemonia econômica dos produtores de terra vinculados às demandas especulativas portenhas engendraram uma política hermética, na qual as iniciativas de setores médios eram constantemente solapadas pela estrutura rígida de dominação institucional operacionalizada pelos grandes estancieiros de Buenos Aires. Esse descompasso trouxe consequências importantes para a organização urbana da cidade.

A formação de bairros como *La Boca* e de associações e sindicatos vinculados às correntes anarquistas<sup>47</sup>, contribuíram para um processo que paulatinamente punha em cheque a naturalização das hierarquias tradicionais (tanto políticas e culturais como a própria hierarquia urbana). As elites portenhas precisaram, então, elaborar mecanismos para assegurar sua preponderância num universo de expectativas de ascensão social e integração dos novos elementos da PEA que, ao mesmo tempo, mantinham um vínculo substancial com sua pátria de origem, dificultando o trabalho de pedagogia cívica que tentaram realizar os governantes liberais. Esse contexto, portanto, leva os grupos da elite criadora de gado, que residira majoritariamente em Buenos Aires, a definirem-se como “patriarcado”, numa tentativa de reforçar as fronteiras entre elas e os outros. Como salienta Altamirano, a partir de 1910, amadurece no seio da elite bonaerense “un argumento xenófobo y de demarcación de los verdaderos 'duenos de la patria', al mismo tiempo que la sustentación de un voluntarismo decisionista ante la ley” (ALTAMIRANO, 2004, p. 42).

Para que se possa dimensionar o efetivo problema que se apresentava às elites argentinas, antes tão otimistas com sua solução populacional, alguns dados podem fornecer o vulto da questão. A partir dos números do primeiro censo oficial que se tem registro, realizado em Buenos Aires em 1870, vemos que do ano de 1869 até 1970, a densidade populacional aumentou em 13X no país e, o que nos parece mais grave, a maior parte em Buenos Aires: no

---

<sup>47</sup> Na obra “*Los liberales reformistas: la cuestión social en Argentina*” Buenos Aires. Sudamericana, 1994, Zimmermann traça um interessante quadro da criminalização das manifestações associativas imigrantes, abordando mais especificamente o tema do anarquismo que foi tratado, na época, como patologia da moral pública, segundo a afamada escola de criminalística italiana.

começo do século XX, mais da metade dos residentes portenhos não eram argentinos e, ao mesmo tempo, em 1914, um em cada cinco argentinos habitava a capital. Para Mitre

como resultado desse processo, o mundo urbano ganhou contornos mais nítidos e tornou-se o palco privilegiado onde se digladiariam a mentalidade criolla de raízes agrárias e o que poderíamos chamar de uma consciência cosmopolita emergente (MITRE, 2003, p. 110).

Segundo Beyhaut e Conde (in Germani, di Tella e Graciarena, 1965), as condições de integração dessa imensa massa de novos elementos esbarravam na falta de flexibilidade da estrutura política, o que faz surgir um contexto em que, diante do vulto da imigração, “não se criou (...) uma classe média rural nem um mercado de consumo interno importante; pelo contrário, se favoreceu um processo de proletarização que incidia em uma urbanização precoce sem um desenvolvimento industrial que o justificasse” (BEYHAUT E CONDE in GERMANI, DI TELLA, GRACIARENA, 1965, p. 94)

O senso relativo aos dados da primeira década do século XX, segundo Germani, aponta para um crescimento geométrico na proporção de estrangeiros em relação a nativos, principalmente em Buenos Aires. Os cerca de 3.000.000 de imigrantes que aportaram em Buenos Aires até 1914 contribuíram decisivamente para a radicalização das tensões urbanas. Como aponta Vidal “este aporte imigratorio aluvial fue uno de los factores de renovación del paisaje social y cultural porteño”(VIDAL in VASQUEZ RIAL, 1996, p. 32). Para usar a expressão clássica de Romero, o começo da década de 1920 marca a consolidação de uma “argentina aluvial”.

A dificuldade de integração desses novos elementos se apresentava de duas formas, já que o processo de fragmentação da suposta identidade argentina era dúplice: se por um lado a elite vernácula buscava aproximar-se cada vez mais do referencial europeu, cultivando gostos forâneos e recriando fronteiras sociais a partir de um referencial “patrício”, a população mais pobre, notadamente nos bairros de fisionomia imigrante, também trazia elementos do velho continente, na medida em que os que não haviam nascido na Europa eram, em sua maior parte, filhos de europeus, portadores de uma cultura que não julgaram, no momento, passível de ser desenraizada pela argentina<sup>48</sup>.

Todo esse processo marca também uma dessacralização do espaço público. A invasão dos cafés, dos bares e dos centros comerciais tradicionais da elite portenha (como a Calle

---

<sup>48</sup> Vasquez Rial nos lembra, nesse sentido, que o bairro de La Boca foi conhecido, até avançadas décadas do século XX, como “la Patria Chica” pela comunidade genovesa que ali se instalara. Sobre isso ver GERMANI, G. Política e Sociedade numa época de Transição, 1977.

Florida, por exemplo) provocava apreensão nos membros tradicionais das classes privilegiadas. Esse processo dá início a uma mudança profunda na organização urbana da cidade. As grandes famílias ligadas ao comércio de exportação de carnes, cujos casarõesantes ocupavam a zona central da cidade, passam a habitar em bairros distantes, num movimento em direção ao norte da cidade. Assim, o sul e a região portuária ficaram consagrados aos aglomerados estrangeiros, e uma nova hierarquização do espaço público começava a surgir na cidade a partir da instalação do transporte coletivo.

Ainda em 1913, Buenos Aires instala o “subway”, e as linhas de metrô passam a articular diversos bairros e a cruzar as fronteiras sociais que antes separavam os ricos dos pobres. Os trens chegavam à Praça San Martín e a conectavam à Praça de Mayo – inaugurada ainda em 1894 -, fazendo com que o centro da cidade ganhasse uma fisionomia urbanizada e popular.

Sucintamente, pontua Romero que: “el numero de quienes se incorporaban a la estructura urbana era siempre superior a lo que la estructura podría suportar” (ROMERO, 1976, p. 327). Essa incorporação denunciava, segundo ele, a debilidade da estrutura em si. Donghi, analisando a mesma situação, reitera a perspectiva de Romero, ao afirmar que

Para integrar esa población nueva, que cambiava no sólo su lugar de residencia sino también sus modos de vida, y que entre 1936 y 1945 daría un contingente de cerca de un millón de personas al conglomerado urbano de Buenos Aires, la organización política y social vigente contaba con mecanismos claramente insuficientes (DONGHI, 2000, p. 29).

O que desejamos indicar é que a problemática gerada pela necessidade de incorporação dos imigrantes, em suas interfaces políticas, sociais e culturais esteve atrelada, no contexto argentino, a uma discussão fundacional na política do país, que ainda não se encontra plenamente resolvida no começo do século: a dicotomia entre campo e cidade, entre civilização e barbárie. O que podemos perceber é que o afluxo imigratório inverte os termos da divisão *sarmentina*. O campo, a vida bucólica, e a sociabilidade tradicional do pampa, antes vistos como elementos inviabilizadores da construção da nação, se transformam – a partir de um esforço deliberado – em saída para o problema da unidade política argentina. Quando a efervescência social engendrada pela pluralidade imigratória ameaça, estruturalmente, a hegemonia dos setores tradicionais, a identidade gaucha passa a ser o paradigma desejável da identidade argentina, para grande parte dos intérpretes da época. Como alerta-nos Slatta

a classe dominante, ameaçada pelas vociferantes exigências dos trabalhadores imigrantes, manobra habilmente para conservar o poder. A oligarquia ressuscitou o depreciado gaúcho e o transformou em um símbolo nostálgico, idealizado e domesticado da virtude argentina (...) se transformou numa arma ideológica central na batalha contra as exigências de justiça social e democracia inspiradas pelos estrangeiros (SLATTA, 1985, p. 308).

A necessidade da elite em retomar seus pressupostos é assim posta em pauta e discutida por uma série de intelectuais vinculados às mais diversas tendências. Nesse momento, liberais convictos como Borges propunham que a identidade argentina não está no exotismo, mas sim em seu caráter ocidental. Enquanto isso, por outro lado, nacionalistas como Palacios propunham que o bárbaro gaúcho, sumamente eliminado pela elite colonizadora liberal, fosse resgatado, tornado significativo e compreensível para um bonaerense da década de 1920.

A ideia de resgate dos valores *gaúchos*, camponeses, está na esteira de um processo de retomada de valores supostamente argentinos, e contribuiu, no momento da emergência das primeiras tensões com os imigrantes, para resgatar a identidade do país a partir de um ponto de vista nacionalista. Acompanha essa ressignificação uma revalorização do campo em contraposição à cidade e ao que dela tinha feito a onda avassaladora da imigração.

Raymond Williams, em sua problematização das relações subjetivas entre campo e cidade alerta-nos que o contraste entre campo e cidade enquanto *formas de vida fundamentais* remonta à antiguidade e que, na modernidade apenas

o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – do saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (WILLIAMS, 2000, p. 11).

Para Sarlo a década de 1920 altera o próprio conjunto de experiências a que estão submetidos os homens naquela época, bem como a relação dessa experiência com a tradição e com o novo, com as antigas expectativas de uma capital letrada e carro chefe da republica e com uma realidade conturbada, onde abundam dialetos, contradições de ordem social e indefinições políticas profundas. Para a autora, o conjunto de experiências que emerge com a modernidade, faz com que cidade e modernidade se pressuponham, a primeira como o espaço de realização e divulgação da segunda. A Buenos Aires dessa época torna-se o espaço da heterogeneidade, e as dinâmicas das disputas urbanas se convertem na “más poderosa máquina simbólica del mundo moderno” (SARLO in VASQUEZ RIAL, 1996, p. 186).

Todas essas disputas no campo cultural estavam atreladas ao surgimento das primeiras organizações imigrantes e sindicais. Embora desde muito existissem organismos como a FOA e a FORA, é na década de 1920, a partir da promulgação da lei do sufrágio por Saenz Pena em 1912, que as articulações partidárias em torno dos objetivos da classe média das cidades, entram realmente em debate público com os antigos detentores do poder. É o momento, como exposto no capítulo anterior, em que a UCR, sob o comando de Yrigoyen, pontua suas bases democráticas e popularizantes, dirigindo seu discurso para a incorporação dos obreiros na nacionalidade argentina, com o slogan do sufrágio universal e sua política deliberada de “*incorporação de tipos sociais*” (FLORIA E BELSUNCE, 1975, p. 105).

Fernando Devoto aponta, em sua análise sobre os efeitos imediatos da política imigratória sobre o Estado argentino, que a reforma política da década de 1910 relaciona-se à necessidade de sanar a ilegitimidade das representações políticas hegemônicas até então; trata-se, no seu entender, de um “aperfeiçoamento obrigatório” (DEVOTO in AGGIO e LAHUERTA, 2003, p. 173). Assim, na tensão entre um horizonte supostamente igualitário e moderno, encontravam-se ainda, na sociedade argentina, fortes pressões em torno do manutenção das prerrogativas do liberalismo clássico, defendidas pelos estancieiros vinculados à criação de gado.

A década de 1920 foi marcada pelas presidências radicais e pelas novas pautas que abrangiam as demandas dos setores médios urbanos. Efetivamente, contudo, os governos da UCR (as duas presidências de Yrigoyen e a de Alvear) não foram capazes de forjar uma autonomia em relação às antigas hegemonias. O fracasso da tentativa radical (consumado em 1930, com o golpe do general de tendência nacionalista Uriburu), aliado a uma conjuntura internacional favorável ao crescimento das tendências mais conservadoras de índole nacionalista, acabaram por fortalecer, na política e nos setores letrados da Argentina, uma via autoritária, encabeçada por setores da intelectualidade portenha (como Leopoldo Lugones) em conjunto com setores radicalizados das forças armadas. O próprio Lugones alertava para que, diante da crise que se instaurava nos anos finais da década de 1920, somente as forças armadas, a última “aristocracia de espírito”, seriam capazes de salvar a Argentina da catástrofe que representavam as tentativas liberais e democráticas.

Na transição da década de 1920 para 1930, assim, as forças armadas, historicamente vinculadas com a elite exportadora e liberal através da política de defesa, especialmente em sua fração portenha, passam a projetar-se com mais força na política argentina, na esteira de uma tendência mundial, adquirindo assim, paulatinamente, uma certa autonomia, que será definitivamente consolidada com a tentativa autoritária do gal. Uriburu, em 1930.

Diversos autores destacam o papel que as novas ideologias autoritárias europeias tiveram na formação dessa nova dirigência conservadora que repercutiu por toda a América Latina, e pela Argentina em especial, na transição para a década de 1930. Regimes como o fascismo italiano, o nazismo e o salazarismo são frequentemente associados às propostas surgidas no país nesse período<sup>49</sup>. O conjunto das vertentes nacionalistas argentinas dá origem a uma concepção teórica fundada no *decadentismo histórico*, que postula que a humanidade vem num processo de decadência desde a reforma protestante até seu culminar: a revolução bolchevique. De acordo com essa perspectiva se constituem os anteriormente descritos revisionistas históricos.

Assim, a perspectiva nacionalista pretendia indicar um caminho viável para a solução da crise: denegrir os estrangeiros em comparação com os gaúchos e, paralelamente, criar um plano de defesa baseado em uma determinada supremacia de espírito, vinculada às ligações identitárias com o pampa. Como pontua Altamirano “o dissabor que provocava o quadro nacional se misturou com o mal estar que procedia do pensamento europeu em crise – crise do espírito, da ordem liberal, do capitalismo (...)” (ALTAMIRANO in NOVAES, 2006, p. 164) São aspectos que configuram o início do que a historiografia argentina acostumou-se a chamar de “década infame”: a década de 1930. Ainda para Altamirano, a crise “afectó la creencia en el inexorable ascenso social de los argentinos y en el lugar privilegiado de la Argentina en el mundo”(ALTAMIRANO, 2001, p. 51).

Em 1930, o General Uriburu, representante da ala nacionalista do exército, empreende um golpe “sustentado por um programa de natureza autoritário-corporativa”(BEIRED, 1996, p.47). Muito embora tenha obtido um breve período de acesso ao poder apoiado pelos militares, logo se viu cercado por dificuldades operacionais de gestão e teve sua tentativa malograda pela fragilidade institucional do regime que propunha conjuntamente com esses militares de direita. Para Beired, “a experiência uriburista revelou que os militares eram importantes aliados políticos, e que muitos deles estavam dispostos a participar – declarada ou secretamente – das atividades dos nacionalistas”(BEIRED, 1996, p. 175). Tal proposição nos indica também a opção golpista dessa direita militar, que, embora enfraquecida com a derrota política de Uriburu – forçado a convocar eleições após curto período no poder –, permanece conservada na cultura política militar do país, como nos mostra o desenvolvimento peronista.

---

<sup>49</sup> Gino Germani, por exemplo, associa diretamente a ideologia fascista aos regimes nacionalistas argentinos, especialmente ao Peronismo. Outros autores, como Maria Lígia Prado, discordam dessa perspectiva sob o argumento de que o apoio civil dos governos era uma das diferenças radicais dentre as tantas estabelecidas entre as práticas italianas e argentinas.

Esse é momento da constituição da GOU (Grupo dos Oficiais Unidos), organização paramilitar que terá papel decisivo nos acontecimentos subsequentes a esse período da história argentina. Consideramos que a gestação da GOU esteve relacionada com essa tendência conservadora que remete a 1930, na medida em que se beneficiou da legitimidade crescente que as forças armadas adquiriam na opinião pública. É importante considerar que mesmo o golpe militar de Uriburu já pode ser pensado como uma das consequências práticas da gestação desses ideais nacionalistas e da autonomia que as Forças Armadas reivindicam paulatinamente a partir da crise dos paradigmas liberais.

Na Argentina embora se possa afirmar que o setor militar sempre fora tradicionalmente influente, Druetta salienta que tal fato se deve a que os militares acompanharam ativamente a consolidação do Estado nacional desde a Independência e que, embora até a década de 1930 suas intervenções estivessem sobretudo controladas pelo poder civil, não foram poucas as ocasiões em que os militares influenciaram as diretrizes do governo. Segundo Wiszniacki (2004), o golpe de 1943 constitui a primeira ocasião onde as F.F.A.A. atuam organicamente defendendo interesses próprios e sustentando uma proposta autônoma, embora o golpe de 1930 já reflita esses anseios por autonomia.

A intervenção militar em 1943, que levará o coronel Perón ao poder em 1945, dessa forma, responde a uma crescente emergência de propostas nacionalistas que se somam, naquela ocasião, aos conflitos políticos em relação à neutralidade argentina diante da segunda guerra sustentada apesar das fortes pressões dos EUA. Salientando essas vinculações internacionais, Wiszniacki nos diz que

el auge de los modelos autoritários en Europa y – principalmente – el triunfo del modelo autoritario – corporativista – católico de la España franquista irá dándole a los nacionalistas las herramientas para intentar pasar a conformar el aparato estatal (WISZNIACKI, 2004, p. 21).

Tal conjuntura, unida a já indicada não inserção das classes populares no cenário econômico e político e a não alteração estrutural das relações hegemônicas de poder, radicaliza setores importantes das F.F.A.A., informando grupos como a GOU<sup>50</sup> e fazendo crescer as expectativas do exército.

A conjuntura de surgimento do movimento de 1943, portanto, advém dos influxos políticos e sociais desse conturbado período que abrange a crise do paradigma liberal, a

<sup>50</sup> Para Floria, os pontos chave dessa organização militar (Grupo dos Oficiais Unidos) eram: impedir a intromissão em assuntos militares, prevenir o perigo comunista e impedir uma “guinada aliada” na Segunda Guerra Mundial (1988).

crescente legitimidade das forças armadas e o fortalecimento de uma cultura política conservadora na Argentina. A partir desse conjunto de elementos complexos é que podemos pensar no panorama do surgimento do movimento que veio a desembocar no peronismo. Em 1943 o presidente civil Castillo, confirma seu apoio a um estancieiro do interior empenhado na proposta de aproximação com os Estados Unidos, o que desagrade profundamente os setores militares organizados, como a GOU. Para Wiszniacki, essa manifestação de apoio do governo, somada a fatores de ordem econômica e social, forneceram a esses setores militares radicalizados as circunstâncias ideais para o golpe de 1943.

Os militares que subiram ao poder em 1943 orientaram-se pelas propostas nacionalistas oriundas do setor militar e da ala católica e hispanista da sociedade civil e da igreja, levando a cabo uma política de homogeneização social e interferência econômica. Segundo Beired

A partir da lógica do projeto estatal de modernização econômica e de controle político-ideológico da sociedade civil é que se pode compreender o fenômeno da acentuação do intervencionismo do Estado e dois de seus desdobramentos: implementação de uma política econômica e social redistributiva e intensificação da normatização legal dos conflitos entre capital e trabalho, a partir de 1943 (BEIRED, 1996, p.18).

Nesse contexto, a política de aliança de classes – calcada no pressuposto católico de evitar os conflitos sociais e, em consequência deles, o perigo comunista – torna-se o espaço prioritário de consolidação de uma base social para o governo militar. A classe operária, em ascensão numérica e organizacional nesse período de industrialização, constituirá o foco da política justicialista do governo. É o momento do destaque do coronel Juan Domingo Perón que, em 1944 já acumula cargos como o de Ministro da Guerra, vice-presidente e, oportunamente, Secretário do Trabalho e da Previdência Social. É a partir desse órgão que Perón articula sua ação mobilizadora diante da classe operária, transferindo o foco da ação governamental do político e do econômico para o social, como conceitua Viana (1990).<sup>51</sup> Nesse momento “o liberalismo é concebido com a superestrutura política necessária ao processo de sujeição do país à oligarquia agrária e aos interesses estrangeiros; lançam-se as bases de um revisionismo popular e antiliberal na história argentina” (BEIRED, 1996, p. 193).

Esse é o contexto, portanto, da emergência do movimento que levará ao peronismo:

<sup>51</sup> No mesmo sentido, Floria descreve os objetivos de Perón na secretaria do Trabalho e Previdencia Social: “promover uma série de medidas trabalhistas e previdenciárias tendentes a satisfazer as reclamações e necessidades dos trabalhadores, e suas relações com as agremiações lhe permitiram ir captando anseios entre estes” (1988, p. 133).



uma condição de instabilidade social, marcada por eventos politicamente catastróficos como o tratado Roca Runciman, e por uma enormidade de setores sociais marginalizados pelas políticas públicas anteriores. O golpe de 1943 dividiu a opinião civil e militar, todavia, marca o surgimento de uma política social distributiva inédita no continente, e o início de um processo de incorporação dos setores populares na política, que será o maior legado do peronismo para a Argentina. Para Devoto,

o peronismo provocou ou revelou uma sociedade fragmentada e essa fragmentação se formulava em termos discursivos como uma fratura entre a Argentina européia e a nativa, entre, mais uma vez, a civilização e a barbárie (DEVOTO in AGGIO e LAHUERTA, 2003, p. 191).

Os setores nacionalistas, especialmente os militares, apoiaram o golpe de 1943 e viram em Perón o líder que poderia representar a última aristocracia, uma defesa frente ao liberalismo e ao comunismo. Tal apoio vacila diante de algumas medidas obreiristas de Perón, mas jamais se extingue por completo, como alerta Beired (1996), já que a democracia social, mas não política, era prerrogativa tanto dos setores que se posicionavam a favor do então coronel Juan Domingo Perón quanto dos militares nacionalistas. Perón foi eleito em 1946, depois de profunda comoção popular, muito por conta dos votos dos setores operários e camponeses.

Ainda que, durante o período que procuramos analisar, tenha havido uma mudança significativa no que tange às tendências políticas do governo, o que as Forças Armadas procuraram assegurar foi, acima de tudo, a defesa do Estado, como demonstra o fato de que, na emergência de propostas nacionalistas da década de 1930 – 1940, os militares se voltaram esperançosos para o advento peronista, endossando o coro proposto por Perón de que a oligarquia era um setor parasitário, imperialista, anti-argentino.

Embora não haja plena nitidez na análise dos fatores que levaram ao movimento peronista, podemos considerar que ele vem na esteira da radicalização das demandas e precisamente por ser esse momento de agudização das contradições da Argentina moderna, é um dos temas mais recorrentes na historiografia argentina. Para Federico Neiburg (1997), entender o peronismo significou, durante muito tempo, entender a Argentina.

Dentro dessa temática, o núcleo das discussões historiográficas girou, durante longo período, em torno da adesão dos sindicatos e organizações operárias ao projeto peronista, numa atitude supostamente “ambigua”<sup>52</sup>. A imensa maioria dos estudos até a década de 1980

---

<sup>52</sup> Algumas análises mais recentes, todavia, apontam que a adesão do operariado ao projeto peronista não foi

foi sumamente influenciada, nesse sentido, pelos estudos do sociólogo Gino Germani e pelo instituto Torquato di Tella. Para Germani, e para seus posteriores defensores, a América Latina teria fracassado terminantemente nas tentativas de integração política e desse preciso contexto surgiriam os movimentos “nacional-populares”, na medida em que as classes populares, não tendo canais de participação política efetiva nem tampouco uma maturidade para conduzir suas lutas, ficavam numa espécie de limbo a espera de um líder capaz de operacionalizar suas demandas, como Perón<sup>53</sup>. Sua proposta analítica de disponibilidade da classe operária parecia dar conta de explicar não somente o peronismo, mas também a anterior ascensão de Yrigoyen e a própria queda desses regimes, conferindo uma espécie de racionalidade estrutural ao processo de incorporação das massas na política argentina, na medida em que qualificava o momento de “rompante” peronista como reflexo de uma crise sistêmica proporcionada pela coexistência de formas sociais de diferentes épocas num mesmo contexto histórico<sup>54</sup>.

Essa proposta norteou, durante muito tempo, a tentativa dos setores de oposição ao peronismo de eliminar as heranças políticas que perduraram após a queda do regime, já que o Partido Peronista continuou, ainda que com Perón exilado, a informar grande parte do movimento operário e da esquerda nacionalista argentina. Todavia, a partir da década de 1980, com o desenvolvimento de pesquisas conceituais acerca do populismo e da retomada da possibilidade de análise do fenômeno político como categoria relativamente autônoma, a tese de Germani passa a ser preterida na análise de *fenômenos* como o peronista, e abriu-se então espaço para a tentativa de compreensão das contradições do período sob uma perspectiva mais abrangente, que levasse em conta uma multiplicidade de fatores que se condensaram no regime peronista, mas que estavam sobremaneira atrelados à maneira pela qual a Argentina se localizava nos processos da modernidade ocidental.

Essas novas interpretações a respeito da relação política entre novos setores da sociedade e um Estado forte e baseado na política do Bem Estar, abriram portanto caminho para interpretações plurais e multi-facetadas, como as dos brasileiros Francisco Weffort e

---

uma atitude ambígua, na medida em que existia uma forte tradição reformista no sindicatos argentinos, aliada à inconsistência da crítica comunista diante das medidas efetivas do governo peronista. O peronismo seria, assim, o resultado de uma dinâmica social, bem mais do que um evento nefasto na história do sindicalismo argentino. Ver Murmis e Portantiero.

<sup>53</sup> Tal perspectiva insere-se na proposta de análise dos conflitos latino-americanos a partir do conceito de “dualismo estrutural”.

<sup>54</sup> Tal perspectiva corresponde, segundo Sirinelli in REMOND, R. à uma tendência da historiografia pré-1970, que buscava sobremaneira sistematizar os comportamentos coletivos, deixando em segundo plano os atores individuais e as forças sociais mais heterogêneas.

Octavio Ianni<sup>55</sup>. Nossa reflexão está portanto inserida nesses novos espaços de análise, baseada em uma perspectiva que leva em conta a crítica ao populismo como teoria explicativa para a América Latina sem contudo ignorar a relevância que as interpretações do populismo tiveram como maneiras avaliar ou desautorizar determinadas políticas e práticas durante todo o século XX latino-americano.

Francisco Panizza (2009), em sua introdução à obra coletiva “El populismo como espejo de la democracia”, nos auxilia a compreender que, embora o termo populista tenha sido interpretado sob diversos pontos de vista e que resulta redundante alertar para a multiplicidade de perspectivas e discordâncias, o termo “se tornou uma atribuição analítica, mais que um termo com o qual a maioria dos atores políticos se identificaria com gosto” (PANIZZA, 2009, p. 09). Assim, delimitamos um núcleo analítico possível de ser rastreado a partir de 3 perspectivas principais: as que compreendem o populismo a partir de generalizações empíricas, listando pontos em comum de regimes e formas políticas visivelmente díspares, aquelas em que o populismo é interpretado a partir de uma perspectiva historicista, vinculando o conceito à um determinado contexto histórico<sup>56</sup> e aquelas que, por outro lado, compreendem o populismo como um discurso simplificador do espaço político, baseado no antagonismo entre o *povo* e os outros.

O também argentino Ernesto Laclau pontua, nesse sentido, que o populismo não é uma anomalia, como queria Germani. Recuando a análise dos movimentos populistas às primeiras manifestações de psicologia das massas, no século XIX, os estudos influenciados nesse sentido inserem a categoria de “povo” num espaço próprio, que processa a realidade externa e não deixa, por isso, de construir seus espaços de sociabilidade e relação particularizada com a política. Dessa forma, a abertura conceitual auxiliou a historiografia sobre o tema a desmitificar o conceito de “manipulação”, situando-o numa perspectiva mais complexa e mais dialética.

Panizza nos lembra, ainda, que intérpretes clássicos do populismo como Canovan, Worsley e o próprio Laclau, concordam em que a construção de identidades populares é central no populismo. Como não pretendemos, nesse momento, elaborar uma discussão profunda que abarque todas as interpretações do populismo, que não são poucas, nos centraremos na perspectiva que insere esse conceito e essa prática numa dicotomização do

---

<sup>55</sup> Para Alberto Aggio (2003) essas interpretações, influenciadas pela Teoria da Dependência e pelo marxismo, “associou o populismo ao processo de industrialização substitutiva de importações e às particularidades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina” (2003, p. 152).

<sup>56</sup> Essa interpretação, refletida na obra de Germani e de muitos outros intérpretes da América Latina, atribuem às décadas de 1930 e 1940 uma tal conjuntura social, política e econômica que fertiliza, na sociedade civil, a tendência de adesão à formas populistas.

espaço político, num processo de redefinição das fronteiras sociais e num conjunto de descontentamentos cristalizado politicamente em uma conjuntura de crise.

O projeto de industrialização peronista se choca em diversos pontos com a proposta de industrialização reivindicada pela elite agrária liberal, hegemônica na dirigência do país desde Caseros até o final da década de 1930, e é nesse sentido que Mônica Peralta nos indica que a política distributiva peronista e o surgimento de uma classe operária organizada “*marca o limite de uma determinada aliança de classes no poder*” (RAMOS, 1978, p. 38), e o fim das possibilidades de ajuste entre Perón e os proprietários rurais. Situamos aqui, dessa forma, uma inadequação programática, uma disparidade de métodos entre a proposta de industrialização da elite agrária e a proposta do governo, balizada pelo efetivo obreirismo de Perón<sup>57</sup>.

Segundo Graciarena, se num primeiro momento a oligarquia consegue encontrar seu espaço na nova configuração, as concessões a que é paulatinamente forçada a fazer acaba por desconfigura-la e desestabiliza-la como classe num momento posterior. O surgimento da proposta peronista, portanto, se relaciona com a necessidade de integrar politicamente a grande massa de imigrantes e migrantes rurais que se acumulavam na periferia das grandes cidades, por meio da unificação em torno de objetivos e símbolos políticos comuns. O grupo social com o qual Perón antagoniza é justamente essa oligarquia, excluída de sua retórica obreirista. Com sua política deliberada de incorporação de tipos sociais e a transferência da ênfase de apoio estatal do campo para a indústria, Perón localiza sua base social de apoio na pequena e média burguesia<sup>58</sup>, no exército, e nos sindicatos, fortalecendo o antagonismo político entre o *pueblo* e os outros. Nesse sentido, Panizza (2010) salienta que a construção da categoria do povo é fundamental a esse tipo de regime, na medida em que contribui para a delimitação de novas hierarquias e fronteiras no espaço político.

Em síntese, portanto, é essa sociedade radicalizada e fissurada política e culturalmente que o peronismo recebe para realizar suas propostas. Como pontua Germani “el peronismo fue justamente la expresión de las particulares condiciones creadas en la Argentina por el acumularse de una serie de factores antiguos y recientes” (GERMANI, 1965, p. 226). Trata-se da emergência da modernidade capitalista a partir de estruturas pontuais da velha ordem, num movimento de pressão das classes subalternas em relação à ampliação das fronteiras política,

<sup>57</sup> Tal crise de legitimidade pode ser compreendida através da alcunha que a historiografia argentina criou para a década de 1930: “a década infame”.

<sup>58</sup> Apesar da adesão dos setores médios ser consistente, não foi unânime. Como alerta-nos Donghi (2000) “la adhesión al incipiente movimiento peronista no se daba sin desgarramiento y conflictos interiores” (45). Para o autor, setores importantes da classe média como simpatizantes da UCR, por exemplo, aceitaram o peronismo como um “mal menor” depois de “perder toda ilusión sobre las posibilidades de un retorno al poder negociado com la coacción conservadora dominante” (2000, p. 24).

diante da qual as classes dominantes se organizam para conduzir pacificamente o processo, sem rompimentos e fissuras graves no bloco de poder. Nesse mesmo sentido, Laclau dá destaque para a forma com a qual o peronismo associou o liberalismo aos interesses *sórdidos* da oligarquia, driblando politicamente o fato de que as ideologias de classes não constituem fatores herméticos. Em suas palavras, o movimento liderado pelo coronel Perón “consistiu, essencialmente, em permitir a subsistência de várias elites que baseavam seu apoio ao regime em projetos articulatórios antagônicos, e na afirmação do poder do estado como força mediadora entre eles” (LACLAU, 2005, p. 203).

Se pensarmos a construção da identidade peronista a partir da proposta de Beired, quando este afirma que “historicamente determinada, e portanto mutável, contraditória, a identidade política é o produto da experiência histórica dos atores assim como da sua cultura política prévia”(BEIRED, 1989, p. 06), podemos compreender mais claramente em que medida a política distributiva peronista ia de encontro às demandas tradicionais do liberalismo. Perón traçou efetivamente um plano de nacionalização de diversas instâncias da economia, notadamente dos serviços públicos vitais como transporte e energia. Em muitos aspectos, todavia, as metas de nacionalização não foram efetivadas, ou foram em parte, com o pagamento de grandes indenizações. Tal fato não invalida, contudo, a ideia de que o plano de governo peronista era, a princípio, antagônico às antigas classes tradicionais.

Donghi alerta-nos para o “fato fundamental” da disputa: o governo peronista não respeitou totalmente o espaço político e social dos latifundiários. Para o autor, instrumentos como o Estatuto del Peón “(...) desmentían sobre todo la orgullosa pretensión de nuestros terratenientes de ser dueños en su propia casa” (DONGHI, 2000, p. 45).

Quanto à noção de democracia, os liberais argentinos, filiados à tradição de Mayo-Caseros, muito ligados ao ideal republicano que remonta a Sarmiento, tomaram sempre uma posição bastante restritiva quanto à incorporação política dos setores marginalizados. Sem dúvida, no momento em que Perón aprofunda as alianças com a CGT e lança as bases de sua política distributiva de renda, a aristocracia agrária e a alta burguesia urbana já haviam formulado um diagnóstico pessimista em relação ao governo, como se pode notar nos diversos artigos publicados, por exemplo, pelos Anais da Sociedade Rural Argentina. Para Murmis e Poratntiero, não existe, a priori, uma contradição entre a orientação industrial e os interesses da fração mais poderosa dos latifundiários (1972, p. 17). Nesse sentido, é sintomático que a reação mais consistente por parte da oposição peronista ganhe fôlego precisamente no momento em que um aspecto desse equilíbrio não contraditório é violado:

quando a oferta de mão-de-obra escasseia, quebram-se, no que concordam Portantiero e Peralta, as possibilidades de aliança entre Perón e os setores agrários.

O ponto fundamental da discordância, nesse sentido, para além das divergências de ordem econômica, é que enquanto Perón baseou sua construção identitária numa plataforma popular e integradora, que deslegitimava de forma sistemática os antigos pressupostos dos liberais republicanos argentinos. Esses últimos consideravam que somente pela educação democrática, pela experiência política, era possível integra-los.

O peronismo parte de uma crítica moral ao liberalismo, se aproximando, nesse sentido, da proposta dos primeiros nacionalistas que, ainda na década de 1910, atribuíam à gerência liberal a crise de valores que diagnosticavam no país. Para a doutrina peronista, como consta em seu livro “A Força é o Direito das Bestas”, publicado em 1956, o liberalismo, ao colocar o indivíduo como o centro do mundo, acaba por inviabilizar qualquer espécie de integração política.

O trabalho político de Perón com as massas pode ser compreendido a partir da reflexão de Julio Mafud (1972). Para ele, os *cabecitas negras* são a tipologia original do peronismo, formada a partir da necessidade de homogeneizar peões, gaúchos, imigrantes, etc, convertendo-os num grupo orgânico, identificável com a simbologia peronista<sup>59</sup>.

A partir dessas considerações, é possível agora partirmos para uma análise mais detalhada do significado que essas propostas nacionalistas que se radicalizaram no peronismo ganharam nos debates intelectuais travados por nacionalistas, liberais, peronistas e cosmopolitas. O espectro do homem-massa, doutrinado e doutrinário, visto pelos homens de letras filiados ao liberalismo como a base social que viabilizava o peronismo, será o eixo das preocupações desses intelectuais. Como pontua Bauman, será preciso que eles recriem a “*indispensabilidade social do tipo de conhecimento que controlam*” (BAUMAN, 2010, p. 38), elaborando novas fronteiras sociais e recriando simbologias, interpretações e posicionamentos na esfera pública.

## **2.2. O HOMEM-MASSA VERSUS O HOMEM COSMOPOLITA: O CÍRCULO DE DEBATES ENTRE NACIONALISTAS E LIBERAIS E A PROBLEMÁTICA DA MODERNIDADE.**

*O ataque à fundo tem de vir de maneira que o homem-*

---

<sup>59</sup> Nesse sentido, ver também Capelato, M H. R. Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo. Campinas. Papirus, 1998.

*massa não se possa precaver contra ele; que o veja  
diante de si e não suspeite que aquilo, precisamente  
aquilo, é o ataque à fundo.*

José de Ortega y Gasset.

A partir da década de 1920 temos na Argentina, e especialmente em Buenos Aires e no circuito universitário que se estendia então até Córdoba<sup>60</sup>, um campo de debates estruturado no que tange às reflexões sobre a identidade do país, sua inserção no mundo ocidental, as perspectivas transformadas pela sociedade de massas etc. Embora, como salientado, os efeitos negativos da incapacidade política de absorção dos imigrantes nas grandes cidades, da crise internacional que marcou o período entre guerras, e das fortes desconfianças em relação ao futuro da prerrogativa liberal a nível mundial, engendrassem mudanças profundas nos sistemas de significação política da Argentina desses anos, o espaço de diálogo entre os intelectuais, bem como o mercado editorial, permanece como um sujeito ativo no debate público do país. Para Altamirano, esse processo de fortalecimento de um campo intelectual num momento de crise, de incerteza, diz respeito a um processo onde “a la profesionalización de la política corresponde una creciente especialización del trabajo de los escritores y, más en general, de la gente del saber” (ALTAMIRANO, 2004, p.13).

Os governos da UCR, especialmente a primeira presidência de Yrigoyen (1916 - 1922), se levamos em conta a distância entre suas propostas e suas concretizações, levaram a cabo uma política cultural baseada nas expectativas crescentes dos setores médios, o que acabou contribuindo para a dessacralização do intelectual argentino como único agente e intérprete dos problemas políticos, na medida em que as instâncias de diálogo e mediação se tornavam mais amplas e flexíveis. O programa radical se focava na valorização e consolidação dos setores médios, abordando suas principais problemáticas e incorporando, em seu discurso político, as pautas da indústria, do pequeno-empresário e dos imigrantes. Embora, na prática, a UCR não tenha logrado ser a porta voz efetiva desses setores – já que na maioria das situações onde precisou se posicionar politicamente acabou se alinhando à consagrada “aliança dos notáveis” -, seu discurso de valorização dos novos setores sociais era compatível com uma crítica aos setores mais tradicionais, especialmente aos intelectuais vinculados às visões de mundo aristocratas, que foram atacados sistematicamente pela nova orientação cultural e política do governo, que primava por uma ampliação das esferas de

---

<sup>60</sup> Sobre a Reforma Universitária de Córdoba, em 1919, ver TERÁN, Oscar. *"Ideas e intelectuales en la Argentina, 1880-1980"* In TERÁN, O. (org.). *Ideas en el siglo - intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004

interlocução política.

Começa com Yrigoyen, portanto, ainda na década de 1910, um processo de negação do papel dos homens de letras como membros paradigmáticos do debate público. Essa desnaturalização de seu predomínio provocou preocupação nas mais diversas esferas e consistiu uma das temáticas mais recorrentes nas revistas e ensaios da época, presente nas obras de escritores e jornalistas de praticamente todas as tendências. Assim, já no governo da UCR é possível notar que os setores letrados precisariam fortalecer-se e projetar-se no espaço público a partir de novas bases, recriando sua legitimidade a partir da nova conjuntura, lidando, enfim, com os influxos que a nascente indústria cultural provocava em sua atividade.

Ao tentar situar os intelectuais como membros comuns do campo político, retirando seu “monopólio da palavra” Yrigoyen deu início a uma tradição que se consolidará no governo peronista: a crítica a uma produção erudita que, ao basear-se em normas internas, acaba produzindo para os produtores, numa espécie de “sociedade de admiração mútua” onde “a intervenção do grande público chega a ameaçar a pretensão do campo ao monopólio da consagração cultural” (BOURDIEU, 1974, p. 107).

Essa necessidade de mudança no papel dos intelectuais argentinos, contudo, acabou por produzir efeitos paradigmáticos, pois permitiu a eles continuarem exercendo funções importantes dentro do debate público, a partir de posições renovadas. A efervescência da década de 1930 – inaugurada pelo golpe de Estado de Urriburu -, permeada pela desconfiança em torno da proposta liberal, fomenta um amplo debate que se polarizará em torno das vertentes nacionalista e da vertente “cosmopolita”, de cunho pacifista. Assim, os homens de letras argentinos, ao serem compelidos a um processo de dessacralização pela política *popularesca* da UCR, reinventam sua função e passam a desempenhar um papel importante tanto nas esferas mais restritas (revistas de pouca circulação, debates universitários e conferências, etc) como no campo político mais amplo, sendo protagonistas de uma ampla discussão em torno das dificuldades políticas, sociais e econômicas que marcam a fisionomia argentina na década de 1930. A função do intelectual torna-se, nesse contexto, o princípio unificador do campo.

A partir do momento em que os intelectuais passam a integrar, em suas reflexões, a problemática dos efeitos da imigração, da crise do liberalismo e das alternativas para superar a situação precária da argentina no mundo, a questão que passa a nortear a maior parte das reflexões, de forma direta ou tangencial, pode ser condensada, como alega Sarlo, no seguinte questionamento: “como construir uma hegemonia para um processo onde todos participam, com os conflitos e incertezas de uma sociedade em transformação?” (SARLO in VASQUEZ-



RIAL, 1996, p. 195). Ou seja, como lidar com o constrangimento da pluralização das esferas de cultura, e da perda dos espaços antes consagrados, historicamente, aos homens de letras, sem provocar um distanciamento da realidade política imediata?

Para Altamirano (2001), a incerteza da transição da década de 1920 para a década de 1930, cria um novo paradigma para a *intelligentsia* argentina: a questão ontológica do “quem somos” passa a mobilizar as reflexões. A resposta para essas perguntas, forjadas a partir de posições políticas claras e filiações sociais também distintas, estruturará o campo dos debates que será, posteriormente, o pano de fundo do peronismo.

Por um lado, nacionalistas de longa data como Palacios e os irmãos Julio e Rodolfo Irazusta baseavam-se numa sorte de neo-hegelianismo inspirado no darwinismo social de Lugones, que pregava que as forças telúricas da república dos pampas se manifestariam a partir da nacionalização dos elementos estrangeiros. Nesse sentido, eram amparados pela tendência nacionalista de cunho autoritário que ganhava força na transição da década de 1920 e 1930. Sua proposta, nesse sentido, era baseada na eficácia simbólica do resgate das antigas figuras e antigas lendas fundacionais da história argentina. A revisão histórica que propuseram esses autores pode ser dimensionada a partir do esforço em recuperar a imagem do gaúcho, ressignificando-o e tornando-o portador de valores como patriotismo, honra e *argentinidad*, numa tentativa de opôr o nativo ao imigrante, componente visto como desagregador enocivo para a estrutura social. Para Sarlo, nesse sentido,

el gaucho como arquetipo nacional es una ocurrencia de Ricardo Rojas y Leopoldo Lugones quienes, en el Centenario, toman la perfecta invención de José Hernandez, cuando la ciudad propone a los intelectuales el enigma de lo que será este país y los intelectuales deciden responderlo armando una hipótesis cultural cuyo fundamento será la poesía gauchesca. (SARLO, 1995, p. 24).

Um componente importante para situar essa tendência de Lugones e Rojas é a perspectiva do modernismo que, nas primeiras décadas do século XX, deu o tom das pugnas intelectuais em diversos países do continente. A partir da discussão sobre identidade nacional, intelectuais argentinos consagrados como Lugones e Palacios, nas palavras de Altamirano, “(...) se encontraron con que en el horizonte de la época existía una demanda formulada tanto desde el Estado cuanto desde la sociedad: una demanda de nacionalismo” (ALTAMIRANO, 2001, p. 31). Assim, segundo o autor, essa plataforma nacionalista fornecia aos intelectuais que a compunham uma maneira de justificar sua própria função como homens de letras.

Leopoldo Lugones e Ricardo Rojas, com sua plataforma nacionalista, estão em

confronto, nesse momento, com um amplo leque de intelectuais que, retomando o legado da geração de 1837, se confrontam com o problema da identidade argentina a partir de outros referenciais. Para Jorge Luis Borges, um dos grandes nomes do que depois se consolidará como a frente de crítica ao governo peronista, a exaltação do exotismo *gaucho* que pretendiam Lugones e os nacionalistas constituía mesmo um empecilho à argentinidade, que só seria plenamente concretizável dentro dos marcos da cultura ocidental.

Os embates se travavam nas mais distintas esferas, revistas, comitês, manifestações e leituras públicas. Os nacionalistas alegavam combater o que consideravam a *hidra tricefálica* constituída pela maçonaria, pelo judaísmo e pelo liberalismo internacional que havia condenado a Argentina à dependência internacional e à fragmentação interna (BEIRED, 1996). Sua proposta, além de bastante atrelada às condições práticas da república argentina, abrangia também aspectos teóricos: propunham-se a inverter o *panteon* da história argentina, retirando a glória histórica de liberais como Mitre e Echeverría e consagrando-a a Rosas, visto agora como o patriota paradigmático na defesa da nacionalidade e da cultura argentinas. Ao responsabilizarem as presidências liberais pela crise pela qual a Argentina passava na transição da década de 1920 para a década de 1930, se aproximavam das mais diversas tendências (inclusive de algumas frações do Partido Socialista), que também viam na continuidade da hegemonia de uma oligarquia especulativa e endinheirada, o inimigo a ser combatido em nome de uma necessária reformulação das bases políticas nacionais.

Um fator importante para apreciarmos os enfrentamentos entre nacionalistas e liberais no começo da década de 1930, consiste em analisarmos com rigor a lógica social subjacente a esses debates, localizando seus pontos de convergência e divergência a partir de uma perspectiva ampla, qual seja, considerando que “as palavras e seus significados são produtos sociais, sua história e seus conteúdos são inseparáveis do modo como elas são utilizadas, das realidades que descrevem e da crença na existência dessas realidades” (NEIBURG, 1997, p. 14). Assim, analisamos as disputas no campo cultural a partir da pertinência social dessas contradições simbólicas.

Ambas as posições tomadas pelos homens de letras partiam do princípio de que os intelectuais tem, sim, o dever de refletir sobre a problemática que se coloca a partir do “dilema das massas” e, em segundo lugar, ambas estão pautadas pela busca da possibilidade do Ser argentino, de coexistência de uma elite esclarecida com a nova conjuntura marcada pelas políticas de cunho popular e pela indústria cultural.

Enquanto para os liberais a estratégia de sobrevivência da elite pensante do país residia na manutenção de uma postura de resistência frente às mudanças da modernidade, para

os nacionalistas, a condição periférica em que o país se encontrava só poderia ser superada a partir da afirmação ontológica da superioridade argentina. Como aponta Beired,

reespiritualização é o termo que sintetizou os anseios dos intelectuais católicos frente a um mundo que consideravam dilacerado por fenômenos tais como luta de classes, o liberalismo, o socialismo e a dissolução da família (BEIRED. 1996, p.153)

Na década de 1930, o intelectual cede terreno à multidão. Ambas as principais tendências, como vimos, elaboraram “visões apocalípticas” (SAZ in AGGIO e LAHUERTA, 2003) das massas, destacando a periculosidade dos governos que procuravam inseri-las de modo direto e irrefletido na vida política. O que os une, nacionalistas e liberais históricos, é precisamente essa preocupação no que diz respeito à sobrevivência dos homens de letras como categoria dotada de autoridade num contexto de ampla mudança. As propostas, embora radicalmente distintas, estão atreladas ao que Devoto classificou como um intento de “fortalecer, construir onde não havia, as distâncias sociais” (IDEM, 2003, p. 173).

Nesse sentido, podemos localizar diversas manifestações, como o surgimento de revistas, jornais, e a dinamização de um círculo de conferências e palestras em torno de ambos os lados do debate. Enquanto Lugones é o redator do discurso de posse de Uriburu, no golpe de 1930, os intelectuais liberais, entre eles a aristocrata Victoria Ocampo, promoverão uma movimentação cultural intensa nos salões tradicionais de Buenos Aires. José de Ortega y Gasset, filósofo circunstancialista espanhol que será de fundamental importância para o debate com o peronismo, realiza 3 conferências em Buenos Aires durante esse período<sup>61</sup>. A imprensa, portanto, será a catalizadora dessa tensão, atuando como elemento dinâmico da projeção desses intelectuais no discurso político. Como pontua Sirinelli, “as revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão” (SIRINELLI in REMOND, 1996, p. 249), favorecendo o surgimento e consolidação das redes e sociabilidades que se cristalizam no debate público.

Adriana Novaes, ao mapear o panorama editorial da década de 1930, na Argentina, destaca que a efervescência desse mercado se manifestava em um número significativo de publicações, que comportavam um trânsito também salutar de intelectuais. Como pontua Terán esse trânsito entre as correntes mais polarizadas constituía a base da legitimação dos

---

<sup>61</sup> A primeira delas em 1916, no clima da Reforma Universitária fomentada em Corboda, Ortega provocou, segundo os contemporâneos, profunda impressão na intelectualidade portenha na época. A partir da influência do pensamento orteguiano, segundo Altamirano, muitos “*abandonaban la concepción cartesiana de una razón abstracta, universal o omnipresente para sustituirla por la 'razón vital', fusionada con una circunstancia que define una perspectiva primaria*” (TERAN, 2004, 47)

hombres de letras, na medida em que

dicha actividad seguirá desplegándose en espacios culturales donde se mezclan intelectuales de diversas identidades políticas; esto debido a que el sentimiento de pertenencia al ámbito intelectual resultaba más fuerte que la adscripción ideológica (Terán, 2004, p. 51).

Frutos dessa ebulição editorial são as publicações Martin Fierro, Proa, Caras y Caretas, Claridad, Los Pensadores, Los Intelectuales e Sur, somente para citar as mais representativas. Além das revistas, editoras importantes como Losada, Sudamericana e Santiago Rueda (Terán, 2004, p. 51) também surgiram nessa época.

Esse é o contexto, portanto, da criação da Revista Sur, que será uma das principais plataformas de debate e de crítica tanto ao nacionalismo lugoniano, quanto aos desdobramentos peronistas da década de 1940. Parece-nos importante salientar que o primeiro número da revista aparece precisamente em 1931, um ano portanto após o golpe nacionalista de Uriburu. Tal aspecto ressalta que a atividade intelectual e editorial permanece substancialmente ativa e plural nesse momento, apesar das orientações de cunho totalitário e anti-intelectualista que emergem no país nesse momento, na esteira de movimentos como o próprio golpe de 1930.

A Sur foi gestada a partir da vivência de Ramona Victoria Epifanía Rufina Ocampo, conhecida das letras argentinas simplesmente como Victoria Ocampo. Nascida em 1890, no seio de uma tradicional família portenha (era tataraneta de Mitre), Ocampo “levou para Sur uma educação não formal, temperada com a vivência das vanguardas europeia e argentina” (NOVAES, 2006, p. 53).

A data de fundação oficial da Revista, 1931, é uma data de inflexão na política e sociedade argentinas: emerge no debate público como grupo coeso de intelectuais precisamente no início do que a historiografia argentina convencionou chamar de “década infame”. O contexto, pois do surgimento da revista, pode ser descrito a partir de Adriana C. Novaes como um momento em que “a utopia liberal do cosmopolitismo pacifista, resultado da euforia em relação ao liberalismo econômico, não se sustenta após 1929” (NOVAES, 2006, p. 31).

A proposta de Sur, inicialmente, baseava-se em uma visão particular do americanismo e dos efeitos culturais do subdesenvolvimento. Além disso, uma sorte de pacifismo inspirado no catolicismo democrático de Maritain, também compunha a militância da revista. Seus membros fixos e principais colaboradores se projetavam em uma linha “pelo ser humano”,

num momento de extremos ideológicos, o que acabou se convertendo, inclusive, em um dos aspectos mais criticados da revista. Em torno de seu núcleo editorial, se articulavam nomes como Mallea, Borges, Gironde, Bioy Cesares, Martinez Estrada, Erro, além de uma série de intelectuais estrangeiros como Alfonso Reyes, Waldo Frank, Ureña, Guillermo de Torre, Roger Caillois, Maritain, Drieu de la Rochelle e Leo Ferrero.

Entre 1931 e 1943, localizamos o momento de estruturação do grupo Sur, onde as publicações ainda não tem uma periodicidade clara e efetiva. A partir de 1943, contudo, diante da radicalização da tendência nacionalista e o golpe militar que levaria ao poder o coronel Perón, a Sur se tornará uma das principais interlocutoras do regime, se posicionando a favor de uma perspectiva liberal, cosmopolita e pacifista. Assim, nesse momento nos interessa analisar, sobretudo, o debate que se estabelecerá entre a Sur, como catalizadora dos setores mais liberais e alinhados à perspectiva de nomes como Ocampo, Borges e Mallea e a proposta cultural e política do primeiro peronismo.

O debate, contudo, não será analisado a partir de um ponto de vista sectário, na medida em que há mudanças nas posturas de ambas as frentes e, além disso, discursos compartilhados entre ambos. Não se tratam, portanto, de posições herméticas, e a validade da análise se impõe precisamente na medida em que se consideram as tensões e as contradições estabelecidas entre as posições. Como nos lembra Williams a compreensão da cultura e da política de forma relacional deve levar em conta

aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais (WILLIAMS, 2000, p. 29).

Para Mafud (1972), o ponto nevrálgico da proposta peronista, que mais aguçou a crítica dos liberais, foi precisamente a ausência de uma teoria, e a substituição da reflexão conceitual por um paradigma de ação, ou, nas próprias palavras de Perón, de doutrina. Através dos órgãos do Partido Peronista, o governo divulgava uma proposta homogeneizadora, o que acabava por compelir a elite intelectual à uma posição abjeta dentro do campo de debate público. Objetivamente, as medidas do governo peronista se direcionavam a aspectos sociais pungentes como o estatuto do peão e uma série de leis trabalhistas promulgadas. Todavia, como destaca Donghi, essa dicotomia entre Perón e as classes altas deve ser relativizada, na medida em que não se tratam de posturas monolíticas<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> A respeito dessas relativizações da postura de classe do governo peronista, a obra de Murmis e Portantiero

Ainda assim, se observarmos algumas das postulações de Perón, e pensarmos na interferência peronista nas Universidades e institutos de pesquisa de forma geral, podemos compreender o ponto de partida da crítica ao peronismo<sup>63</sup>. Em seu “A força é o direito das bestas”, de 1956, Perón clarifica sua doutrina política, alegando que “assim como não podemos conceber um homem sem alma, é inconcebível um povo sem doutrina” (PERON, 1956, p. 21). Segundo sua exposição, o individualismo e o direito à existência privada, tão caros aos seus opositores, consistiam numa espécie de “bestialidade ancestral”, que deveria ser destruída em nome da coletividade organizada sob a razão de direito. Em sua escala de valores, o indivíduo só aparece depois da Pátria e do Partido, o que parecia, aos intelectuais vinculados ao liberalismo republicano, uma verdadeira afronta à viabilidade do indivíduo naquela sociedade.

Perón, ainda em sua exposição doutrinária, alerta para o fato de que as massas são perigosas quando são inorgânicas, quando estão ainda sob forma de 'multidão'. A saída para essa situação, contudo, constituía a prática política por excelência de sua gestão: a homogeneização através da filiação ao partido peronista, posição essa que exasperava intelectuais como Borges e Victoria Ocampo. Em “Conducción Política” (1971), Perón escreve que

es muy difícil conducir una masa que no está preparada; y esa preocupación es de dos ordenes: una preparación moral para qu sientan el deseo y la necesidad de ser conducida, y otra intelectual, para que sepa ser conducida y ponga de su parte lo que necesita para que la conducción sea más perfecta. (PERON, 1971, p. 25).

A ideia, portanto, de criar uma homogeneidade moral especificamente argentina e, a partir dessa base, desenvolver uma identidade nacional baseada na dicotomia entre trabalhadores e parasitas, foi interpretada como uma pernicioso manobra no sentido de eliminar as possibilidades de existência autônoma, a partir da instauração e naturalização de uma racionalidade específica: obreirista, nacionalista e empirista.

As estratégias políticas da sociedade argentina anterior ao peronismo, baseadas numa

---

guarda importantes e pioneiras reflexões. Eles nos lembram em “As origens do peronismo” que Perón, de muitas formas, responde à uma demanda reformista que já se incorporara à cultura política sindical mesmo antes de 1943. Sendo assim, a aproximação do Partido Peronista de organismos como CGT deve ser vista a partir de um ponto de vista de continuidade e não de ruptura ou catarse, como interpretou grande parte da historiografia tendente à creditar ao peronismo uma força mística de “cooptação de massas”. Nesse sentido ver MURMIS e PORTANTIERO. Estudos sobre as Origens do Peronismo, 1972.

<sup>63</sup> É preciso considerar, como marco temporal, o ano de 1946, momento em que os diversos setores que apoiaram o coronel são articulados em torno do Partido Peronista, criando assim uma identidade formal entre seus membros.

escala de valores inspiradas pelo liberalismo, permitiam o resguardo de uma posição de destaque para os homens de letras. A mudança desse paradigma, radicalizada no governo peronista pela incorporação de novos setores no campo da política, coloca os intelectuais que simpatizavam com a posição de Sur frente a uma realidade nova e complexa: a cultura da multidão. O mercado se torna, em suma, a instância de consagração das ideias, na Argentina dos primeiros anos peronistas.

O diagnóstico de que a sociedade capitalista e o desenvolvimento da indústria cultural haviam criado uma sociedade homogeneizada, onde o Ser estava inviabilizado por uma retórica populista de grande porte, compunha grande parte dos debates pautados na Sur. Dessa forma podemos compreender o esforço dos intelectuais argentinos em descortinar a mitologia peronista a partir da busca por um novo paradigma emancipatório, que pudesse ser calcado em bases que se distanciassem do caráter corporativo, nacionalista e totalitário que atribuíam à proposta peronista.

Um dos pontos destacados pelos intelectuais argentinos críticos ao peronismo consistia precisamente na crítica ao abandono da cultura teórica, na ditadura da ação e no pragmatismo que identificavam na proposta peronista. A ideia de que o cerceamento da imaginação teórica consistia mesmo o substrato da dominação estava muito presente na interpretação de nomes como Victoria Ocampo, Mallea e Waldo Frank.

Embora o leque de intelectuais que se alinhavam ao peronismo não fosse desconsiderável (havia nomes de peso como Scalabrini Ortiz, Manuel Ugarte, Palacio, Jauretche, Eduardo Astesano, César Tiempo, entre outros), a política cultural do peronismo desgostava profundamente um amplo setor da oposição liberal, fomentando uma certa unidade de crítica que favorecia a postura dominante em Sur: o questionamento em torno de como proteger a minoria do despotismo da maioria. Como pontua Terán “(...) carente de un programa estructurado para el área educativa, la gestión peronista en este sector se preocupó más bien por expulsar toda voz disidente, por lo que contaminó la cuestión cultural con la cuestión policial” (TERAN, 2004, p. 64).

Mafud destaca um elemento que talvez possa ser um caminho interessante para pensarmos as reações anti-peronistas dos homens de letras. O peronismo parte, em sua teoria política, de uma simultaneidade entre indivíduo e movimento. Não podemos esquecer que, sob muitos aspectos, Perón era também um estreante na cena política, assim como a multidão em que se apoiava. Dessa forma, a associação entre o novo, o movimento e a ação e a própria figura do general parecia mais simples. Esse processo de “absolutização da ação” (MAFUD, 1972, p. 49) foi um componente fundamental em sua mobilização política. Ainda para Mafud,

o tema do “outro” é, de alguma forma, intangível para o peronismo: sua origem e sua característica principal são justamente o choque com o outro, o embate com o pré-existente. Essa ausência de sistematização, esse império da ação ou, em outras palavras, esse *não-existir* teórico que caracterizam o peronismo segundo seus detratores foi, sem dúvida, um problema interpretativo para os homens de letras filiados ao liberalismo, tanto nas décadas de 1940 e 1950 quanto posteriormente, quando a maior parte dos intelectuais argentinos de todas as frações lançaram-se numa busca desesperada por compreender o peronismo.

De alguma forma, a impressão que se tinha era que Perón controlava a espontaneidade da massa. Para Garbal-Blacha, o peronismo promoveu uma espécie de integração “estética e litúrgica” (2001, p. 19), radicalizando ao máximo o elemento emocional. Esse componente sentimental, que os críticos irão diagnosticar como uma espécie de *ofuscamento*, foi possível graças à posição em que o peronismo se colocava na história da política argentina: como elemento novo, transformador, que não precisava dialogar com conceitos antigos nem tampouco com simbologias prévias, podendo assim construir sua fisionomia a partir de analogias as mais distintas. A flexibilidade da doutrina peronista, portanto, residia na absolutização da ação, numa prática que construía seu arcabouço teórico na medida em que realizava.

Da mesma forma, a auto-reflexão estava presente nos discursos críticos argentinos. Para os intérpretes vinculados à tradição liberal, a política de modernização do peronismo, ao invés de criar realmente uma sociedade economicamente emancipada e politicamente soberana (como bradavam os *cabecitas negras*) acabou por fazer a Argentina recair em uma nova espécie de barbárie: a barbárie da incorporação dos tipos sociais peronistas. A invasão das ruas e das principais avenidas e bairros de Buenos Aires por imigrantes e migrantes internos havia provocado um trauma nas elites argentinas: a experiência visual e sensível do abarrotamento<sup>64</sup> de Buenos Aires e o desalojamento físico da aristocracia levaram esses teóricos a desconfiarem sistematicamente da razão técnica que Perón propunha como solução para o atraso e os problemas argentinos.

Se a meta do esclarecimento era iluminar o mundo, substituindo o medo pelo conhecimento, a instrumentalização da cultura acabou por converter meios em fins, e a transformar a ação pública em uma série de fetichizações e mitologias. Os críticos do peronismo combatiam, antes de tudo, a forma mítica de sua “condução política”, alegando para o fato de que Perón não só soterrava a legítima cultura argentina como implantava, em

---

<sup>64</sup> Possivelmente, no caso dos liberais argentinos, a descrição de Ortega seja mais aproximada: a invasão dos espaços aristocráticos pela massa seria uma espécie de “invasão vertical dos bárbaros” (1972, p. 85).



seu lugar, um deformado utilitarismo, que acabaria por cercear as possibilidades de inserção real da Argentina no mundo ocidental.

O ideal sistêmico da razão instrumental só compreende o uno. Precisamente essa “Sociedade do Uno”, expressa nas prerrogativas peronistas, incomodava uma elite que se via expropriada de suas antigas posições. A transformação dos proletários em cabecitas negras aparecia aos críticos como a criação artificial de uma classe social identificada com a figura de Perón e, nesse sentido, o desenvolvimento do que Adorno chamou de “igualdade repressiva” parecia explicar essa postura mais ou menos fascista do peronismo<sup>65</sup>. Esse caráter totalitário que viam na doutrina peronista, do qual ninguém poderia inexoravelmente escapar, formava o cerne mesmo do embate que será travado pelos sociólogos e intelectuais argentinos em relação ao peronismo.

A esfera da arte, atingida violentamente pelas medidas censoras do governo de Perón, era entendida pelos intelectuais argentinos como espaço de sobrevivência do Eu. Todavia, a indústria cultural impulsionada pelo peronismo, acabara por engendrar a ditadura do homem-médio, do homem-massa. Assim, a reclusão em esferas cada vez mais restritas de produção acadêmica, aparecia como a saída para driblar a política cultural do peronismo, que se encaminhava no sentido de validar a arte e a erudição a partir de sua utilidade na construção da identidade argentina.

Em “A força é o direito das bestas”, publicado em 1956 (um ano portanto após a caída do peronismo e no auge das tentativas de desperonização por parte dos liberais que retomaram o poder em 1955), Perón escreve que “a dialética é desnecessária porque a eloquência dos fatos a supera”(PERON, 1956, p. 20). Assim, na medida em que o corpo teórico de sua proposta vai se fazendo a partir da prática, o que seria capaz de criar um *corpus* unificado para o peronismo era a homogeneidade de perspectiva, que garantiria a firmeza de direção. Essas tautologias desesperavam os críticos do programa peronista, muito por conta do papel diminuído que Perón reservava, na composição das lutas, para a cultura teórica.

A partir de 1946, com a criação formal do Partido Peronista, o ideal do justicialismo passará a nortear a política e as relações de Perón com seus eleitores. A partir desse momento, a antiga dicotomia argentina forjada por Sarmiento (civilização X barbárie) ganha sua forma definitiva no peronismo: parasitas X trabalhadores, anti-peronistas X peronistas. Ao efetuar essa divisão, o regime procurava definir a oposição (e a Sur, nesse sentido, é representativa) a

---

<sup>65</sup> Se pensarmos que o peronismo cria sua lúdica baseado no lastro de Lugones, podemos compreender o temor das elites inspiradas pelo pacifismo liberal a partir de proposições como “Italia acaba de enseñarnos como se restaura el sentimiento nacional bajo la heroica reacción fascista encabezada por el admirable Mussolini”, pronunciadas em 1929 por Lugones.

partir de um referencial permanentemente negativo: os anti-povo, os anti-Perón, os anti-pátria.

Ainda nesse momento de estruturação da doutrina, Perón realiza diversos cursos universitários, no intuito de divulgar e aprimorar sua plataforma. Segundo dados compilados por Neiburg (1997), é sintomático que, no ano de 1946, a UBA (Universidade de Buenos Aires) registre 1250 professores excluídos de suas funções, sendo que 825 renunciaram e os outros 423 foram exonerados<sup>66</sup>. Nas aulas que Perón ministrava no que qualificava como a nova Universidade Peronista, propunha que o Estado deveria permanecer descentralizado para executar e o povo livre para produzir “(...) do que se deduz que na educação é decisivo formarem-se homens sóbrios e prudentes, ao invés de grandes eruditos a serviço do mal” (PERON, 1956, p. 97)

Em outro livro, fruto também de suas explanações na Universidade de Buenos Aires, *La conducción Política*, editado em 1971, Perón busca expor os princípios teóricos de sua doutrina a partir da prática que havia sido realizada. O livro, uma espécie de manual – chamado, ironicamente, por seus críticos, de O Príncipe moderno - , Perón propunha eliminar o heterodoxia, criando mecanismos de fixação da doutrina ”y además de inculcar-la, unificar-la” (PERON, 1971, p. XVIII). Sua crítica aos intelectuais “puros” e à arte sem função social está conectada também com a dicotomização que Perón produz, em seu discurso, entre proletários e aristocratas. Para ele, na política como na arte, há que ser objetivo e simples, para que a atividade intelectual atinja seu fim último: a legitimação e a identificação simbólica com a doutrina. Consta no livro, inclusive, uma explanação histórica desse mecanismo, quando lemos que no *caudillismo*, a condição não era evoluída, pois homens iam atrás de homens e não de causas. As forças políticas argentinas, assim, teriam envelhecido por falta de doutrina, muito por conta da preponderância história da perspectiva liberal.

Como podemos perceber, a teoria de Perón e sua doutrina, emergem da prática, do exercício da unificação da ação. Para tanto, a unidade de concepção se torna também fundamental. Esse pressuposto, em franca oposição aos referenciais de Sur, que propunham a liberdade de criação intelectual, levou à radicalização dos debates no fim da década de 1940. Nesse contexto, respondendo às afirmações de apoliticismo que Sur permanentemente reiterava, Perón alega que “cuando un hombre dice 'yo soy apolitico' es como se dijera 'yo soy un cretino”(PERON, 1971, p. 57).

Para Fernando Devoto, “peronismo e anti-peronismo eram mais que duas classes em

<sup>66</sup> Esse “expurgo peronista” como ficou conhecido, provocou a migração de diversos nomes catedráticos da UBA para outras instituições informais, que puderam resistir à intervenção peronista, como por exemplo o Colégio de Estudos Superiores. Nesse sentido ver NEIBURG, F. Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo. São Paulo: EDUSP, 1997.

confronto: eram duas sociabilidades, duas culturas, duas formas de identidade, unidas as vezes pelo amor e as vezes pelo desagrado” (DEVOTO in AGGIO e LAHUERTA. 2003, p. 194). Todavia, o problema não se restringe ao embate discursivo entre ambas as posições, peronistas e anti-peronista. O que pretendemos demonstrar é que, ao estruturar seu governo e encampar a incorporação dos marginalizados pelo processo de modernização, Perón realiza uma concreta e duradoura negação dos valores e práticas que haviam norteado a construção dos debates públicos até então. O que fica demonstrado, não só pela retórica como pelas próprias medidas tomadas por Perón, é que não seria simples a tarefa encampada pela Sur, de conservar, através de uma perspectiva de valorização da alta cultura, os antigos privilégios dos homens de letras na Argentina.

Nesse, sentido, acompanhar os debates e as colocações de cada proposta, tanto a de Sur quanto a dos intelectuais peronistas, é uma maneira de compreender a sua *sociodicéia*, as bases sociais de suas posições, afinal, como pontua Spinelli (2005)

el rasgo común y definitivo que hallamos en el antiperonismo fue su identificación genérica con los valores socioculturales y políticos de una pretensa tradición republicana y el rechazo de la cultura popular del peronismo, como la negación o la antítesis de esta (SPINELLI, 2005, p. 15).

As incursões de Perón à universidade e as diversas manifestações públicas em que exaltava sua doutrina em detrimento dos membros da “alta cultura” acabaram porsalientar, nas plataformas de crítica ao peronismo, uma tendência ao repúdio pelos efeitos da sociedade massificada e à associação do peronismo com os modelos nazi-fascistas em voga no continente europeu naquela época. O que nos interessa, nesse momento, é analisar de que forma a crítica que será elaborada pela Sur diz respeito a um conjunto amplo de expectativas frustradas pelas iniciativas peronistas. Nesse sentido, o diagnóstico negativo que unifica as críticas ao peronismo pode ser percebido através da reflexão de Ismael Saz quando este alega que a incorporação das massas na Argentina e na América Latina em geral foi pensada, pelos intelectuais liberais, a partir de uma perspectiva catártica, negativa, que enxergava as massas como uma espécie de não-sujeito definido a partir de um não-conceito. Para ele, a aproximação do peronismo com o fascismo no que tange à “cooptação” das massas se baseava em que “o fascismo era um movimento político que se apoiava no mais absoluto elitismo e desprezo pelas massas, ao mesmo tempo em que mostrava a maior e mais eficiente capacidade de apelar a elas, mobiliza-las e enquadra-las” (SAZ in AGGIO e LAHUERTA, 2003, p. 80).

O desenrolar dos primeiros anos peronistas (a industrialização de grande porte, a nacionalização de setores estratégicos e as medidas legislativas em favor dos operários), concluíram o processo de incorporação popular iniciado timidamente ainda nas décadas de 1920 e 1930. A partir das identificações simbólicas que o peronismo criou ao atrelar uma doutrina rígida à suas principais medidas de governo, efetivou-se a transformação do gaucho e do imigrante em operários, marcando o nascimento dos “cabecitas negras”, a base social do peronismo.

Essa base social, que parecia se consolidar a partir das dicotomias discursivas e da teoria da praxis peronista, provocava, portanto, nos intelectuais de Sur e nos simpatizantes da prerrogativa liberal, o medo das mobilizações de cunho fascista que se desenvolviam, notavelmente, a partir da construção dessas estruturas de relação política entre “povo” e “líder”. De maneira geral, a ligação estabelecida pelos intelectuais agrupados em Sur entre o governo peronista e sua base de apoio popular baseava-se na ideia de que “esse alheamento dos outros, e das áreas de participação institucional é complementado por um alheamento do eu” (HALERBSKY, 1979, p. 58).

A partir do momento em que as funções de mediação da realidade estão prejudicadas (função outrora consagrada aos intelectuais), surge o medo de uma explosão sentimental de grande porte, similar às que eram vistas nas ruas de Berlim ou de Roma. Assim, a expectativa do fascismo, gerada nos meios letrados vinculados à Sur, radicalizou a crítica ao peronismo nos últimos anos da década de 1940. A partir dessa posição mais consistente no debate público, a própria base social do peronismo (e não o próprio Perón) será o alvo das críticas liberais: a dissolução do indivíduo que viam no “homem-massa” peronista se projeta como o grande desafio para os defensores da autonomia intelectual e do cosmopolitismo.

A idéia de “homem-massa” remonta à alegoria do espanhol José de Ortega y Gasset, intelectual de grande influência nos autores e leitores de Sur. Para Ortega, o “homem-massa” é o indivíduo mediano que foi projetado na cena política dos países ocidentais no momento de emergência das principais forças da modernidade: a ampliação do mercado de trabalho com o crescimento industrial e as novas perspectivas políticas abertas pela democracia, ainda no século XIX. Em resumo, ele é fruto dessa sociedade utilitária e popularizada, é feito de pressa, incapaz de conviver com abstrações. Essa incapacidade é circunstancializada na inviabilização do Ser e, assim, como a liberdade é a franquia para ser o que somos e esse homem não pode Ser, ele se posiciona contra o liberalismo.

Ortega pontua, ainda, que a política, elemento pernicioso, despoja o homem de sua intimidade, lançando-o ao público, à uma vida de *standart*, onde o indivíduo é compelido a

viver na massa, fazendo com que surja uma realidade onde “*já não há protagonistas, só há coro*” (ORTEGA, 1971, p. 51). Essa hegemonia do homem-massa abre caminho, para Ortega, para diversas sortes de degeneração intelectual, sendo que a maior e mais perigosa delas seria a demagogia, sob forma de justiça social<sup>67</sup>.

Dentro dessa corrente de interpretação do fenômeno das massas, o crescimento da potencialidade subjetiva da modernidade desemboca numa brutal carência de paradigmas, onde se instaura o desrespeito à tradição e a necessidade de rompimento. Esse diagnóstico foi compartilhado, em linhas gerais, pela proposta editorial da Sur e, embora não se possa realizar uma ligação automática entre os escritos publicados na revista e a obra de Ortega, é possível, outrossim, identificar os pressupostos através dos quais a revista buscou resguardar o espaço da alta cultura no seio dos processos argentinos.

A disputa pelas instâncias culturais, e todo o debate travado entre os intelectuais liberais e os defensores da doutrina peronista, denota uma batalha pela própria noção conceitual de cultura, diante da nova conjuntura de relações políticas da década de 1940. Para a Sur, não pode haver cultura sem uma instância reguladora, valorativa, e principalmente, quando esta instância não for pensada a partir de um mérito intrínseco à obra. Esse tipo de embate foi determinante para que a revista fosse vista, pela maioria de seus críticos, como um braço imperialista, essencialmente contrário ao fortalecimento e ao resgate da nação argentina, como que caminhando no contrafluxo de uma experiência inédita e libertadora para os argentinos.

Esses embates entre a Sur e o peronismo permanecem sendo fatores de aglutinação de diversos agrupamentos intelectuais e continuarão sendo paradigmáticos mesmo após a queda do regime. Um exemplo da permanência dessa problemática nos lembra Neiburg (1997), falando a respeito de 1955

a derrota da figura que essas forças qualificavam como tirano teve o efeito de conferir estatuto público à uma série de debates iniciados uma década antes, quando a emergência da liderança política do então desconhecido coronel (...) havia colocado em questão as relações de representação política no país (NEIBURG, 1997, p. 19).

Cabe-nos agora, através da leitura dos próprios textos da Sur, bem como da análise da repercussão e dos debates em torno deles, averiguar as formas e o alcance da crítica elaborada por esses grupos letrados à proposta peronista, dimensionando e localizando historicamente os

---

<sup>67</sup> Segundo Ortega a justiça social seria uma espécie de “insincero suspiro romântico” (1971, p. 38), típico de movimentos que, ao tentarem romper com o passado “aspiram a descer e plagiar o orangotango” (idem, p. 42).

embates travados nas páginas de Sur para, por fim, estarmos em condições de traçar um panorama da influência da revista no esforço de deslegitimação do peronismo que perpassa todo o repertório de críticas da década de 1940 e se converte na prioridade política dos homens de letras logo após a sua queda, em 1955, a partir do famoso editorial de Sur “Por la Reconstrucción Nacional”.

**CAPÍTULO 3. LIBERAIS EM CONFRONTO COM O PERONISMO: A  
TRAGÉDIADA CULTURA NAS PÁGINAS DE SUR.**

### 3.1. A REVISTA SUR, A DEFESA DA ALTA CULTURA E AS DISPUTAS PELA IDENTIDADE ARGENTINA.

La mosca medio inteligente.

Una gran araña que vivía en una casa vieja tejó una hermosa tela para atrapar moscas. Cada vez que una mosca se posaba y se enredaba e la tela, la araña corría a devorarla, para que las demás al pasar creyesen que aquél era un lugar seguro y tranquilo para descansar. Pero un día una mosca medio inteligente estuvo zombando tanto tiempo alrededor de la tela, sin posarse, que la araña se presentó y le dijo: “baja y pósate”. Pero la mosca era demasiado inteligente para esto y le respondió: “nunca me poso donde no veo otras moscas, y yo no veo ninguna en tu casa”. Y se alejó de allí y voló hasta un sitio donde había muchas moscas. Cundo iba a posarse, una abeja zumbió diciéndole: “ten cuidado, estúpida, que es papel de moscas, y ésas están todas presas”. “No seas tonta”, le dijo a mosca, “están bailando”. Entonces se posó y quedó pegada en el papel con las demás.

**MORALEJA: No hay garantía en el número, ni en  
ninguna otra cosa.  
(James Thurber, Sur, 1944).**

Para nosotros también un acto degradante es siempre degradante, aunque favorezca el interés nacional.

**Victoria Ocampo.**

A revista Sur se projeta no debate público argentino a partir de uma peculiaridade importante: sua duração incomum para um projeto de sua natureza. A revista foi publicada por um período que se estende de 1931 até 1970, sendo que até a década de 1990 a editora homônima seguiu publicando um grande número de traduções inéditas na Argentina, como já havia feito com nomes como Sartre, Huxley, Virginia Wolf e Drieu de la Rochelle durante as



décadas de atividade da revista<sup>68</sup>.

Tal duração demanda que a análise do periódico, pensada no sentido de elucidar a conjuntura social subjacente aos debates presentes nos editoriais e artigos - bem como em sua repercussão e significado no contexto em questão - se concentre em determinada fase ou em determinado aspecto da revista, para que o foco da análise não corra o risco de diluir-se no grande número de abordagens e perspectivas que compuseram o projeto de Sur. Nossa proposta é, assim, atermo-nos ao período que coincide com a emergência do peronismo (1943 – 1946), momento em que a Sur ganha uma periodicidade consistente e também mais força na aglutinação dos esforços liberais, chegando até 1955, contexto da queda do peronismo e que, ao mesmo tempo, marca uma mudança profunda nas prerrogativas da revista, na medida em que a “revolução libertadora” de 1955 engendra novas pautas para os defensores do liberalismo e do cosmopolitismo, confrontados então com a dificuldade de recriar as fronteiras sociais postas em cheque pelo peronismo<sup>69</sup>.

Mesmo sendo este nosso foco, nos parece importante salientar que o momento de criação e consolidação da Sur, entre 1931 e 1935 não pode ser ignorado numa análise social e política da revista, pois constitui mesmo o momento de germinação e exposição inicial dos pressupostos defendidos por ela, como consta no número inicial, de 1931, em *Carta à Waldo Frank*. Para Paulo Renato da Silva, inclusive,

Apesar do tom ameno, a 'carta à Waldo Frank' pode ser considerada como o manifesto de Sur, pois nela se encontram princípios que seriam constantemente retomados, ainda que nem sempre tenham sido seguidos pelos seus colaboradores (SILVA, 2004, p. 41).

Assim, não desconsideraremos, nessa análise, a fase formativa da revista, embora o foco de nosso trabalho, como temos dito, seja um pouco posterior. Tal recorte é pensado para que as reações da elite letrada de Buenos Aires (agrupadas majoritariamente em torno de Sur) possam ser efetivamente dimensionadas e contextualizadas a partir de problemáticas

<sup>68</sup> No editorial comemorativo de 20 anos da fundação da revista, que veio à luz em 1951, Guillermo de Torre faz um balanço da contribuição da Editora Sur no que diz respeito à apresentação de textos inéditos em Espanhol. Dentre os títulos listados encontram-se, além de Drieu, Sartre, e Wolf, obras pioneiras de Malraux (*La condición Humana*), Joyce (*Exilados*) T. E. Lawrence (*Tipos Psicológicos*) e Jung (*Luz de Agosto*), além dos livros de autores já consagrados em língua espanhola, como Borges (*Ficciones* e *El Jardín de los Senderos que se Bifurcan*) e Ernesto Sábato (*el Tunel*). SUR. N.º 349. Julio-Diciembre, 1981.

<sup>69</sup> As problemáticas que se seguem à queda do governo peronista acompanham o aparecimento de novas tendências no debate intelectual do país, marcado por uma nova geração de autores que se concentram em revistas como a *Contorno*, surgida em 1953 como uma proposta de conciliação de duas publicações anteriores: *Centro* e *Ciento y una*. Para Paulo Renato da Silva, embora haja um trânsito de idéias e escritores, o rompimento de *Contorno* com Sur é evidente, na medida em que “Diferentemente da proposta cosmopolita e 'apolítica' de Victoria Ocampo e da Sur, a *Contorno* se preocupa e indagar o passado e a realidade do país através da literatura nacional” (2004, 9. 149).

específicas, tanto de ordem estética como de ordem política. Assim, compreender a dinâmica social que fomenta e perpassa a criação de Sur se impõe como objetivo imediato para que possamos refletir acerca do projeto que o grupo Sur propôs para a Argentina. Nesse sentido, lembramos a reflexão de Sigal e Veron (1986) quando alertam que

como todo comportamiento social, la acción política no es comprensible fuera del orden simbólico que la genera, y del universo imaginario que ella misma engendra dentro de un campo determinado de relaciones sociales (SIGAL E VERON, 1986,p. 13).

A Sur é publicada pela primeira vez em 1931 (quando aparecem 4 números, correspondentes às estações do ano). Até 1935, em números ainda irregulares, aparecem 5 volumes, sendo 2 em 1932 e 3 entre 1933 e 1934. A partir de 1935 a revista ganha periodicidade mensal, que mantém até 1953, quando passa a ser publicada a cada dois meses até 1970, data do último exemplar regular. De 1970 até 1991 Sur publicará números especiais e editoriais específicos, como por exemplo o de 1980, dedicado à sua fundadora Victoria Ocampo, falecida no ano anterior.

Partimos, dessa forma, do editorial inicial, onde Ocampo apresenta as intenções da revista e lança as primeiras bases de sua linha de publicações que, mais tarde, se transformaria numa estética e numa ética específicas, ponto de referência para outras publicações que surgiram sob a órbita de Sur. Concluímos nossa análise no editorial 257, de 1955, chamado *Por la Reconstrucción Nacional*, onde é empreendida uma dissecação do peronismo, em termos mais claros e diretos do que nos anos anteriores.

Para Gramuglio, existe uma dificuldade metodológica na análise de periódicos de grande porte como a Sur

dada a abundância e a variedade dos materiais a revisar, a instabilidade e a condição tênue e pouco apreensível dos grupos culturais e de suas fontes de sociabilidade, cujo registro fica em muitos casos sujeito à testemunhos retrospectivos, contraditórios ou inverificáveis (GRAMUGLIO, M. T., 2007).

Tal constatação pode ser reforçada na medida em que, durante as décadas que se seguiram ao peronismo, muitas das opiniões e posturas da revista foram reformuladas por seus principais protagonistas, nublando assim algumas ponderações importantes, principalmente no que diz respeito à análises feitas “no calor da hora”, que nos interessam sobremaneira<sup>70</sup>. Ainda nesse sentido, é possível lembrar a advertência de Sirinelli (in

<sup>70</sup> Ernesto Sabato, por exemplo, um dos grandes colaboradores da Revista, toma uma posição bastante distinta

REMOND, 1996) quando alerta que, ao se tentar historicizar posturas de intelectuais (mesmo que a partir de uma perspectiva que os considere inseridos em determinada conjuntura de disputas sociais e políticas) é preciso lidar com uma espécie de “jogo de espelhos deformantes”, posto que, de certa forma, o pesquisador é o objeto, e pode produzir representações conjunturais e, em certo sentido, convenientes, de si mesmo. Como salienta Bauman (2010), no mesmo sentido, as definições dos intelectuais são sempre autodefinições. Além disso, há problemas que surgem quando pensamos no cotejamento de itinerários (sempre permeados por vicissitudes que extrapolam a dinâmica concreta das obras), a questão da relevância das biografias e o papel dos intelectuais ditos “menores”. Sirinelli propõe, nesse sentido, uma “abordagem extensiva do feudo intelectual” (SIRINELLI, in REMOND, 1998, p. 243), mais capaz de abranger a dinâmica que perpassa obra, divulgação, circulação e aceitação de determinado conjunto de ideias.

É a partir, portanto, dessa abordagem extensiva, que pretendemos, nesse momento, pensar a Sur como espaço de projeção da tensão entre a elite letrada liberal e as categorias fundamentais do discurso e da práxis peronista. Para tanto, cabe considerar que ao listarmos e apresentarmos os nomes mais frequentes de Sur, buscamos algo mais que um sumário. Nota-se que grande parte do núcleo fixo dos colaboradores de Sur invocou, para sua legitimidade, a tradição de sua família e a vinculação de suas origens com a história argentina<sup>71</sup>. Essas tentativas de legitimação perpassam uma ampla disputa, dentro do campo intelectual argentino, referente à versão da história que deveria servir de base para o projeto de modernidade do país.

Para Pierre Rosanvallon, a análise histórica do político, quando permeada pela idéia de “sistemas representativos”, pode nos auxiliar a “fornecer uma descrição histórica da atividade intelectual decorrente da permanente interação entre a realidade e sua representação” (ROSANVALLON, 2010, p. 44) Assim, partimos da ideia de “sistemas representativos” capazes de considerar a cultura e política como fatores complexos para analisar as relações mantidas entre os intelectuais agrupados em Sur e suas posições dentro da sociedade como um todo, no intuito de localizarmos o surgimento de uma sociabilidade, de uma estética específica da revista, que foi capaz de atuar como catalizadora do antiperonismo em suas mais diversas tendências.

---

do conjunto de Sur no que se refere ao balanço do peronismo, feito em 1955 quando da queda do regime.

<sup>71</sup> Em Testimonios: el imperio insular, auto-biografia de Victoria Ocampo, é possível encontrar uma seleção de cartas de membros importantes da política argentinas dirigidas à familiares seus. Em uma das mais interessantes, o próprio Sarmiento se dirige à Victoria Ocampo (Vitola), avó de Ocampo. OCAMPO, V. Autobiografía II – El imperio insular. Ediciones Sur. Buenos Aires, 1980.

Apesar das ressalvas quanto à heterogeneidade de posições que sempre caracterizou a revista, é possível distinguir um “núcleo estável” de intelectuais em Sur. A maioria dos colaboradores da revista, em maior ou menor grau, integravam a rede pessoal de amigos de Victoria Ocampo, fundadora e mecenas da revista. Os contatos de Ocampo foram responsáveis pela concretização de um diálogo inédito entre publicações argentinas e europeias, fato que conferiu à Sur a reputação de forânea, imperialista e, mais especificamente durante o peronismo, de “vende-pátria”<sup>72</sup>.

Entre os principais colaboradores da revista, que publicam assiduamente durante o período que estamos enfocando, há nomes como Eduardo Mallea, escritor e médico, além de cronista e redator do jornal La Nación, de grande circulação. Mallea publicava, além de Sur, em revistas importantes da época, tanto nacionais como internacionais. Seu romance “La Angustia” foi publicado, inclusive, na Revista de Occidente, dirigida pelo espanhol José de Ortega y Gasset (em 1932). Todavia, é na Sur que Mallea se projeta como intelectual conhecido. Em 1937 a editora de Victoria Ocampo publica sua obra mais importante e paradigmática: *Historia de una pasión argentina*<sup>73</sup>

Tanto Mallea quanto Borges, outro colaborador frequente de Sur (também amigo pessoal de Ocampo) ressaltam, em diversos momentos, sua ascendência nobre. Mallea era descendente de Sarmiento, baluarte do liberalismo argentino. Jorge Luis Borges também relatou, diversas vezes, sua ligação familiar com grandes nomes da história argentina. Seu avô, inclusive, teria participado da batalha de Caseros (1852) responsável por livrar o país da tirania do caudilho Juan Manuel de Rosas. Além disso, Borges era neto de ingleses, fato do qual muito se orgulhava e que influenciou decisivamente sua obra, na medida em que as leituras feitas na biblioteca paterna eram, em sua maioria, inglesas.

A trajetória de Borges é bastante significativa, tendo participado dos movimentos modernistas e vanguardistas do início da década de 1920 (tanto na Argentina quanto em Genebra, onde passou grande parte da infância e juventude). Borges trouxe para Sur uma certa credibilidade internacional, sendo, juntamente com Ocampo, um dos nomes de proa da

---

<sup>72</sup> É possível analisar com mais pormenores o poder da rede de amizades pessoais de Ocampo na divulgação de Sur e dos autores argentinos na Europa a partir do compêndio de cartas trocadas entre Victoria Ocampo e Roger Caillois, onde se explicitam detalhes da negociação para publicações de autores argentinos no panorama editorial francês. As cartas foram reunidas e publicadas pela Ed. Stock sob o título de “Correspondance, 1939-1978”.

<sup>73</sup> Na interpretação de Oscar Terán, *Historia de una Pasión Argentina*, na esteira de outros ensaios como *Radiografía de la Pampa*, de Martínez Estrada, reinventa a dicotomia sarmentina ao pensar em termos de uma Argentina “visível” versus uma Argentina invisível. Para análise mais completa ver TERAN, O Ideas e intelectuales em la Argentina (1880-1980).

revista<sup>74</sup>. Será também, como veremos, um dos mais ferozes e competentes detratores do peronismo.

Outro nome importante do comitê interno da revista, Oliveiro Gironde, também tinha sólida carreira dentro do movimento vanguardista argentino, tendo sido protagonista, junto com Borges, das amplas discussões em torno da argentinidade e da identidade nacional projetadas pela revista *Martin Fierro*. Adolfo Bioy Casares, por sua vez, também possuía uma trajetória dentro dos debates sobre a identidade do país, mas a partir de uma perspectiva subjetivista. Assim como Borges, Casares partia de uma narrativa fantástica para desenhar universos linguísticos que, paradoxalmente, se propunham a desmistificar a realidade, como se vê em sua principal obra, *La Invención de Morel*. Casares também esteve entre os amigos pessoais de Ocampo durante os primeiros anos de *Sur*, como demonstram o grande número de cartas trocadas entre ambos no momento de germinação do projeto da revista, ainda no fim da década de 1920.

Ezequiel Martines Estrada, outro nome de peso dos debates literários argentinos na década de 1920, também colaborou diretamente com *Sur*. Estrada é o autor de *Radiografía de la Pampa*, uma análise das vicissitudes da história argentina a partir de um ponto de vista ensaístico. Estrada era de Santa Fé, província ao norte de Buenos Aires, e suas relações sociais e familiares são mais discretas do que a de seus colegas portenhos, muito embora na época em que se integrou à *Sur* já contasse com um prestígio significativo nos meios letrados da capital.

Dentre os latino-americanos que mais frequentemente associaram seu nome à *Sur* estão Alfonso Reyes, poeta, ensaísta e diplomata mexicano, um dos fundadores do Colégio do México e Pedro Henrique Ureña, nascido em Santo Domingo e radicado em Cuba. Ureña, além de escritor, foi também professor universitário na Universidade la Plata, na Argentina, onde veio a residir no fim da vida. Entre seus textos mais conhecidos, destacamos "El Nacimiento de Dionisios" (1916), "En la orilla: mi España" (1922), "La utopía de América" (1925), "Seis ensayos en busca de nuestra expresión" (1928), "La cultura y las letras coloniales en Santo Domingo" (1936), "Corrientes Literarias en la América Hispana" (publicado en español después de su muerte, en 1949 - previa edición en inglés de 1945),

<sup>74</sup> Em número especial publicado em 1980, em homenagem à Victoria Ocampo, falecida no ano anterior, Borges descreve sua participação em *Sur* e sua relação com Ocampo: "Victoria Ocampo fundó la Revista *Sur* y me llamó, para mi gran sorpresa, a ser uno de los socios fundadores. Em aquel tiempo yo no existía, la gente no me veía a mí como Jorge Luis Borges, me veía como hijo de Leonor Acevedo, como hijo del Dr. Borges, como nieto del Coronel etc. Pero ella me vio a mí, ella me distinguió cuando casi no era nadie, cuando yo empezaba a ser el que soy si es que soy alguien todavía, porque a veces tendo mis dudas, a veces creo que soy una superstición de ustedes y ustedes me han inventado, sobre todo Francia me há inventado" BORGES em *SUR*, Homenaje a Victoria Ocampo, n° 346, enero-junio, 1980.

grande parte deles publicados ou resenhados em Sur.

O balanço editorial de Sur, redigido por Ocampo e publicado em 1981, trás ainda outros nomes que foram fundamentais para o desenvolvimento e projeção da revista. Da extensa lista de colaboradores latino-americanos, citamos apenas os mais frequentes: Aguirre, Cecília Meirelles, Cortazar, Dardo Cúneo, Erro, Oliver, Alfonso Reyes, Romero e Macedônio Fernandes.

Além dos membros latino-americanos, Sur contava também com uma representação extracontinental de grande porte. Esses autores foram responsáveis pela projeção de Sur no cenário internacional. Muitos deles passaram temporadas inteiras em Buenos Aires, aos cuidados de Victoria Ocampo, o que acabou por facilitar a criação de um circuito de palestras, leituras públicas e debates bastante efervescentes, que dinamizava a atuação de Sur e potencializava sua influência nos meios letrados.

Apesar da grande amizade existente entre Victoria Ocampo e os membros latino-americanos de Sur, os parceiros de fora do continente, responsáveis pelo comitê europeu e norte-americano da revista, apareciam como verdadeiros avais da credibilidade da revista. Podemos destacar, nesse sentido, a figura do norte-americano Waldo Frank, escritor e crítico literário de grande prestígio em seu país. A idéia de Sur, como nos conta Ocampo na *Carta à Waldo Frank* que consta no primeiro número da revista, partiu de Frank, a partir de uma série de conversas com Victoria. Como grande incentivador do projeto, Frank é um dos nomes que mais de perto acompanhou o desenvolvimento e amadurecimento dos posicionamentos de Sur, como é possível constatar a partir da grande quantidade de textos que o toma como interlocutor principal. Frank esteve diversas vezes na Argentina a convite de Ocampo, tendo sido, inclusive, preso e torturado pelo governo, em 1942, num incidente que se tornou emblemático e foi sumamente explorado pelos intelectuais do grupo, que denunciavam a tendência pró-fascista que germinava nas instituições do país.

Outro nome importante é Drieu de la Rochelle, polêmico escritor francês nascido em 1893. Portador de uma concepção idealista do predomínio europeu, Drieu se envolveu em polêmicas com nomes como Jean Paul Sartre, ao defender algumas posturas nazistas e ser acusado de colaborar com o Vicky. Ele via um imperativo moral de união para a Europa como única forma de resistir aos imperialismos anunciados por Estados Unidos e URSS. Drieu é autor de vários dos mais polêmicos artigos publicados na revista e, embora Ocampo discorde de alguns pontos fundamentais de sua visão, como a sua controversa aproximação com o regime do Vicky, a amizade entre ambos perdura até a morte de Drieu, em 1945.

Finalmente, para não partimos para uma exaustiva exposição de itinerários individuais,

destacamos a figura do espanhol José de Ortega y Gasset, que exerceu enorme influência nos meios letrados argentinos desde a década de 1910, quando já realizava excursões pelo país a convite de Ocampo. Ortega atuou como escritor, filósofo e jornalista, tendo se graduado em filosofia pela Universidade Central de Madri. Todavia, sua teoria do circunstancialismo histórico, que tanta repercussão teve na Argentina, forjou-se a partir de sua experiência na Universidade de Marburgo, na Alemanha, quando teve a oportunidade de participar do circuito composto por nomes como Max Weber, Heidegger e Georg Lukács.

O pensamento do espanhol está comentado e detalhado em diversos momentos em Sur, e pode ser associados às diversas posturas da revista de forma geral. Todavia, apenas como ilustração, destacamos que foi Ortega quem forneceu o nome à revista, sendo um de seus principais incentivadores, muito embora não tenham sido poucas suas divergências com Ocampo. Os moldes em que Sur foi pensada - uma revista atrelada à uma editora, focada principalmente na tradução e divulgação de obras estrangeiras- é inspirado, como salienta Victoria em diversas cartas, no modelo da revista fundada por Ortega na Espanha, a Revista de Occidente<sup>75</sup>.

A partir dessas filiações, e considerando que a plataforma de Sur era bastante heterogênea, podemos analisar as publicações da revista tendo em conta que esteve em sincronia com os principais debates de seu tempo. A questão da neutralidade na Segunda Guerra e o pacifismo, as tensões oriundas da ascensão do nazi-fascismo, os efeitos do subdesenvolvimento na cultura, o papel da mulher, a perda de protagonismo da arte “pura” e a própria posição abjeta em que se encontravam os intelectuais diante da indústria cultural são temáticas freqüentes na revista, e constituem um caminho para compreendermos de que forma a crítica direcionada ao peronismo pode ser compreendida em seus aspectos mais amplos como uma crítica à própria idéia de perda dos *standarts* tradicionais, da dissolução dos critérios da arte pura e do predomínio de uma perspectiva coletivista, encampada pelo peronismo a partir de meados da década de 1940.

Ao analisarmos as publicações de Sur, especialmente a partir de 1945, é possível perceber a dinamização dos referenciais teóricos que influenciaram a revista, funcionalizados para a explicação da realidade argentina. Em chave orteguiana, o projeto do grupo se orientava para, a partir de circunstâncias específicas (no caso, uma Argentina bárbara, a periferia do mundo das letras ocidentais), expressar a defesa de uma espécie de aristocracia de

---

<sup>75</sup> Além desses nomes, mais frequentes em Sur, é possível destacar ainda a publicação de obras de Brecht, Thomas Mann, Keysserling, Garcia Lorca, Miguel de Unamuno, Aragon, Gide, Beavour, Breton, Le Corbusieu, Paul Valéry, Orwell, Eliot e Leo Ferrero.

espírito que, ainda na linha de Ortega, seria a responsável pela direção moral e intelectual de que o mundo precisava no conturbado período do entre guerras.

Victoria Ocampo relata no primeiro número de *Sur*, publicado em 1931, que a inspiração ou, diríamos, a conclamação para a criação da revista partiu de uma conversa com o latino-americanista Waldo Frank. No texto de abertura, Ocampo dá a nota do teor do americanismo que posteriormente será uma das características de *Sur*: sua frase pragmática “Volver la espada a Europa? Siente el ridículo infinito de esa frase?” (OCAMPO, *Sur*, 1931) indica o papel que o comitê estrangeiro assume na perspectiva de Ocampo: um papel de intérprete que auxiliará a América a compreender a si mesma. Este lugar privilegiado e, de certa forma, referencial, que Ocampo confere às visões estrangeiras pode ser notado também na frequência de interpretações forâneas a respeito da América Latina, e nos altos níveis de repercussão que esses textos logram nos meios intelectuais argentinos.

Além da carta de abertura, o primeiro número conta com artigos do próprio Waldo Frank, além de Drieu de la Rochelle, Alfonso Reyes, Jules Supervielle, Eugenio D’Ors, Ricardo Guiraldes, Ernest Ansermet, Jorge Luis Borges e Walter Groupius.

O texto de Alfonso Reyes, denominado *Un Paso de America*, segue na mesma linha proposta pelos autores internacionais, destacando a existência da América Latina como um fato patético, exótico, iniciando assim uma polêmica que foi uma das primeiras a despertar, na opinião pública, um sentimento de rejeição e, algumas vezes, como no caso conhecido de José Arregui, uma verdadeira indignação em relação ao grupo *Sur*.<sup>76</sup>

É importante pensarmos que o momento de projeção de *Sur*, no início da década de 1930, coincide com o momento de amadurecimento da perspectiva do revisionismo histórico, a partir da publicação, em 1934, de “La Argentina y el Imperialismo” dos irmãos Julio e Rodolfo Irazusta. No caminho diametricamente oposto dessa tendência, *Sur* se propunha a representar a defesa do *standart* literário num contexto em que grande parte da intelectualidade argentina, alinhada ao revisionismo, diagnosticava uma crise terminal nas instituições do país, especialmente em sua elite, que teria se afastado demasiadamente das raízes nacionais, tornando-se um corpo estranho e nocivo para a cultura argentina<sup>77</sup>. Em 1933

<sup>76</sup> A edição de outubro de 1931, por exemplo, conta com um artigo do Conde de Keyserling intitulado *Perspectivas Sudamericanas*, onde a visão fetichizada do exotismo latino-americano e a visão simplista do continente estão presentes de forma sistemática.

<sup>77</sup> Para Terán, os primeiros revisionistas atacam frontalmente a posição de *Sur*, na medida em que “describen un sector social que há recorrido el camino de la decadencia desde la aristocracia hasta la oligarquía, cambiando el gobierno de los mejores, según los criterios de un republicanismo aristocrático, por el gobierno de unos pocos que identifican los intereses de la nación con su propio grupo” (TERAN, 2004, 54).



com a assinatura do tratado Roca Runciman<sup>78</sup>, as tensões tornam-se ainda mais agudas, contribuindo, por um lado, para a ebulição do mercado editorial, que atravessava a chamada “década infame” com muito vigor, dados os debates acalorados em torno dos distintos projetos para o país e, por outro lado, polarizando ainda mais as posições no campo intelectual, criando fronteiras ideológicas que perdurarão pelas décadas seguintes<sup>79</sup>. Para Terán, nesse sentido, “quedaba así instalada una tipología de elites: una la de los letrados y otra conformada por hombres dotados de un saber practico y capaces de implantar una correcta relación entre pueblo y clase dirigente” (TERÁN, 2004, p. 55).

Ainda em 1931, na edição de Outono, destacamos uma crítica de Francisco Romero à obra de do filósofo espanhol José Ortega y Gasset *A Rebelião das Massas*. Romero aproxima o conteúdo da obra à realidade americana e argentina, especificamente, trazendo a problemática do industrialismo e do homem médio ao contexto latino-americano e argentino. Romero propõe que a aristocracia, os homens seletos, começassem a pensar e a formular um novo individualismo diante da inevitável ascensão das massas ao palco político. A criação desse novo individualismo, de conotação existencialista, é uma das tarefas mais pontualmente encampadas por Sur no início de suas publicações, e que depois se desenvolverá e se desdobrará em torno do projeto que esses intelectuais opuseram à sociedade de massas.

Para Romero

(...) el fenómeno general que el analiza, la irrupción del hombre medio en las altas zonas sociales, en su opinión el suceso más importante de la actual vida publica europea, es tambien, segun el, 'el hecho nativo, constitucional, de America" (ROMERO, SUR, 1931, p. 193).

A leitura do argentino, contudo, se encaminha no sentido de conclamar a elite letrada do país a repensar sua postura diante da inevitável incorporação dos setores populares à vida nacional. A advertência que coloca, no fim de sua crítica, é emblemática nesse sentido: “El hombre común probablemente no reacciona violenta e irrespectuosamente contra el hombre de minoria en cuanto ejemplar humano selecto, sino en cuanto privilegiado” (ROMERO, SUR, 1931, p. 199).

<sup>78</sup> O tratado assegurava, diante das imposições sanitárias e alfandegárias inglesas, uma cota de exportação aos invernadores – parcela favorecida dos criadores de gado – que, se não era alta, era ao menos estável, prejudicando imensamente os criadores que não detinham tecnologia frigorífica. O tratado assegurava privilégios e monopólios importantes para a Inglaterra, como por exemplo o referente ao transporte da carne.

<sup>79</sup> As tendências de esquerda, majoritariamente a socialista, representada por nomes como Aníbal Ponce, José Portogalo e Leonidas Berlettareconectavam-se ao progressismo argentino, tendo pouco espaço, relativamente à disputa entre nacionalistas e liberais, no debate público. Como lembramos, trata-se de uma década de fraudes eleitorais e ditaduras, momento turbulento para as tendências mais radicais.

Assim, percebemos que a visão de Romero pressupõe um processo de mão-dupla: se por um lado o homem-massa, substrato dos regimes coletivistas, impõe-se de forma violenta, grande parte das tensões são geradas, em sua análise, pelo fracasso político das minorias, precisamente dada a associação imediata entre “mando” e “gozo”. Finalmente, Romero aponta o caminho que será, posteriormente, enriquecido em Sur com a inserção do existencialismo sartreano: para Romero, urgia “infundir en el individuo el sentimiento social suficiente para que desemboque en el liberalismo sin peligro” (SUR, 1931, p. 203), ou seja, a conjuntura da década de 1930 exigia um esforço inédito das minorias, no sentido de adaptar-se, conservando-se, às novas configurações sociais, políticas e econômicas.

A crítica de Romero, ainda, aponta para uma reflexão importante para compreendermos a posição de Sur em relação aos debates sobre a sociedade de massas e a atomização do indivíduo. Sur conclama o “nosotros” a criar e fomentar a defesa do estandart literário na Argentina. Nas palavras de Ocampo “Sur há trabajado, durante veinte años, de crear la élite futura” (SUR, 1981, p. 6). Durante todo o período de publicação de Sur, muito embora as temáticas sejam sempre mutantes, há a constante defesa de um paradigma que separa Sur da maior parte das publicações de então: trata-se de uma postura estética que, inserida no contexto em questão, relaciona-se diretamente com a encruzilhada política que os intelectuais diagnosticam na emergência do peronismo. Para Victoria:

Se sabe que el escritor no escribe para el proletariado, ni para la oligarquía, ni para la burguesía. Si el proletariado, la oligarquía y la burguesía lo leen, tanto mejor. El escritor escribe. El pintor pinta. Y todo depende de que lo haga bien o mal. Una aristocracia (no la de la sangre o del dinero) no comprenderá. (OCAMPO, SUR, 1981, p. 40).

A defesa do standart literário que Sur propõe durante toda sua trajetória, passa por uma tomada de posição também em relação ao estatuto da literatura e das artes nacionais. Sur pretende, nas palavras de Ocampo, atuar como uma ponte entre a cultura local e a cultura ocidental, verdadeiro legado da Europa para a América. Drieu de La Rochelle declara, nesse sentido, ainda no primeiro número de Sur, que “no es necesario decir: cantaré el amor argentino; es necesario decir: cantaré el amor. Y sólo más tarde se advertirá que vuestro canto de amor sonaba con un sonido que no se oye más que em Argentina” (LA ROCHELLE, SUR, 1931, p. 61). E completa rogando para que seus interlocutores austrais não digam demasiado rápido: isso é argentino, isso não é: “somos los extranjeros que diremos: esto es argentino, esto viene de este Sur” (LA ROCHELLE, SUR, 1931, p. 62).

Há também textos de Ocampo, em diálogo com Ortega y Gasset, onde se lê que

La raza de los asnos se recluta, claro está, en todas las clases sociales. Ninguna está exenta de ella. La diferencia que existe entre el asno que quiere llegar a ser caballo en las clases llamadas privilegiadas y su hermano de las clases pobres es que el primero es más odioso que el segundo, y este último más apto para las coces (OCAMPO, SUR, 1931, p. 43).

É possível notar que grande parte dos textos publicados nesses números iniciais prima por uma perspectiva de diálogo entre os pares: o grande número de textos em formato de “cartas”, dirigidas a autores argentinos ou estrangeiros, entrevê a tentativa de criação de uma sociabilidade consistente em torno da revista. Assim, é possível perceber que a Sur constrói sua identidade, ética e estética, a partir da valorização da cultura erudita e do internacionalismo, projetando-se dessa forma contra a tendência revisionista, de cunho católico e nacionalista, que também se fortalecia naquele momento, a partir da obra dos irmãos Julio e Rodolfo Irazusta. A partir dessa polarização, Sur define seu público, que será restrito conquanto constante, como o demonstram a estabilidade das tiragens da revista, mesmo durante o período peronista, quando a imprensa sofre severas restrições.

Insistimos na análise dos primeiros números porque, embora eles não estejam diretamente incluídos no escopo da pesquisa, consideramos que grande parte das postulações que, durante o período peronista, serão a plataforma ideológica de Sur (o individualismo, o valor do mérito, a glória autoral, o existencialismo e o pacifismo) estão já tipificadas nesses números inaugurais. Nesse sentido, concordamos com Gramuglio (2007) quando pontua que, no caso de Sur, a revista fez o grupo e não o contrário.

Embora Sur tenha sido concebida a partir de uma iniciativa editorial consistente, é somente a partir de 1935 que a revista ganhará projeção efetiva nos debates públicos, políticos e culturais e se tornará uma das principais interlocutoras do campo intelectual da Argentina. Notamos, através da análise comparada dos números anteriores à 1935 e dos exemplares posteriores à esta data que o conteúdo de Sur torna-se, paulatinamente, mais intimista, mais focado nas questões internas do indivíduo e na busca pelas possibilidades expressivas da arte e do espírito latino-americano. A proposta de Sur, diante do endurecimento do militarismo e da “década infame” - como é chamada, na Argentina, a década de 1930 - é resgatar a liberdade no interior do indivíduo diante da impossibilidade de obtê-la nas esferas sociais. O homem que Sur propõe em suas publicações a partir de 1935, notadamente, é calcado numa consciência cosmopolita e ocidental, na medida em que a Argentina passa por um processo, com a instauração, em 1930, da ditadura uriburista, de paulatina guinada para as tendências que Sur considerava autoritárias e de cunho fascista, inspiradas pelos movimentos totalitários

então emergentes na Europa.

No editorial de maio de 1940, após uma longa série de exemplares voltados para questões estéticas e formais da arte, Waldo Frank busca justificar a posição esteta de Sur alegando que “el fascismo, sienten oscuramente, es el instrumento de esta amarga justicia, uma espécie de fuerza necrófila derivada de la debilidad y podridumbre de las democracias”(FRANK, SUR, 1940, p. 10)e que, diante da impossibilidade do indivíduo agir socialmente, tolhido pelas ditaduras estatais, o caminho que resta para a liberdade, a franquia para se ser o que se é, reside precisamente na tentativa estética. Assim, Frank, juntamente com os editoriais de Ocampo e Eduardo Mallea que compõe a maioria dos textos de abertura de Sur entre 1935 e 1940, expõe não somente uma preocupação com o crescimento e a penetração do totalitarismo em terras argentinas, mas também um anti-projeto sociológico que confere um papel fundamental aos homens de cultura no sentido de frear a aliança entre os regimes totalitaristas e o totalitarismo intrínseco que percebem nas multidões impulsionadas pelas novas demandas sociais de integração.

Assim, a prerrogativa esteta e individualista de Sur, ao mesmo tempo em que pode ser compreendida como uma resposta ao avanço da nova direita argentina, encabeçada pelos setores militaristas da sociedade e por intelectuais como Ernesto Palacio e Leopoldo Lugones, é também uma proposta sistematizada de ação para a elite letrada do país, numa espécie de conclamação ao dever dos intelectuais e homens de cultura a cumprir sua função de esclarecimento. Formam coro, portanto, com a proposta de Ortega de que o intelectual ilumina, enquanto o político confunde. Dessa forma, notamos que, diante da obsolescência crescente que os regimes de massa europeus vinham imputando aos intelectuais – substituindo seu monopólio da palavra pela força poderosa da opinião pública – Sur pretende garantir um lugar para a cultura de elite no bojo dos processos de modernização de meados do século, processo esse que começa a fazer sentir seus efeitos na argentina durante as décadas de 1930-1940.

Dessa forma, compreendemos, através da análise da atuação e das propostas de Sur até 1940, que existe, em germen, um projeto sociológico e político por parte desses intelectuais que é, ao mesmo tempo, uma defesa de suas próprias posições e um manifesto pela autonomia do indivíduo diante dos apelos populares que nortearam os totalitarismos europeus. Na Argentina, de fato, essa preocupação de Sur está justificada, na medida em que a falência das instituições da democracia liberal aparece cada vez mais expressa no número crescente de conflitos entre operários e classe média nas cidades, nas crescentes movimentações influenciadas pelos anarquistas italianos e, notadamente, na ocupação dos espaços públicos de

Buenos Aires pela massa de imigrantes que chega à capital em busca de oportunidades, claramente insuficientes<sup>80</sup>.

O período subsequente, de 1940 a 1945, é um momento de apreensão para Sur. Nesse contexto, a revista se volta ainda mais para as questões estéticas, publicando diversos números especiais dedicados a Paul Valéry, Jean Paul Sartre, Virginia Wolf etc. Análises a respeito da literatura estadunidense e das novas tendências da pintura e do cinema na América Latina, como por exemplo o artigo de Francisco Ayala “*Nueva indagación de las condiciones del arte cinematográfico*”, publicado na edição de setembro de 1944, indicam o teor da maior parte do repertório da revista durante esse período. Esse foi um dos pontos que mais aguçou os críticos da postura esteta de Sur, na medida em que, no momento em que a Argentina passava pelo que foi, talvez, o processo político mais importante de sua história – a mobilização em torno da ascensão de Perón – Sur pretende deslocar a pauta intelectual para questões que, na época, apareciam claramente em segundo plano no debate público, realizando uma sumária triagem de público.

No número 121, ainda em 1944, num texto de Ernesto Sabato intitulado “Sobre el sentido comun”, lemos que “el hombre medio se jacta de certo género de astúcia que consiste en descreer de lo fantástico” (SABATO, SUR, 1944, p. 64). O alerta de Sabato indica a preocupação constante dos textos da revista em questionar a idéia de “razão” que, diante do crescimento do apoio popular ao coronel Perón, parecia perder seu caráter de emancipação, convertendo-se em propaganda política nacionalista e excluindo de sua órbita as posturas metafísicas e eruditas que se expressavam através de Sur.

Tal postura de Sur é muito discutida pelos intérpretes da revista, e remete ainda à uma discussão pontuada por Pierre Bourdieu quando este alerta para que “*as aspirações subjetivas tendem a ajustar-se às oportunidades objetivas*” (BOURDIEU, 1974, p. 160), ou seja, a posição esteta de Sur pode também ser interpretada como uma proposta de luta pelo poder e uma posição bastante firme politicamente no sentido de garantir a livre iniciativa intelectual e a permanência das instâncias de consagração em que surgiu e na qual Sur sem dúvida ocupava uma posição de protagonismo.

Outros dois aspectos que começam a aparecer em Sur no início da década de 1940 e que durante o período peronista vão figurar frequentemente nos editoriais e ensaios da revista são o pacifismo e o existencialismo. Tanto um quanto outro conceito são circunstancializados para responder à problemática Argentina, especialmente a partir de 1943 quando se

---

<sup>80</sup> Para uma análise mais aprofundada ver SABATO, J. La clase dominante em la Argentina moderna: formación y características. Buenos Aires: Ed. Imago Mundi, 1991.

fortalecem, nos setores militares e nacionalistas de direita, uma tendência de aproximação aos regimes totalitários europeus.

Quanto ao primeiro aspecto, está conectado com a posição que Sur toma em relação às pressões para o engajamento argentino na segunda Guerra Mundial. Esse pacifismo, inspirado em Gandhi e transportado para as novas propostas do individualismo humanista de Sur, é também bastante criticado pelos setores peronistas e de esquerda. Em julho de 1945, diante da efervescência popular em torno das mobilizações a favor de Perón, Victoria Ocampo, no editorial, relembra que, já em 1937, Sur está contra a guerra e a favor do que considera a mais forte tradição de seu país: a democracia. Diz ela que

defendíamos entonces lo que seguimos defendiendo hoy. Defendíamos lo que ya corria peligro y levantábamos nuestra voz contra una política que paraliza la inteligencia y a la vez destruye los principios de la moral evangelica (esa política, cuando no aniquila la enseñanza de Cristo traiciona su espíritu reemplazándolo por el de la inquisición (OCAMPO, SUR, 1937, p. 4).

Ocampo conclui dizendo que a tarefa de *“higiene moral”* contra o totalitarismo, cabe à *“nosotros”*.

Quanto às publicações de caráter existencialista, causou espanto em certos setores da elite letrada argentina – e até mesmo hoje, em certos intérpretes – que Sur publicasse, frequentemente, textos de Jean Paul Sartre, abertamente inspirado pelas idéias marxistas. Todavia, consideramos que os artigos de Sartre estão, dentro da cosmovisão de Sur, integrados também à um projeto de construção de uma nova ideia de atividade individual, através da formulação de um novo humanismo. Em maio de 1949, por exemplo, José Ferrater Mora publica um artigo intitulado *Sobre la Noción de Exisencia*, onde procura tornar conhecido do público argentino as últimas discussões europeias a respeito da obra de Sartre. Nesse mesmo sentido, um texto conhecido do pensador francês, publicado na edição de jan/fev/março de 1947, chamado *“El existencialismo es un humanismo”* procura também combater as críticas contra o individualismo que muitos adversários de Sartre imputaram à sua perspectiva. A perspectiva de Sartre de que a existência precede a essência e de que o homem é definido, objetivamente, por suas ações, está assim intimamente conectada com a proposta de Sur de criação de um novo homem e, principalmente, da defesa de uma nova função para o intelectual na modernidade, baseada no livre-arbítrio intelectual e na responsabilidade moral que adviria da posição de homem de letras.

Na medida em que Sartre formula também uma crítica específica ao materialismo, considerando que este trata o homem como objeto e não como essência, Sur ganha um

respaldo considerável em sua proposta estética e espiritualista, além de reafirmar sua posição de que a batalha pelas idéias “é um projeto que vive subjetivamente” (SARTRE, SUR, 1947, p. 251). Nas palavras de Sartre, publicada em Sur “(...) *hay una universalidad del hombre; pero no esta dada, es perpetuamente construida*” (1947, p. 266). O existencialismo de Sur possibilita fortalecer a noção de responsabilidade das elites diante do deslocamento das instâncias de legitimação cultural sem, contudo, ter de partir para uma militância necessariamente partidária. Como salienta Gaetán Picón em 1947 “*nuestra ocasión no es la de un racionalismo referenciado: es la del nuevo humanismo*” (SUR, n. 147-149, 1947, p. 202).

A segunda metade da década de 1940, contudo, a partir do golpe de 1943 e da posterior eleição de Perón, forçará a revista a se posicionar de forma mais clara, na medida em que a tendência nacionalista da cultura é paulatinamente sistematizada para servir à necessidade de *argentinización* dos novos grupos sociais surgidos no processo de modernização do país e, especialmente, da nova classe de trabalhadores urbanos que formavam a base do novo regime.

Fernando Devoto destaca essa necessidade de criação de um “grupo de referência” para aquela sociedade, especialmente diante do vulto da imigração (DEVOTO in AGGIO e LAHUERTA, 2003, p. 171). Para Slatta, essa operação consistiu em transformar o estilo de vida dos gaúchos e sua história em caracteres “amenos, estranhos, pitorescos, aptos para o consumo popular” (SLATTA, 1975, p. 321). Com esse procedimento, cria-se uma relação de continuidade ou ainda de concomitância entre o antigo peão de estância e o *cabecita-negra*, amalgamados pela simbologia peronista. É esse o contexto, portanto, do apelo dos órgãos oficiais ao engajamento dos intelectuais, projetando a arte e a literatura como ferramentas da cultura e, em última instância, de controle cultural.

Muito embora a concepção proposta por Perón, que encampava uma teoria da práxis cristalizada em uma doutrina em torno dos lemas do movimento peronista, fosse sumamente orientada para os aspectos práticos, a formação de quadros e, de forma mais profunda, de uma cultura política favorável ao regime, que conferisse coerência às orientações sociais e políticas instauradas a partir de 1943, não deixou de ser objeto de preocupação do governo. Tal postura é visível tanto no que diz respeito à intervenção em universidades como a UBA e a Universidade de Córdoba, quanto no que se refere à criação de cursos específicos, ministrados por professores simpatizantes ao regime<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Como nos lembra Terán “otro tipo de acción autoritária em este terreno puede verse em la expulsión de los miembros de la Academia de Letras por no haber avalado la candidatura al Premio Nobel de Literatura de la

Em 1953, por exemplo, o “Curso de Formación y Cultura Argentina”, publicado pelo Ministério da Educação, balizava as perspectivas teóricas da recém criada Universidade Eva Perón, morta no ano anterior. Esse órgão, criado com a finalidade de se opôr à instituições que permaneciam na oposição como o Colégio Livre de Estudos Superiores e a também as revistas como Sur, apontava que a oposição, deslocada de suas cátedras e de seus palanques

anda agazapado por sus corredores y por las calles, y aprovecha cuanto puede para interrumpir este acorde nacional con una disonancia foránea; pero muere allí, avergonzado de su propio delito, pues el delito más grave para un ciudadano es traicionar a su patria” (ARGENTINA, MINISTERIO DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA, Dr. Fco Angelada, reitor, 1953, p. 19)

A associação que o peronismo realizava de forma bastante imediata entre oposição e detratores, entre liberais e “vende-patria” deu o tom das principais críticas formuladas à Sur. Para Guillermo de Torre tratava-se de um

momento tremendamente ambiguo, que quizá no pase de ser una pausa interbética, antesala dela vida espiritual, y lugo particularmente a la vida de organizaciones y revistas como esta, que en obligación consustancial de ser fieles a si mismas, se obstinan en perdurar sin desnaturalizarse, luchando con hostilidades e indiferencias (SUR, n 329, 1981, p. 20).

Para Victoria Ocampo, em texto publicado no balanço do cinquentenário da revista, em 1981, as críticas à Sur diziam respeito principalmente ao descompasso entre a proposta da revista – vernácula e erudita – e o “clima” intelectual de um país como a Argentina nos anos iniciais do peronismo. Às acusações de que a Sur se omitia em questões decisivas, inclusive no âmbito da política cultural peronista (não houve nenhuma menção, por exemplo, à prisão de Lugones nas páginas da revista) Ocampo respondia que “con el arte no se juega, aunque se le considere como un juego de hombre: es bueno o malo. Es o no es. Esto se sabe en Sur”. (OCAMPO, SUR, 1981, p. 39).

A batalha de Sur está presente em grande parte dos textos publicados no momento de maior legitimidade de Perón, os anos entre 1945 e 1950. Em janeiro de 1945, sob os influxos da comoção popular em torno da eleição de Perón, Julien Benda publica “*Un nuevo ídolo: el dinamismo*”, uma crítica pontual às extravagâncias políticas da multidão que se unia na praça de Mayo para exigir a liberdade de Perón. Em 1946, Arthur Koestler, em seu texto “*La intelligentsia*”, retoma também a discussão a respeito do destino dos intelectuais diante da

---

esposa del presidente por su libro “La Razón de mi Vida”, así como la circunstancia de que la cesantía pendía constantemente sobre maestros y profesores que no brindaran demostraciones de fidelidad o al menos de obediencia a los mandatos gubernamentales” (2004, p. 65).



modernidade e da perda da posição privilegiada dos “pensantes”. O sentido do esteticismo de Sur é, portanto, a pedra de toque de seu projeto a que pretende contrapor à “hiperdemocracia” peronista.

Em março de 1947, Gaetan Picon publica um texto de confronto do que classifica de *irracionalismo moderno*, situando o contexto argentino da década de 1940 como “una sociedad implacablemente rigorista que se abstiene de todo capricho, de toda contingencia, de todo gesto desinteresado, una sociedad cada vez mas sometida a la violencia del estado(...)”(SUR, 1947, p. 49). A proposta de Picon é a construção de um novo humanismo, ou, um “humanismo mítico”, que germinava nas páginas de Sur desde 1931 e que, diante das pressões peronistas, ganhava a forma de um projeto.

Em maio de 1948, ainda a título de exemplo, Sebastian Soller publica *La Tragedia del Individuo*, um dos poucos ataques frontais ao peronismo. Analisando o individualismo preponderante na modernidade, que age como força centrífuga e acaba afastando as pessoas de sua vinculação social, Soller pontua as bases de uma nova relação dos homens com a sociedade. Em 1948, por sua vez, Roger Caillois pontua que na poesia moderna “desaparecen casi por completo las articulaciones del discurso, se destierra a menudo la puntuación, la sintaxis, se reduce a mera yuxtaposición” (CAILLOIS, SUR, 1948, p. 87), relacionando assim a degradação das instâncias de consagração artísticas à própria degradação dos intérpretes da arte: os indivíduos e os grupos sociais.

A partir de 1949 é criada uma seção no final de cada número intitulada “Actualidades”, destinada a pequenas notas a respeito da sociedade argentina e dos acontecimentos recentes na política e na economia. Em uma das notas mais diretamente opostas às propostas do governo, Mureña afirma, na edição de maio, que

como pueblo joven y sin personalidad cultural, debemos aceptar la desdicha de los planes de estudios enciclopedicos y frondosos, pues, ya que no podemos introducir a los jóvenes en un cuerpo cultural propio, tal enseñanza es la unica que puede dar una cierta orientación y al mismo tiempo permitir a las instituciones originales de nuestro mundo y nuestra realidad, bases de cualquier posible cultura nacional legítima (MURENA, SUR, 1949, p. 140).

Podemos perceber que, conforme o governo peronista vai paulatinamente perdendo suas bases fundamentais de apoio -, a partir de situações como a morte do símbolo Evita Perón, vão paulatinamente se debilitando a relação do governo com setores importantes da sociedade como os militares e a Igreja, - os escritos de Sur tornam-se paulatinamente mais programáticos e combatentes. Defesas teóricas da democracia e do republicanismo, apologias

ao homem estético, entre outros pontos importantes, dão a tom dos números de Sur que vão de 1950 até 1954, último ano do regime peronista.

Em maio de 1950, por exemplo, o ativo Julien Benda publica “*La democracia debe aprender a conocerse*”, um balanço da atitude dos democratas em relação às ameaçadas dos regimes ditatoriais. Na edição de setembro/outubro desse mesmo ano, um texto de Paul Valéry intitulado “*La libertad del espíritu*” vem de encontro às reflexões de Benda, defendendo a necessidade de valorações espirituais que possam sobreviver aos desmandos políticos e aos eventuais abusos do Estado.

Entre 1953 e 1955, nesse sentido, Sur começa a radicalizar a crítica ao governo, publicando editoriais de protesto e fábulas irônicas a respeito das multidões e do poder nefasto de Perón. Em 1955, com o esgotamento das alianças políticas peronistas e o posterior golpe de Estado, Sur publica o editorial “Reconstrucción Nacional”, uma proposta para a nova sociedade “libertada” construir um novo conjunto de referenciais culturais e políticos, capazes de superar o constrangimento das massas peronistas<sup>82</sup>.

*La Inestabilidad de la Historia* é o título do texto de Arnold Toynbee, publicado logo após a queda de Perón. Nesse texto, Tonybee pontua que o hipnotizador nunca está hipnotizado, e por isso as tiranias não podem ser completas ou duradouras. Para ele, existe uma profunda inconsistências nos totalitarismos: eles apartam a humanidade de sua história, o que a torna frágil e inviável.

Os intelectuais opositores do regime peronista, notadamente os que se associaram ou se aproximaram em alguma medida de Sur, associaram Perón à uma espécie de interlúdio da cultura republicana e liberal argentina, sem ponderar claramente a respeito das demandas efetivas do país, que se encontrava num processo de modernização econômica, política e social. Como pontuam Silva e Novaes, Sur não pôde dimensionar o impacto do peronismo nas relações sociais de base. Para Novaes, ainda, “(...) *a falta de compreensão do que estava na base do êxito peronista demonstrava a dificuldade do grupo (Sur) em entender a interferência mais contundente da realidade social na prática cultural*” (NOVAES, 2006, p. 93).

Apesar da dificuldade em compreender alguns aspectos do peronismo, e da incoerência de algumas posições tomadas pelo grupo, Sur marcou profundamente a cultura política argentina daquele período. A crítica ao peronismo encampada pela revista formulou-se, em muitos pontos, a partir de uma crítica mais ampla, direcionada ao próprio processo da modernidade. Assim, a compreensão de Sur está conectada à compreensão de uma ampla

---

<sup>82</sup> Nesse sentido pontua Bourdieu quanto aponta que “(...) quanto mais um poder dura, maior é a parte irreversível com a qual terão que contar aqueles que conseguirem derrubá-lo” (2003:102).

gama de intelectuais que, vivenciando os dilemas das transformações naquele país, formularam sua proposta específica de modernidade que, mesmo depois da queda do peronismo e do encolhimento do papel de Sur na cena de debates públicos, pautará o debate em torno da modernidade argentina que será protagonizado pela Escola Sociológica argentina, na década de 1960. É preciso, portanto, compreendermos quais os termos do liberalismo, do cosmopolitismo e da democracia eram propostos por Sur, para tornarmos-nos capazes de dimensionar a influência de suas propostas, mesmo após os anos de 1955.

### 3. 2. AMERICANISMO, LIBERALISMO E DEMOCRACIA: O PAPEL DE SUR DIANTE DA CRISE DO PERONISMO (1951-1955).

*Síntesis política que si en todo el mundo es ahora necesaria, en nuestro país lo es en segundo grado: tanto por la naturaleza barbara de nuestra tradición inmediata, como por el exceso de nuestros nuevos ricos de la ilustración que, como siempre pasa con los imitadores, acentúan los defectos del maestro en vez de trasladar sus virtudes.*  
Ernesto Sábado, 1956..

Em 1947, Jorge Luis Borges e Adolfo Bioy Casares, nomes fortes de Sur, escrevem “La Fiesta del Monstruo”, que circulou clandestinamente até 1955, quando foi finalmente publicado. Muito embora não se trate de um texto categoricamente vinculado à Sur, é possível identificar, a partir do conto, algumas questões que aparecem com frequência nos debates da revista. É importante ressaltar que os anos de 1946 e 1947 são importantes marcos do crescimento peronista. Em 1946 é fundado o Partido Peronista e, no ano de publicação do conto, a aceitação de Perón pelos sindicatos e trabalhadores em geral é consideravelmente alta.

O tema do conto é justamente a massa peronista, *o cabecita negra*. Narrado em primeira pessoa, lê-se uma narrativa em linguagem vulgar onde um popular conta à sua esposa “Nelly” como foi seu dia no comitê do “monstro”. Seguidor incondicional do chefe, o personagem descreve toda a brutalidade e vulgaridade da massa que apóia o líder. O protagonista descreve com diligência todo o espetáculo carnal da aglomeração em torno do líder, ressaltando sua bestialidade, sua ignorância, seu machismo. Em determinado ponto, o

personagem chega a sonhar ser o cachorro do monstro, num ato de extrema entrega e devoção<sup>83</sup>. Como corolário da “festa” a morte de um jovem judeu, desprotegido com seus livros e sua recusa em aplaudir o líder, finaliza a paródia.

A crítica proposta pelos autores, no conto, tem interpretações e direcionamentos múltiplos. Nem Casares, muito menos Borges, eram especialistas em literatura engajada ou política, por isso, embora a aproximação do monstro com Perón seja bastante realista, há outros elementos que indicam que a crítica extrapola o objeto principal, constituindo mesmo um manifesto em defesa da literatura fantástica, que une os dois autores. Como salienta Barandica, o conto

construye un mapa de lecturas críticas, con bajadas políticas y sociales, digamos, interpretaciones literales, aunque manifiesta abiertamente su especificidad literaria, a saber, la crítica de discursos e identidades, la crítica americana por excelencia: la crítica de la tradición y de la originalidade (BARANDICA, 2009, p. 5).

São justamente esses dois aspectos: a crítica da tradição e da originalidade especificamente latino-americana, ou argentina, no caso, os elos entre a crítica ao seguidor do “monstro” e a postura que os intelectuais de tendência liberal e universalista tomaram diante da emergência das massas peronista. As duas visões sobre o que era e o que deveria ser a identidade argentina constituem o pólo de maior tensão entre ambos os projetos, perpassando todas as demais tensões estabelecidas entre a elite letrada liberal e o peronismo<sup>84</sup>.

A questão da identidade nacional e das políticas culturais peronistas perpassa, como é de se supôr, a questão dos intelectuais e suas funções na sociedade. Durante toda a década peronista é possível entrever uma polarização quanto à discussão em torno do engajamento do homem de letras nas lutas e pautas nacionais. Muitos dos críticos de Sur, como por exemplo Joaquín Arretche, qualificavam a postura da revista como omissa, covarde já que, tendo condições de atuar concretamente pela sociedade na qual estavam inseridos, optavam por uma plataforma estética, erudita, que buscava se distanciar da simbologia nacionalista representada pelo peronismo.

<sup>83</sup> “Reciento a la hora de la perrera concilié el sueño, que resultó tan cansador como no dormir, aunque soné primero com uma tarde, cuando era pibe, que la finada mi madre me llevó a uma quina. Creeme, Nelly, que yo nunca había vuelto a pensar en esa tarde, pero em el sueño comprendi que era la más feliz de mi vida, y eso que no recurso nada sino un agua com hojas reflejadas y un perro muy blanco y muy manso, que yo le acariciaba el Lomuto; por suerte salí de esas purretadas y soñé com los modernos temarios que están en el marcados: el Monstruo me habia nombrado su mascota y, algo después, su Gran Perro Bonzo” ( BORGES, J. L e CASARES, A B. La Fiesta del monstruo, 1947, p. 4)

<sup>84</sup> Retomando a proposta de Maristela Svampa (1998), é possível notar como a chave dicotômica inaugurada por Sarmiento foi utilizada, já avançadas décadas do século XX, para a formulação das disputas teóricas entre as diversas correntes intelectuais argentinas.

As acusações à Sur, contudo, embora partissem, majoritariamente, do setor nacionalista aliado ao peronismo, vinham também de setores filiados ao marxismo, que tendiam a considerar os intelectuais como agentes de classe e portadores de códigos de dominações e opressões de ordem política e principalmente, social. É sintomático que um dos teóricos que aparece com mais frequência em Sur durante os anos peronistas seja precisamente Julien Benda, acusado por amplos setores da esquerda internacional de manter uma postura demasiadamente esteta frente às hecatombes ocidentais do século XX. Como salienta Novaes “o envolvimento de Sur com a política pressupunha uma orientação estética, um juízo de valor que deveria ultrapassar qualquer projeção de classe ou posição” (NOVAES, 2006, p. 141).

Segundo análise de Bobbio (1997), essa disputa teórica a respeito da função dos intelectuais pode ser tipificada a partir da análise das propostas de 3 intérpretes fundamentais: Karl Manheim, Ortega e o próprio Julien Benda. Para Benda, a partir de seu clássico “A traição dos intelectuais”, os homens de letras traem a cultura quando tornam-se políticos, quando não admitem que os leigos possam, efetivamente, agir politicamente de forma autônoma, sem dependem do aval ou da condução dos intelectuais. Para Manheim, situado em uma espécie de meio termo, o intelectual é essencialmente um “libre-flotante”, embora conserve algumas responsabilidades diante da sociedade como um todo. No outro extremo, Ortega pensa a função dos intelectuais a partir de um espírito de casta, ou seja, propõe que a intervenção dos homens de letras na esfera pública deve dar-se de forma quase “messiânica”, sustentando o legado da alta cultura e dos valores da aristocracia de espírito.

Diante desse panorama, podemos localizar a posição de Sur a partir de um fragmento bastante pontual, escrito por Victoria Ocampo em 1945

Para nosotros un acto degradante es siempre degradante, aunque favorezca el interés nacional. Nosotros necesitamos creer que nuestro país se conduce como una persona decente. Otra idea de la patria no nos cabe en el corazón ni en la cabeza” (OCAMPO, SUR, 1945, p. 08).

Para Bourdieu “(...) a pertinência de um produto ou uma prática à classe do legítimo ou do ilegítimo constitui uma propriedade que lhe é conferida de fora” (BOURDIEU, 1974, p. 158). A legitimidade da identidade argentina pretendida por Sur, produzida no país mas julgada pelos pares europeus, baseava-se precisamente na negação à que os intelectuais devessem se comprometer com a militância política. Tal postura fica manifesta não só através dos textos mais claramente opostos ao engajamento peronista, como também através do

estímulo que autores como Borges e a própria Victoria Ocampo davam à uma leitura biográfica das obras. Em um dos comentários mais famosos de Sur, ainda em 1931, Borges opera uma desqualificação da linguagem e da semântica do Martin Fierro, realizando uma operação de esvaziamento do conteúdo social da obra de Hernandez. Nesse sentido, percebemos que a crítica de Sur à gauchesca, ao nacionalismo e ao próprio Perón encampou aspectos mais amplos, como a própria existência da independência dos homens de letras frente às pautas nacionais, posto que

A arte pura é o resultado inevitável de um esforço por esvaziar o discurso de todo o impensado social, ou seja, desde os automatismos da linguagem até as significações reificadas que ela veicula (BORUDIEU, 1974, p. 197).

A batalha de Sur em torno de uma visão específica da experiência moderna argentina nos leva a uma reflexão subjacente: que espécie de liberalismo e sociedade de cultura Sur propunha em substituição ao coletivismo e ao utilitarismo que denunciava no projeto peronista?

Certamente, a postura de Sur, tanto como coletivo como em relação a seus colaboradores de forma individual, não pode ser automaticamente relacionada à defesa do liberalismo *stritu sensu*. A proposta liberal de Sur ultrapassa, ou tangencia, a organização econômica, e se refere majoritariamente a uma liberdade individual, focada na resistência da individualidade diante da emergência das massas na sociedade argentina. Podemos considerar, com Terán, que Sur encontra-se na posição de um “*liberalismo aristocrático, espiritualista y cultural*” (TERAN, 2004, p. 61), focado essencialmente numa concepção erudita da idéia de cultura.

Ainda em 1933, num dos primeiros números de Sur, Leo Ferrero publica “Crisis de elites? Onde vemos que “el juego político no tiene nada que ver, en cierto sentido, con la actividad invisible y constante de las élites, que se realliza sob un plano moral y – diria yo – casi metafísico” (SUR, 1933, p. 44). A maior parte das iniciativas em torno da defesa da liberdade que Sur reclama está conectada com uma perspectiva individualista da idéia de autonomia individual ainda que, como pudemos perceber através das colaborações de nomes como Mallea e Romero (1931), trate-se de um individualismo reformulado, capaz de encontrar seu lugar na sociedade de massas. A idéia é, em suma, elaborar uma nova direção moral e intelectual para o mundo, capaz de criar um dique de contensão entre as tensões sociais das décadas de 1930, 1940 e 1950 e a existência assegurada de uma minoria pensante, razoavelmente a parte das querelas políticas de ordem imediata.

Essa concepção, levada ao extremo, é capaz de nos fornecer um retrato da natureza do projeto político do grupo Sur, focado, em linhas gerais, no fortalecimento e no manutenção das distancias sociais projetadas na esfera da cultura. A defesa do indivíduo de forma pragmática que se encontra no sub-texto desse projeto é clarificada pela própria Ocampo, quando, em 1981, nos afirma que

Lo fundamental, en una revista literaria, tal como fue concebida la nuestra, es mantener y defender el standart literario. En arte no cabe igualdad ni caridad. Premiar una obra mediocre porque su autor vive en circunstancias dificiles es inconcebible. La obra está bien o mal escrita, bien o mal pensada (aunque no coincidan los gustos y el pensamiento del autor com los nuestros (...)). No hay que más pasapuerte que el talento. Claro que hay grados de talento y que mal puede uno sentarse a esperar que se presente un Shakespeare inédito toda las tardes. Pero a la exigencia de calidad a que yo me refirero se resiste cada vez más el mundo moderno. Es impopular, y com esto queda todo dicho (OCAMPO, SUR, 1981, p; 46).

A partir da qualificação autoral dos textos, e da valorização incondicional do mérito individual, Sur cria as fronteiras de sua concepção de liberalismo e de democracia. Para Novaes “o liberalismo argentino foi defendido como preparação para o exercício da liberdade através de um processo educativo de valorização do passado” (NOVAES, 2006, p. 91). A proposta principal de Sur, muitas vezes confundida com sua crítica ao peronismo, consistia em legitimar a existência e a possibilidade da emancipação individual. Para tanto, buscou consagrar a si uma tarefa de pedagogia cultural que, em grau de esforço e entrega, chega a lembrar a antiga batalha de Sarmiento para civilizar os bárbaros, impulsionando a Argentina rumo à seu destino ocidental.

A concepção de democracia de Sur, atrelada à essa autonomia do homem de letras, não é totalmente clara, nem tampouco monolítica. O fato, todavia, é que a influência de Ortega se manifesta deveras nesse aspecto, na medida em a maioria dos textos que tratam do assunto de forma mais direta salientam o medo de que a democracia vulgarize demais as hierarquias do gosto, do status social, e o “domínio das verdadeiras faculdades humanas” (RODÓ, 1957, p. 220)

Para Ortega (1974), são muitos os perigos da democracia de massas. Quando ela é saudável, a relação dinâmica entre minorias e majorias não se projeta de forma dramática, posto que as massas concordam ou não com um projeto político, mas não chegam a propô-lo. Diagnosticando que a democracia peronista ultrapassava os limites desejados da integração social e política das massas, Sur se encaminhava para reconhecer que era urgente uma tarefa

de recomposição dos antigos quadros liberais e republicanos, que haviam sustentado o turbilhão social argentino até a década de 1930. Nesse sentido é possível entender a leitura que a revista procura fazer de Jean Paul Sartre quando, em *O existencialismo é um humanismo*, o francês escreve que “pero si verdaderamente la existencia precede la esencia, el hombre es responsable de lo que es” (SARTRE, SUR, 1945, p. 231).

Trata-se da defesa, portanto, de uma espécie de liberalismo que está mais vinculada à existência e legitimidade do intelectual e dos setores tradicionais do campo cultural do que propriamente a uma perspectiva econômica. Assim, a identificação entre Sur e o regime oligárquico, fortalecida, vale dizer, pelas investidas peronistas nesse sentido, estabelece-se de forma a situa-la no extremo oposto da proposta de integração nacional peronista. Para Terán, “entre el individualismo y el colectivismo, militarán en esa línea en prol de la persona el tanto dimensión espiritual de los seres humanos” (TERAN, 2004, 62). Como salienta Victoria Ocampo, dirigindo-se à Waldo Frank ainda em 1931,

Cuando usted y yo hablamos de Sur por primera vez (...) nos inquietaba (...) el problema de un continente entero cuya unión deseábamos. Esta unión existía para nosotros a través de lo que he hecho y, obedeciendo a una ley espiritual, está siempre ligado: una élite de escritores. Aristocracia cuyos miembros tienen siempre estrecho parentesco, como en otro tiempo las familias reinantes” (OCAMPO, V. Carta à Waldo Frank. Sur, 1940, p. 13).

O americanismo de Sur, outro ponto fundamental nas disputas entre as versões de identidade nacional em jogo naquele período, passa pela revisão do exotismo que, desde as primeiras obras *gauchescas*, compunha a visão da Argentina no mundo da cultura ocidental. Sur se projeta como crítica da visão que os europeus tinham da América, baseados, em larga medida, na imagem que os próprios argentinos (incluindo Lugones, Palacios e os irmãos Irazusta) procuravam cristalizar. Em seu *Prólogo com um Prólogo dos Prólogos* (1985), Borges resume essa tensão alegando que, apesar de a escola nacionalista ter tomado o Martín Fierro como obra fundadora da literatura argentina, “se o houvéssemos canonizado como nosso livro exemplar (O Facundo, de Sarmiento) outra seria nossa história. E melhor” (BORGES, 1985, p. 163).

A natureza do americanismo de Sur, presente desde o primeiro número (quando se propõe a ser uma revista de compreensão do continente), ganha mais espaço a partir de 1943 quando, paralelamente ao fortalecimento de Perón no governo militar, os EUA pressionavam os países do sul do continente a se posicionarem a favor dos aliados na segunda guerra. Sobre esse aspecto, é interessante notar que a Sur não se manifestava abertamente anticomunista o



que, com o advento do peronismo, foi capaz de criar uma base para a aliança antiperonista com membros da própria esquerda radical, muito embora na maioria das vezes a URSS fosse imediatamente associada à escola do irracionalismo e dos totalitarismos europeus.

À margem dessa característica “ecumênica” do americanismo de Sur, fatores externos colaboravam para a criação de uma frente de crítica ao peronismo encabeçada pelo grupo de Victoria Ocampo, e representando as tendências anti-peronistas que compunham a União Democrática. Para fortalecer a unidade e a homogeneidade da base peronista, o próprio governo se utilizava de generalizações para desqualificar seus adversários, como podemos perceber através de um trecho de “La Razón de mi Vida”, de Eva Perón:“(…) quando falo em oligarquia abranjo a todos os que, em 1946, se opuseram à Perón: conservadores, radicais, socialistas e comunistas. Todos votaram na Argentina do velho regime oligárquico, entreguista e vendilhão” (PERON, E. 1951, p. 102). Interpretando a construção das dicotomias peronistas em relação à tradição liberal argentina, Sigal e Verón sintetizam que

Es que los enemigos de Perón no son quienes se presentan como tales; no es su enemigo real quien pretenda serlo: sólo el tiene el poder de designar a su adversario (...) ese otro debía ser denunciado por Perón ya que actuaba em la sombra, y esse otro es la expresión exacta de la antipatria, el colectivo singular creador de su propio colectivo plural 'las fuerzas regresivas de la oposición'" (SIGAL e VERON, 1986, p. 78).

A relação de Sur com a tradição liberal argentina, especialmente aquela que remonta à Sarmiento, é destacada pelos intelectuais peronistas em outras diversas ocasiões. Embora, de fato, os principais intelectuais da revista se posicionassem a favor do referencial do liberalismo, do cosmopolitismo e da aposta civilizacional de Sarmiento. Não se tratava, certamente, do mesmo liberalismo, nem tampouco das mesmas demandas. O fato é que é possível identificar elementos que aproximam à crítica de Sur ao peronismo com os tópicos principais da tradição liberal argentina que vinha sendo confrontada desde o revisionismo da década de 1910, que lançara as bases para a construção teórica do nacionalismo peronista. Como salienta Nora Pasternac, as ambiguidades de Sur são parte de sua dinâmica, e o legado da revista também se insere nesse jogo, posto que

(...) por un lado, descubrió o hizo descubrir a innovadores y la obra em curso de autores por los que apostó, antes que fueran notórios o mucho conocidos. Por otra parte, nunca rompió com ciertos valores de continuidad que arrancan desde el siglo XIX, em la medida em que muchas veces se observaron sus consonancias com la denominada 'generación del 80', y sus audacias tanto em el plano formal como em el ideológico foran extremadamente moderadas. (PASTERMAC, 2010, p. 241).

As plataformas de crítica de onde os nacionalistas procuravam deslegitimar Sur durante os primeiros anos peronistas, contudo, sofrem um sério abalo a partir do segundo mandato do coronel. Se os anos de 1946 à 1949 marcaram o fortalecimento do governo peronista e da imensa popularidade da esposa de Perón, Eva, a partir do começo da década de 1950 a situação política se transforma. Tanto política como economicamente, o desgaste do modelo peronista<sup>85</sup> se torna cada dia mais visível, muito embora sua coligação tenha saído vencedora no pleito nacional de 1951. A morte de Eva Perón, em 1952, tem um efeito duplice. Se por um lado serve de martir do governo, por outro lado marca o fortalecimento de tendências que não viam com bons olhos a influência da ex-primeira dama sobre Perón, principalmente setores do exército e da marinha.

Muito da política distributiva do peronismo estava baseada nas possibilidades econômicas dos anos do imediato pós-guerra, momento em que as negociações com as potências compradoras, tanto da Europa como da América do Norte, eram favorecidas pela carência de alimentos e produtos primários, notadamente na França e na Espanha. Assim, Perón contara, até o começo da década de 1950, com uma margem razoavelmente segura para implantar sua política de nacionalizações e, paralelamente, detinha um capital político capaz de dar credibilidade a medidas que, à primeira vista, poderiam soar impopulares.

Os cinco anos de concessões de direitos aos trabalhadores e regulamentação dos sindicatos e acordos coletivos forneceu à Perón a possibilidade de criar uma ampla rede de apoio, que se sustenta até meados do ano de 1950, momento em que, diante da necessidade de frear o processo de nacionalização, o equilíbrio entre o governo e as organizações de trabalhadores passa a ser questionado, especialmente a partir da fração socialista da CGT, que havia ficado de fora do apoio do governo.

Ainda em 1949, momento em que o peronismo ainda se projetava como movimento inovador e gozava de ampla legitimidade, é possível notar indícios do desgaste que se radicalizará na década seguinte. Nesse ano, Perón, através de um mecanismo de reforma constitucional, implanta a o mecanismo jurídico que possibilitará a reeleição presidencial, e vence o pleito em 1951. É importante considerar, como alerta Paulo Renato da Silva que

no entanto, a aprovação da lei que permite a reeleição do presidente

---

<sup>85</sup> Ao falarmos em “modelo peronista” baseamo-nos na própria perspectiva de Perón, que associava seu governo à um fato inédito na política mundial, um caminho especificamente argentino que ele qualificava como “terceira via”, distante igualmente do capitalismo liberal e do coletivismo comunista. Sobre esse aspecto é possível consultar MAFUD, J. Sociologia del peronismo.

demonstra a unilateralidade da política peronista e, o acordo com a Standard Oil, a fragilidade da nacionalização dos recursos naturais determinada pela reforma constitucional (SILVA, 2004, p. 106).

Perón assume o segundo governo, dessa forma, dentro de um quadro de instabilidade tanto política como econômica. Para Ramos (2006) o aumento do preço da força de trabalho nesse contexto de estagnação da capacidade produtiva, constituiu um ataque à fundo demais para que a relativa estabilidade da política de alianças peronista pudesse subsistir. Paralelamente, Garbal – Blacha destaca que, se durante a década de 1940, no primeiro governo peronista, as medidas de aliança com a CGT eram de aproximação mútua, a partir de 1950 o governo passou a sufocar as alternativas sindicais que não se alinhavam ao Partido Peronista. Essas tensões são visíveis em todos setores da sociedade, muito embora a queda da popularidade de Perón entre os trabalhadores seja a mais sintomática.

Para Ramos, é precisamente a partir de 1950 que a ênfase é posta no setor metalúrgico, o que fortalece ainda mais a disputa sindical, e coloca em questão interesses mais agudizados do que no período anterior (1946-1951), quando a ênfase do apoio estatal à transferência de mão-de-obra se concentrava mais no esforço substitutivo têxtil e alimentício. Essa mudança de orientação, provocada pela falta de mercados advinda do reerguimento europeu, é exemplar de uma guinada significativa tanto na política interna como na política externa, posto que o país não conta mais com a compra das commodities. Ainda segundo Ramos “(...) em los ultimos anos esse gobierno se verificó un cambio de actitud hacia el capital extranjero que culminó em la ley 14.222 de 1953 (...) e permitió transferir las utilidades liquidas obtenidas hasta el 8% sobre el capital registrado” (RAMOS, 2006, p. 83). Donghi (2000) aponta que o ano de 1953 já marca uma “reorientación conservadora de buena parte de las clases medias” (DONGHI, 2000, p. 82), diante do endividamento externo e dos empecilhos ao crescimento industrial que a política internacional do governo gerava.

Paralelamente, crescia a tensão entre setores das forças armadas e o papel de destaque que a obra social de Eva Perón vinha ganhando no governo. Seu trabalho institucional e filantrópico, aliado a uma extensa máquina de propaganda em torno da primeira dama, desgostavam profundamente os setores mais conservadores do setor militar que, além de reprovarem a suposta tendência socialista de Evita, não viam com bons olhos o passado da esposa de Perón. A morte de Evita em 1952 marca um ponto de mudança nessas tensões. O governo organiza um funeral em praça pública para Evita, ao qual a multidão acorre em grande número. A mobilização em torno da morte da primeira dama repete à descida da multidão às ruas, ainda em 1945. Apesar do apelo lúdico ao legado social de Evita, contudo,

Perón se vê ainda mais enfraquecido e isolado politicamente, perdendo, junto com a esposa, uma parte importante de sua obra social. Esse é o momento da germinação de milícias paramilitares, e da organização freqüente de piquetes e passeatas contra Perón.

Esse contexto de tensão, porém, só pode ser efetivamente dimensionado a partir do momento em que a Igreja Católica, força que havia apoiado Perón desde o início, se posiciona contra as novas orientações do governo, em 1953. Em 1945, quando de sua primeira eleição, Perón consolidou sua aliança com a igreja ao apoiar o manutenção da unidade entre Estado e Igreja, conservar o ensino religioso nas escolas e incentivar o fortalecimento de uma moral cristã dentro de instituições como a família e a escola. Como alerta o próprio Perón em *Conducción Política* (1971) “o justicialismo é uma nova filosofia de vida, simples, prática, popular, profundamente cristã e profundamente humana” (PERON, 1971, p. 38).

Em 1954, contudo, há diversas manifestações de confronto entre o peronismo e alguns setores da Igreja Católica. O incêndio de igrejas, a perseguição política à clérigos e a repressão à manifestações públicas somam-se à medidas bastante impopulares que o governo toma em relação à essa instituição: a lei do divórcio, a igualdade em termos jurídicos para filhos bastardos, a legalização e regulamentação de prostíbulos, a extinção do ensino religioso das escolas e, por fim, a promulgação do estado laico quebram definitivamente a harmonia entre Perón e a Igreja Católica. A reação é vigorosa. Em 1955 Perón reprime as manifestações religiosas contra as medidas de laicização e, em 16 de junho, o exército, há muito descontente com as orientações do governo e agora apoiado por uma ampla base dentro da igreja, bombardeia a Praça de Maio. No dia 19 do mesmo mês, Perón se refugia na embaixada do Paraguai, de onde irá para seu exílio na Espanha.

Com a queda de Perón, assume Eduardo Molina Gomes e, em seguida, Eduardo Lonardi, ligado às tendências mais liberais que informavam o movimento de crítica ao peronismo. A partir desse momento, impôs-se a necessidade latente de legitimar a nova direção do país. A tarefa era complexa, na medida em que o apoio das massas peronistas permanecia estritamente vinculado à figura de Perón. Começa nesse momento, portanto, uma nova fase nos debates intelectuais argentinos, onde os críticos do peronismo serão incumbidos da tarefa de criar uma nova legitimidade política e cultural, a partir da queda dos referenciais nacionalistas e obreiristas de Perón.

Ernesto Sabato, um dos intelectuais de Sur a comemorar a queda de Perón em 1955, nos fornece um relato significativo do que representou a “Revolução Libertadora” para os mais diversos estratos sociais:

(...) mientras los doctores, hacendados y escritores festejábamos uidosamente em la sala la caída del tirano, en un rincón de la antecocina vi cómo dos indias que allí trabajaban tenían los ojos empapados de lagrimas (SABATO, E. El Otro rostro del peronismo. Buenos Aires, 1956, p. 37).

Protagonistas do esforço de desperonização, os integrantes da nascente Escola Sociológica Argentina (notadamente Gino Germani e Torquato di Tella), oriundos em grande parte do Colégio de Estudos Superiores (organismo de resistência à intervenção peronista nas universidades) buscavam formular interpretações do ocorrido, procurando recriar a experiência da modernidade na Argentina a partir da crítica ao peronismo, que consideravam, acima de tudo, um grande teatro, uma grande cooptação de setores política e culturalmente inexperientes.

Nesse contexto, os novos setores governamentais e também os intérpretes do processo político argentino se defrontam com um novo fator: o estrangimento das massas peronistas, a necessidade de lidar com uma nova sociedade que diferia completamente daquela que viu a ascensão do peronismo em 1943.

Esse esforço de “desperonização” será pautado pelo julgamento mais criterioso dos anos peronistas, e pelo aparecimento de forças culturais como a Revista Contorno, que se propunha a entender o peronismo e buscar soluções que não desconsiderassem simplesmente sua importância. Há também, como salienta Mario Amadeo, uma tendência de extrema direita, para os quais “desperonizar equivale a algo así como 'desratizar” (AMADEO, 1956, p. 95). A revista Sur, como protagonista da crítica ao peronismo durante os dez anos anteriores, também projetou-se no debate sobre a *desperonización*. Nesse sentido, é paradigmático o número 237, Por la Reconstrucción Nacional, de novembro/dezembro de 1955, primeira edição da revista após a queda do peronismo.

Para compreendermos o impacto dessa edição da revista é preciso inseri-lo numa enormidade de textos e artigos que emergem nesse momento, representando as mais diversas tendências, desde a extrema esquerda até os conservadores católicos. Em 1956, Mario Amadeo, em seu balanço intitulado Ayer, Hoy, Mañana, dimensiona a tarefa que a sociedade argentina, especialmente a parcela dela que havia composto as fileiras de oposição ao regime deposto, tinha pela frente. A reconstrução do país passava pela liquidação do peronismo e pela

asimilación de esse gran sector de la población argentina que puso sus esperanzas en la figura que dio su nombre al regimen caído y que, apesar de

sus errores y sus culpas, le sigue siendo fiel. Esa masa está crispada y resentida. Contempla con hostil y desdeñosa indiferencia al movimiento que dio por tierra con su ídolo y se refugia en una fé irracional y ciega que de pronto volverán a ser lo que eran antes. Su lema y su grito de guerra es: Perón volverá (AMADEO, M. 1956, p. 89).

Essa foi, em linhas gerais, a postura de Sur no período imediatamente subsequente à queda de Perón. Na capa do editorial de “Por la Reconstrucción Nacional”, Paul Valéry, em artigo intitulado “Miradas al mundo actual” nos diz que

del lado de nuestro enemigos sabemos (y lo sabe el mundo entero) que toda su política con respecto al espíritu se ha encarnizado, desde hace diez años, em despreciar el valor de la investigación pura, en tomar medidas, muchas veces atroces, contra los que se consagraban a ella (VALÉRY, SUR, 1955, p. 03).

Os dois textos paradigmáticos, contudo, são de autoria de Victoria Ocampo e Jorge Luis Borges. O texto de Ocampo “La hora de la verdad” narra, em tom profundamente intimista, sua experiência como presa política<sup>86</sup>. O texto expressa a situação de indefinição e turbulência que se seguiu à fuga de Perón, momento em que, segundo ela, “mal podía hablarse de pacificación en la atmósfera creada por las nuevas declaraciones del presidente depuesto” (OCAMPO, SUR, 1955, p. 4). Victoria lança mão da memória de seus dias no cárcere para, mais uma vez, reafirmar a concepção de liberdade que havia perpassado a crítica de Sur ao peronismo, durante os dez anos anteriores. Segundo ela, na prisão se encontrava mais livre, na medida em que se encontrava com a verdade, com a realidade de uma circunstância onde “todo era violado, la correspondencia, la ley, la libertad de pensamiento, la persona humana” (1955, p. 4). Essa liberdade, sentida ao confrontar-se diretamente com a face opressora do regime deposto, deveria ser, a partir da Restauração, estendida para toda a sociedade. No fim do artigo, Victoria sintetiza o desafio que os liberais se confrontam nesse momento: “Cuanto tacto, cuanta paciencia y cuanto tiempo se necesitará para deshacerlas (las mentiras peronistas), para desmadejarlas; para extirpalas de los corazones ingenuos donde han anclado, convirtiéndose em creencias” (OCAMPO, SUR, 1955, p. 9).

No mesmo sentido Jorge Luis Borges escreve *L'illusion Comique*. O artigo de duas páginas situa o peronismo como um “opróbio” de duas faces: uma de índole criminal, repressora, totalitária, outra, “de carácter escénico, hecha de necesidades y fábulas para consumo de patanes” (BORGES, SUR, 1955, p. 9). Sua análise se encaminha no sentido de questionar a essência mitológica do antigo governo e, para tanto, questiona as simbologias

<sup>86</sup> Em 1953, Victoria esteve presa por 27 dias, na prisão de Buen Pastor.

fundamentais do peronismo, como por exemplo o “melodrama” de 17 de outubro de 1945. Conclui avaliando que esses componentes míticos do peronismo

perteneían al orden de lo patético y de lo burdamente sentimental; felizmente para la lucidez y la seguridad de los argentinos, el régimen actual há comprendido que la función de gobernar no es patética (BORGES, SUR. 1955, p. 10).

O esforço de *desperonização*, para Sur, se convertia portanto num esforço de *desmitologização*. A nova função que se impunha aos intelectuais comprometidos com a liberdade, em suas mais diversas formas, era, após a queda física do inimigo, forjar um recomeço baseado em uma nova sensibilidade pois “así como la tiranía moviliza las fuerzas más oscuras del irracionalismo” dizia Ghioldi em 1966, “la democracia necesita fundarse em la inteligencia” (GHIOLDI, 1956, p. 94)<sup>87</sup>.

O editorial 237 de Sur lança mão de uma linguagem bastante pragmática em sua interpretação do peronismo. Assim como demonstram os textos de Ocampo e Borges, a mobilização em torno do governo peronista era entendida por considerável parte do corpo editorial da revista como uma anomalia romântica, como uma desonestidade política e uma afronta à possibilidade de existência autônoma. Todavia, diante da legitimidade e da identificação que Perón havia forjado para com as massas, fez-se necessária uma apreciação mais aprofundada do peronismo, baseada em uma visão mais sociológica do problema. Tal intento foi encampado por nomes como Sabato, Portantiero e Gino Germani. A Sur ficou, em certo sentido, isolada no campo do debate público. Se, durante o peronismo, a revista conseguia aglutinar a oposição ao regime, as possibilidades que se abrem em 1955 acabam promovendo novas iniciativas editoriais, como a revista Contorno, por exemplo, que se posicionavam num meio termo entre os anti-peronistas ferrenhos, como Borges, e os que se deparavam com a necessidade de interpretar o governo de Perón levando em conta suas repercussões sociais na vida cotidiana dos argentinos, especialmente dos mais pobres.

Ernesto Sábato, colaborador assíduo de Sur, admite, em 1955, que

la mayor parte de los partidos y de la inteligencia, en vez de intentar una comprensión del problemas nacional y desentrañar lo que en aquel

---

<sup>87</sup> Sobre o esforço de desmitologização que deveria se seguir à queda do peronismo, Ghioldi diz ainda que “acaso sea la inteligencia de los argentinos lo que más há sido dañado durante los ultimos doce años de crisis, pues se estudia a fondo la trayectoria del totalitarismo que soportamos, veremos que lo que mejor lo define es su deliberado, sistemático y empeñoso esfuerzo de trastornar la inteligencia misma de los argentinos, cambiar nos contenidos de la conciencia y hasta la forma misma de la conciencia” (GHIOLDI, A De la Tirania a la democracia social. GURE. Buenos Aires, 1956, pp. 91-96)

movimiento confuso había de genuíno, de inevitable y de justo, nos habíamos entregado al escarnio, a la mofa, al bon mot de sociedad. Subestimación que en absoluto correspondía al hecho real, ya que si en el peronismo había mucho motivo de menosprecio o de burla, había también mucho de histórico y de justiciero (Sabato, 1956, p. 40)<sup>88</sup>.

Assim, Sur é paulatinamente desalojada da preponderância que detinha durante os anos do peronismo, preterida em torno de análises mais sociológicas e mais comprometidas em enxergar a real demanda dos “cabecitas negras”. Esse é o marco, como salienta Hopenhain, da busca de um novo significado para a idéia de emancipação, tanto individual como em balizas nacionais. Todavia, as novas e múltiplas interpretações a respeito das possibilidades do liberalismo no país, da função dos homens de letras e da liberdade de expressão ganham contornos mais fluidos e, ao mesmo tempo, mais complexos no pós 1955. É possível notar, numa rápida análise dos números de Sur publicados após essa data, que a crítica à incorporação das massas peronistas era, em certo sentido, um movimento de resistência “moral” e “intelectual” aos efeitos típicos dos processos de modernização dos países ocidentais.

Ernesto Sábato, sintetizando a mudança de posição de grande parte da intelectualidade argentina, que havia se posicionado ao lado de Sur e agora passava a rever suas posições, nos fala sobre o “patético intento de nuestros ideólogos de Mayo de crear una patria a base de razón pura” (SABATO, 1956, p. 44). Para ele, inclusive,

así se explica que nuestra historia hasta hoy haya sido dilemática: o esto, o aquello, o civilización, o barbarie. Nuestro ideólogos han estado desdichada e hstoricamente separados del pueblo, em la misma forma, y com las mismas consecuencias, em que el racionalismo pretendió separar el espíritu puro de las pasiones del alma. Esta postura nos há impedido de comprender no solamente el fenómeno peronista, sino también el sentido de nuestros grandes caudillos del pasado (SABATO, 1956, p. 44).

---

<sup>88</sup> Carta aberta à Mario Amadeo. S/ed. Buenos Aires, 1956.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*“Um mundo cheio de Sócrates não seria agradável nem exequível”* Gilbert Seldes.

Algumas das perguntas que surgem da investigação acerca da crítica da elite letrada à incorporação do homem massa na política argentina podem ser condensadas a partir do questionamento sobre “como articular um discurso da arte e sobre a arte num mundo que lhe opõe resistência?” (SARLO, 2005, p. 57). Certamente, no contexto argentino da década de 1940, a possibilidade de um espaço autônomo para a criação literária e artística de forma geral não se resume aos aspectos específicos da ideia de “arte”. Ao contrário, ela congrega uma dinâmica mais ampla, onde os influxos econômicos do aumento de mão de obra industrial oriundos da política imigratória, os cataclismos culturais derivados de uma nova concepção de cultura e de produção intelectual e as projeções políticas típicas de uma nova ideia de modernidade, contribuem para inserir o diálogo de Sur, como produto cultural, em uma teia de relações sociais e culturais que extrapola imensamente a discussão sobre a questão autoral.

A partir dessa ideia, nos propusemos a pensar a revista Sur, seus embates, suas críticas e seus posicionamentos no campo intelectual argentino, não somente como um objeto de pesquisa ou como fonte histórica (o que já forneceria, a nosso entender, um riquíssimo repertório para as indagações historiográficas). A revista de Victoria Ocampo aparece, em nosso trabalho, também como um caminho viável para refletirmos acerca de toda a dinâmica cultural e política que permeia os conflitos entre os intelectuais e o peronismo e, em última instância, entre a classe dos homens de letras e os novos paradigmas da modernidade.

Através desse recurso metodológico procuramos nos inserir no debate político da modernidade latino-americana e argentina mais especificamente a partir de uma postura investigativa que, como propõe Altamirano (2004), se insere no entrecruzamento entre a história política, a história das ideias e a história das elites intelectuais. Nossa proposta vai ao encontro, nesse sentido, das reflexões de Sarlo, quando esta nos diz que

(...) olhar politicamente é por as dissidências no centro do foco, o traço oposicionista da arte frente aos discursos (a ideologia, a moral, a estética) estabelecidos. Um olhar político aguça a percepção das diferenças como qualidades alternativas frente às linhas respaldadas pela tradição estética ou pela inércia (ligada ao sucesso e à facilidade) do mercado. Porque, de alguma maneira, olhar politicamente a arte supõe descobrir as fissuras no consolidado, as rupturas que podem indicar a mudança tanto nas estéticas quanto no sistema de relações entre arte, a cultura em suas formas prático-institucionais e a sociedade” (SARLO, B. 2005, p. 60-61).

Através da análise política, portanto, da atuação de Sur no que tange à crítica elaborada por ela ao peronismo, pudemos redescobrir e reavaliar o impacto que os aspectos fundacionais da modernidade (notadamente no que se refere às mudanças na relação dos intelectuais com a política) tiveram na sociedade argentina no início do século XX. Para dimensionar essa dinâmica, contudo, foi preciso retornar à própria consolidação da classe dos homens de letras na Argentina, compreendendo enfim que o grau de legitimidade de que gozavam esses homens estava profundamente atrelado à uma ampla cultura republicana e liberal, que se origina paralelamente à consolidação do Estado independente argentino.

Assim, as reflexões de Sarmiento, Alberdi e Mitre, por exemplo, ainda em meados do século XIX, não estão ainda completamente superadas no momento em que os intelectuais do pós-Centenário formulam seus projetos para o país. A importância desses próceres para a cristalização de uma concepção pela qual homens de letras atuavam como guias e intérpretes dos processos político-institucionais do país continuou repercutindo na autoimagem dos intelectuais até o século XX, na medida em que grande parte deles (independentemente da posição que ocupavam no debate cultural) respondia ainda à essa tradição de legitimidade, fato que torna ainda mais salutar a operação, encampada pelo governo peronista, de flexibilização das instâncias de consagração, retirando desses intelectuais o monopólio da palavra e da mobilização de opinião.

Ao confrontar-se com uma Argentina que ainda possuía traços bastante salientes de uma organização político-econômica tradicionalmente vinculada ao mercado exportador de carne, o peronismo choca-se também, e de forma latente, com toda uma tradição de legitimidade cultural forjada por uma versão do liberalismo conservador que imperou na Argentina desde a independência do Prata e sua institucionalização política. Dessa forma, podemos perceber a resposta crítica de Sur ao governo de Perón não apenas como uma negação pontual da política de incorporação das massas na cena política, mas também a partir de um prisma mais amplo, referente à própria perda de credibilidade do conhecimento puro, da cultura cosmopolita ocidental e dos referenciais de liberdade individual que tanto preocupavam os intelectuais agrupados em Sur.

A década do Centenário (1910) marca um momento importante na mudança da relação dos intelectuais com o poder. A lei Saenz Pena, que instituiu o sufrágio universal masculino, em 1916, juntamente com as primeiras presidências radicais (de Yrigoyen e Alvear) já denota, como salienta Romero, uma orientação nova na política cultural do país. A possibilidade de contar com uma base social de apoio, muito vinculada aos novos instrumentais políticos fornecidos pelas tecnologias da informação, realocam os intelectuais argentinos que, a partir

desse momento, são compelidos a redefinirem as fronteiras sociais, ideológicas e culturais que os caracterizavam.

Essa situação pode ser contemplada a partir dos números da indústria editorial nas décadas de 1920 e 1930. Ao mesmo tempo em que se agudizavam as tensões sociais e políticas, um mercado editorial de grande porte garantia uma ampla profusão de ideias e debates entre os intelectuais, e o trânsito entre os diversos veículos culturais (revistas, seminários, palestras etc) demonstra que a reflexão em torno da identidade argentina, das possibilidades do país num cenário internacional em vias de globalização e das formas de interpretar o passado e o futuro argentino eram pautas comuns e recorrentes entre os homens de letras. Desde nacionalistas católicos que professavam o exército como a “última aristocracia de espírito” capaz de salvar a Argentina da dissolução do mundo contemporâneo, até liberais vinculados à tradição *sarmentina* que alertavam para a necessidade de uma concepção humanista e cosmopolita da identidade do país, o ponto de interlocução entre as diversas vertentes, na transição da década de 1930 para a década de 1940, era a própria existência dos homens de letras e da cultura letrada.

A partir do debate entre nacionalismo e liberalismo, grosso modo, se desenvolveram as pautas que nortearam o campo intelectual no momento do peronismo. Muito embora o peronismo, principalmente a partir das interpretações geradas pelos contemporâneos das décadas de 1940 a 1960, seja entendido, mormente, como uma doutrina baseada no componente da prática, a política cultural do governo de Perón consistiu uma de suas principais preocupações. É essa orientação, baseada na pedagogia cívica e na criação de uma sociedade harmônica e uniforme, que será frontalmente atacada pelos embates de Sur já que, embora não se considerasse uma revista engajada politicamente, nunca deixou de estar atenta aos impactos das medidas obreiristas do peronismo na construção da identidade argentina e da própria versão da história que o governo pretendia privilegiar.

Não se trata, como procuramos demonstrar através do encaminhamento da dissertação, de confrontar posturas monolíticas, herméticas. Como salienta Beatriz Sarlo, tal procedimento não poderia nos auxiliar a compreender a dinâmica da crítica ao peronismo na medida em que

(...) questões fundamentais como a da relação entre a cultura dos intelectuais e a dos setores populares, seu sistema de empréstimos e influências, a variedade que os meios de comunicação de massa introduzem em ambos os universos, os problemas da distribuição dos bens culturais e da desigualdade do acesso à suas redes e instituições formais e informais, a relação (que não pode ser tranquilamente vivida pelos intelectuais) entre lazer e cultura, resistem tanto à concepção da autonomia das esferas quanto à liquidação sumária de suas assimetrias (SARLO, 2005, p. 153).

O contexto da Argentina peronista (1944 – 1955) marca o início de um processo de modernização e popularização das instâncias culturais. Os discursos ideológicos provêm, a partir desse momento, de múltiplas plataformas. O que a análise de crítica de Sur pode representar para a compreensão dessa dinâmica baseia-se no dimensionamento e na tipificação do impacto dessa nova realidade nos meios letrados argentinos e, por consequência, na própria ideia de cultura que servirá de base para as definições identitárias durante o peronismo e depois dele.

O diálogo proposto pela revista de Victoria Ocampo levanta problemáticas bastante representativas. A defesa da liberdade individual, da alta cultura e do mito do gênio criativo autoral contribuiu para a cristalização de um projeto novo dentro da esfera intelectual do país. Tal projeto, baseado numa visão específica da relação entre o nacional e o forâneo, pretende contribuir para uma espécie de reciclagem do liberalismo político e cultural tradicionalmente vinculado aos homens de letras. A proposta, como podemos notar através das contribuições de Francisco Romero em Sur, já em 1944, consiste em despojar o liberalismo de seu hedonismo, conscientizando as elites (econômicas, políticas, intelectuais) de que a modernidade carrega imperativos concretos, como a própria emergência das massas e que, diante disso, os grupos tradicionalmente no poder teriam que formular uma nova maneira de projeção no espaço público, considerando a inevitabilidade do acesso das massas aos instrumentos da política e da cultura.

De muitas formas, a crítica elaborada pela revista Sur ao peronismo (que, é importante dizer, foi capaz de aglutinar não só liberais, mas também uma vasta gama de opositores do regime, desde pacifistas a comunistas) foi por nós compreendida dentro das reflexões geradas pela modernidade em seu sentido mais amplo. O referencial do moderno, na Argentina da década de 1940, não pode ser separado das hecatombes políticas e culturais que fissuraram o século XX, muito embora as particularidades do processo argentino sejam a base mesma da nossa reflexão.

Grande parte das questões levantadas pelos homens de letras de Buenos Aires no momento do peronismo foram posteriormente analisadas, utilizadas, descartadas e questionadas. A queda do regime, em 1955, apresentou a necessidade de revisão aos intérpretes da realidade nacional. Esse processo, embora condicionado pelas tensões entre a massa peronista e a retomada dos valores liberais, foi extremamente importante para que a crítica ao peronismo pudesse ser pensada, pela historiografia e pela sociologia, como um aspecto constituinte de tensões de várias ordens, não somente políticas.

Quando intérpretes como Gino Germani, Ramos, e Sabato, já na década de 1960,

realizaram as operações intelectuais de entendimento do peronismo de uma maneira mais aprofundada, mais distanciada do turbilhão da “Reconstrução Nacional”, o movimento encabeçado por Perón pôde ser visto não somente como uma face do mal, do passional, da rebelião inevitável das massas e do desalojamento permanente e inefável dos intelectuais da esfera pública. Ao lançarem um complexo panorama de indagações produtivas, holísticas e abrangentes, o peronismo passou a integrar o repertório de temáticas fundamentais para a compreensão da modernidade no país.

Nesse sentido, Sur perderá espaço para essas interpretações menos radicais. Todavia, a importância da revista na formulação de uma crítica sistemática à sociedade de massas e de um projeto efetivo de sobrevivência da autonomia dos intelectuais nesse novo contexto, não pode ser menosprezada.

Foi contra ou a favor de Sur que a maior parte da intelectualidade argentina se posicionou durante as décadas de 1940 e 1950. O embate travado pela revista foi representativo de um problema bem mais amplo que, como salientamos, ultrapassa as fronteiras da crítica ao peronismo e transborda até mesmo as vicissitudes das novas relações dos intelectuais com a política no contexto da emergência do homem-massa na Argentina, projetando-se como um panorama da própria tensão entre o antigo e o novo, o tradicional e o revolucionário, o individual e o coletivo, característica que aproxima a trama da modernidade argentina à dinâmica da modernidade ocidental.

## **REFERÊNCIAS**

## LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS.

AGGIO, A e LAHUERTA, M. (orgs) Pensar o Século XX – Problemas Políticos e História Nacional na América Latina. São Paulo: UNESP, 2003.

AMADEO, M. Ayer, Hoy, Mañana. Buenos Aires. Gure, 1956.

ARENDT, H. A condição humana. 10ªed. Rio de Janeiro. Ed. Universitária Forense, 2005.

ARICÓ, José. La cola del diablo. Itinerário de Gramsci em América Latina. Buenos Aire: Ed. Punto Sur, 1988.

ALTAMIRANO, C. Bajo el Siglo de las Masas. Buenos Aires: Ed. Ariel, 2001.

ARREGUI, J.J. H. Imperialismo y Cultura: La Política em la Inteligência Argentina. Buenos Aires: Ameríndia, 1957.

BARANDICA, J. M. S. Remanentes y casualidades críticas em “La Fiesta del Monstruo” de Jorge Luis Borges y Adolfo Bioy Casares. Lasa Internacional. Santiago de Chile. Universidad de Chile, 2009.

BIOY CASARES, Adolfo e BORGES, Jorge Luis. “La fiesta del monstruo” in: OLGUÍN, Sergio (org.). Perón Vuelve. Cuentos sobre peronismo. Buenos Aires: Norma, 2000.

BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ªEd. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BAUMAN, Z. Legisladores e Intérpretes. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BEIRED, J. L. B. A Grande Argentina: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina. 2001. Acessado em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300003) 17 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Autoritarismo e Nacionalismo: O Campo Intelectual da Nova Direita no Brasil e na Argentina. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Breve História da Argentina. São Paulo: Ática, 1996.

BENJAMIN, W. Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOLLE, Willi. Fisiognomia da Metrópole Moderna. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.



BOURDIEU, Pierre. As Regras da Arte. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo. Cia das Letras, 2002.

BOURIDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo. Perspectiva, 1974.

BOTANA, Natálio. La Tradición Republicana – Alberdi, Sarmiento y las Ideas Políticas de su Tiempo. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.

BERROTORÁN, Patricia, BONET, Maria Teresa. El Peronismo bajo el prisma de los Intelectuales. ANPHLAC. Campinas, 2006

BORGES, Jorge Luis e CASARES, Adolfo Bioy. Poesia Gauchesca. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.

\_\_\_\_\_ O escritor Argentino e a Tradição in Discussão. São Paulo: Difel, 1985.

BUCHRUCKER, C. Nacionalismo y Peronismo. La Argentina em la crisis ideológica mundial. Buenos Aires: Sudamericana, 1955.

CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1967.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CARVALHO, Eugenio Resende de. Pensadores da América Latina: o movimento latino-americano de história das idéias. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

CHIARAMONTE, Jose Carlos. El Federalismo argentino em la Primera Mitad del Siglo XIX in CARMAGNANI, Marcelo. Federalismos latino-americanos: México/Brasil/Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. (Cap.3).

CÚNEO, Dardo. La Burguesia Industrial Oligárquica 1875 – 1930. in ZAPIOLA, Marcos Gimenez (org) El Régimen Oligárquico. Materiales para el estudio de la Realidad Argentina (hasta 1930). Buenos Aires: Amorroutou, 1975.

DEUTSCH, Sandra. Contrarrevolución em la Argentina, 1900-1932. La Liga Patriótica Argentina. Buenos Aires: Ed, Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

DEL CAMPO, Hugo. Sindicalismo y Peronismo: los comienzos de un vinculo perdurable. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 1983.

DONGHI, Tulio Halperín. Uma Nación para el Deserto Argentino. Buenos Aires: Centro Editorial de América Latina, 1982.

\_\_\_\_\_ História contemporânea de América Latina. 3Ed Madrid: Alianza, 2000.

DRUETTA, Gustavo. Guerra, Política y Sociedad em la Ideología de la Corporación Militar Argentina. Escenarios alternativos. Crítica e Utopia. Buenos Aires. Acessado em 15/07/2008.

ESTRADA, Ezequiel M. Radiografía de la Pampa. Ed. Crítica organizada por Leo Pollman. Paris – México – Buenos Aires – São Paulo: Ed.Alcca UFRJ, 1996.

FIORUCCI, Flavia. Los Marginados de la Revolución: los intelectuales peronistas (1945 – 1955). Congresso Brasileiro de Hispanistas. Outubro, 2002. [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acessado em 6 de abril de 2009.

FLORIA, Carlo e BELSUNCE, Alberto. Historia Política de la Argentina Contemporánea. España: Alianza Editorial, 1988.

FUNES, Patricia. Salvar la Nación. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GALASSO, N. La larga lucha de los argentinos y como lo cuentan las principales corrientes historiográficas. Buenos Aires: Ed. Colihue, 1995.

GELLER, Lucio. El Crecimiento Industrial argentino hasta 1914 y la Teoría del Bien primário exportable. In ZAPIOLA, Marcos Gimenez (org) El Régimen Oligárquico. Materiales para el estudio de la Realidad Argentina (hasta 1930).Buenos Aires: Amorroutou, 1975.

GERBAL-BLACHA, N. , ZARRILLI, A e BALSAS, J. Estado, Sociedad y Economía em la Argentina (1930-1977). Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 2001.

GERCHUNOFF, Pablo. A New Economy History of Argentina. California: Ed. Gerardo della Paolera, 2004.

GERMANI, Gino. Política e Sociedade numa Época de Transição. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GERMANI, G. DI TELLA, T, GRACIARENA, A Argentina, sociedad de masas. Buenos Aires: Ed. De la Universidad de Buenos Aires, 1965.

GOLDAR, Ernesto. El peronismo em la Literatura Argentina. Buenos Aires: Freeland, 1971.

GRACIARENA, Jorge. O Poder e as Classes Sociais no Desenvolvimento da América Latina. São Paulo: Mestre Jou, 1971.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. vol. 2.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a organização da sociedade.São Paulo: Civilização

Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_ Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, 1978.

GRAMUGLIO, Maria Teresa. Sur: uma minoria cosmopolita na periferia ocidental. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, SCIELO, 2007. Acessado em janeiro de 2011.

HALERBSKY, Sandor. Sociedade de Massa e conflito político. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOBSBAWN, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs). A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOPENHAYN, Martin. Ni apocalípticos ni integrados: aventuras de la Modernidad em America Latina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1995.

IANNI, Octavio. A formação do estado populista na América Latina. 2 ed. Rev amp. São Paulo: Ática, 1989.

IOKOI, Zilda Maria. Lutas Sociais na América Latina – Argentina, Brasil, Chile. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

INGRAO, Pietro. As Massas e o Poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

INSTITUTO GRAMSCI. Política e História em Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KAPLAN, Marcos. Sociedad, Política y Planificación em América Latina. Cidade do Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989.

KING, John. Sur: estudio de la revista argentina y de su papel em el desarrollo de uma cultura 1931-1970. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1989.

KORNHAUSER, J. Aspectos Políticos de la sociedade de masas. Buenos Aires: Ed. UBA, 1969.

KUMAR, Krishan. Da Sociedade Pós-industrial à Pós-moderna. Rio de Janeiro. ZAHAR, 2006.

LACLAU, Ernesto. La Razón Populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto. Política e Ideologia na Teoria Marxista – Capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAHUERTA, M. MARQUES NETO, J. C. (org). O Pensamento em crise e as artimanhas do Poder. São Paulo: Ed. UNESP, 1988.

LECHNER, Norbert (org.) Estado y Política em América Latina” Mexico: Siglo XXI, 1981.

LUNA, Felix. Perón y su tiempo: la Argentina era una fiesta (1946 – 1949). Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1986.

LYNCH, John. Las Revoluciones Hispano-Americanas. 1808-1826. Barcelona: Ariel, 2001.

MAFUD, Julio. Sociologia del Peronismo. Buenos Aires: Ed. Américale, 1972.

MANSILLA, H. C. Intelectuais e política na América Latina – uma breve abordagem a uma ambivalência fundamental. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, 2003.

MASOTTA, Oscar. Sur o el Antiperonismo Colonialista. Contorno. 7-8. Buenos Aires, 1995.

MITRE, Antonio. O dilema do centauro. Ensaio de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAGA, Henrique Gomariz. O Estado nas Sociedades Dependentes – o caso da América Latina. Lisboa: Ed Presenca, 1977.

MURMIS, M. E PORTANTIERO, J. C. Estudos sobre as origens do peronismo. São Paulo: Brasiliense, 1972.

NEIBURG, Federico. Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo. São Paulo: EDUSP, 1997.

NEWTON, Jorge. Historia de la Sociedad Rural Argentina. 2º ed. Buenos Aires: Ed e Librería Goncourt., 1966.

NOVAES, Adriana C. O Canto de Perséfone: o grupo Sur e a cultura de massa argentina (1956-1961). São Paulo. Annablume, 2006.

NOVAES, Aauto. Oito visões da América Latina. São Paulo. Ed. SENAC, 2006.

OCAMPO, V. Testimonios. Buenos Aires: Sur, 1936. v. 2.

OCAMPO, V. Testimonios. Series primera a quinta. Seleção, prólogo e notas: Eduardo Paz Leston. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

ORTEGA y GASSET, Jose. A Rebelião das Massas. Rio de Janeiro: Ed. Livro Iberoamericano, 1971.

\_\_\_\_\_. Meditaciones del Quijote. La Deshumanizaicón del arte. Buenos Aires: Ed. Espaza Calpe, 1942.

OSZLAC, Oscar; “Reflexiones sobre la formación del Estado y la construcción de la sociedad argentina”, en *Desarrollo Económico, Revista de Ciencias Sociales*, N° 84, Vol. 21, IDES, Bs. As., Ene – Mar, 1982, Pg 531 a 548.

PALOMANES, Francisco Carlos e LIMONSICK, Flavio. Intelectuais do anti-liberalismo: projetos e políticas para outras modernidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PANIZZA, Francisco. “El Populismo como Espejo de la Democracia” (int.). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

PASTERMAC, Nora. La Revista Sur: un cierto americanismo IN CRESPO, Regina (coord.). *Revistas en América Latina: Proyectos literarios, políticos y culturales*. México, CIALC/Ediciones Eón, 2010.

PERÓN, E. A Razão de minha vida. São Paulo: Revisão, 1999.

PERÓN, J. D. A força é o direito das bestas. São Paulo: Revisão, 1956.

PERÓN, J. D. Conducción Política. Buenos Aires: Freeland, 1973.

PERÓN, J. D. Doctrina Peronista. Buenos Aires. C.S. Ediciones, 1996.

PEÑA, Milcides. Masas, caudillos y elites, la dependencia argentina de Yrigoyen à Perón. Buenos Aires: Ed. Fichas, 1973.

PINTO, F. C. Leituras de Habermas: modernidade e emancipação. Coimbra: Ed. Fora do Texto, 1992

PLOTKIN, M. LEANDRI, RG. Localismo y Globalización. Madri: Ed. Consejo Superior de Investigaciones científicas, 2000.

POMER, Leon. (org). Sarmiento: Política, 1811-1888. São Paulo: Ática, 1983.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Populismo na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAMOS, Monica Peralta. Acumulación de Capital y Crisis Política em Argentina (1930 – 1974), Mexico: Siglo Vientiuno editores, 1978.

La Economía Política Argentina: poder y clases sociales (1930 – 2006). Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, 2007.

RAPOPORT, Mario e colaboradores. Historia económica, política y social de la Argentina. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000

REMOND, René. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

REN, Raanan. Peronismo, Populismo y política: Argentina, 1943-1955. Buenos Aires. Ed. Belgrano, S.D.

ROCK, David. Argentina em el Siglo Veinte. Economía y Desarrollo político desde la élite conservadora a Perón. Lenguaje Claro Ed, 2009.

\_\_\_\_\_ (org). Argentina in the Twentieth Century. London. University of Pittsburgh Press, 1975.

\_\_\_\_\_ La Argentina Autoritaria. Los nacionalistas, su historia y su influencia em la vida publica. Buenos Aires: Ed. Ariel, 1993.

RODÓ, José H. Ariel Obras Completas organizadas por MONEGAL, E. Madri: Ed. Aguilar, 1957.

ROMERO, J. L. Historia de Las Ideas Políticas em Argentina. Fondo de Cultura Económica. México, 1956.

\_\_\_\_\_ A Experiência argentina e outros ensaios. Buenos Aires: Ed. Belgrano, 1980.

\_\_\_\_\_ Latinoamerica: las ciudades y las ideas. Buenos Aires: Ed. Siglo Veinteuno, 1976.

ROMERO, Luis A. Breve Historia Contemporânea de la Argentina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2001.

ROSANVALLON, P. Por uma História do Político. São Paulo: Alameda, 2010.

ROUQUIÉ, Alain. O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina. São Paulo: EDUSP, 1992.

SABATO, Jorge. La Clase Dominante em la Argentina Moderna: Formación y Características. Ed. Imago Mundi. Buenos Aires, 1991.

SARLO, Beatriz e ALTAMIRANO, Carlos. Ensayos Argentinos – de Sarmiento a la Vanguardía. Buenos Aires: Ariel, 1997.

SARLO, Beatriz. Borges, um escritor em lãs orillas. Buenos Aires: Ariel, 1995.

\_\_\_\_\_. Conflitos e Representações Culturais. Novos Estudos – CEBRAP. Nº75, julho de 2006 Biblioteca Digital Scielo, ISSN 0101-3300. Acessado em 10/06/08.

\_\_\_\_\_. Paisagens imaginárias. São Paulo: EDUSP, 2005.

SCHWARTZ, Jorge. Vanguardas Latino-Americanas – Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos. (org). São Paulo: EDUSP, Iluminurias, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. O cosmopolitismo pacifista da Belle Epoque – uma utopia liberal. Revista de História. São Paulo, nº114, jan-jun, 1983, p.85-94.

SIGAL, S; VERÓN, E. Perón o Muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista. Buenos Aires: Legassa, 1986.

SILVA, Paulo Renato da. Victoria Ocampo e os Intelectuais de Sur: cultura e política na Argentina (1931-1955). Campinas: Unicamp, 2004.

SILVA, Paulo Renato da. As Revistas Sur, Contorno e a nova geração intelectual argentina (1948 – 1956). Rev. Elet. ANPHLAC, nº 464.

SLATTA, Richard. Los Gauchos y el Ocaso de la Frontera. Buenos Aires: Ed. Sudamericano, 1975.

SPINELLI, Maria Estela. Los vencedores vencidos – el anti-peronismo y la revolución libertadora. Buenos Aires. Ed. Bilbo, 2005.

SVAMPA, Maristela. El dilema argentino: civilización o barbárie – de Sarmiento ao revisionismo peronista. Buenos Aires: El Cielo por Asalto. [s.d.].

SZANIECKI, Barbara. Estética da Multidão. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

TERÁN, Oscar. "Ideas e intelectuales en la Argentina, 1880-1980" In TERÁN, O. (org.). Ideas en el siglo - intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano. Buenos Aires: SigloXXI, 2004

TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

VASQUEZ-RIAL, H. (org). Buenos Aires (1880 – 1930): la capital de un imperio imaginário. Madrid. Alianza Editorial, 1996.

VELIZ, Claudio. América Latina: Estruturas em crise. São Paulo. Ibrasa, 1970.

VIANA, Francisco. Argentina: Civilização e Barbárie. São Paulo: Ed. Atual, 1990.

VILLAR, P. O tempo do Quixote. In: Desenvolvimento econômico e análise histórica. Lisboa: Presença, 1982

VILLEGAS, Francisco Gil. Los Profetas y el Mesias. Mexico DF: Fondo de Cultura Económica, 1996.

VILLORDO, Oscar Hermes. El grupo Sur: una biografía colectiva. Buenos Aires. Planeta, 1993.

WALTER, Richard. Politics and urban growth in Buenos Aires:1910 – 1942. Cambridge. Ed.Cambridge Latin Estudios University Press, 1993.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vol. 1. Trad. Regis Barbosa. Brasília. Ed. UNB, 1994.

WEFFORT, Francisco. A cultura e as revoluções da modernização. Rio de Janeiro. Cadernos do nosso tempo. Ed. Funarte, 2000.

WILLIAMS, Raymond. Culture and Society: 1780 à 1950. Penguin Books, 1976.

\_\_\_\_\_ Cultura. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_ Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WISZNIACKI, Mariano. El peronismo y la Crisis de Hegemonia em Argentina. Buenos Aires: Ed. Facultad de ciências sociales, 2004.

ZAPIOLA, Marcos Gimenez (org) El Régimen Oligárquico. Materiales para el estudio de la Realidad Argentina (hasta 1930). Buenos Aires: Ed. Amorroutou, 1975.

ZIMMERMAN, Eduardo. Los Liberales Reformistas: la cuestión social em Argentina. Buenos Aires. Ed. Sudamericana, 1994.

## FONTES

ANALES DE LA SOCIEDAD RURAL ARGENTINA. 1943 – 1945. Buenos Aires.

ARGENTINA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CURSO DE FORMACIÓN Y CULTURA ARGENTINA. Ministério de la Educación: división de Publicaciones. Prensa y Actos – Universidad Eva Perón. Buenos Aires, 1953.

Revista SUR 1931 – 1955. Ed. Sur, Buenos Aires.

Revista SUR 1980-1981: números especiais. Ed. Sur, Buenos Aires.